

**Demonstrações
Contábeis**



31 de março de 2024



 **BANCO DO BRASIL**



Índice

Demonstrações Contábeis	3
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado.....	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	10
1 – O Banco e suas operações	10
2 – Apresentação das demonstrações contábeis	11
3 – Resumo das principais práticas contábeis.....	16
4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis	24
5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias.....	27
6 – Informações por segmento	28
7 – Caixa e equivalentes de caixa	32
8 – Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	33
9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	34
10 – Títulos e valores mobiliários	35
11 – Instrumentos financeiros derivativos	42
12 – Carteira de crédito	49
13 – Outros ativos.....	58
14 – Investimentos.....	60
15 – Imobilizado de uso	65
16 – Intangível.....	66
17 – Recursos de clientes.....	68
18 – Recursos de instituições financeiras.....	70
19 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	73
20 – Outros passivos	76
21 – Provisões e passivos contingentes	78
22 – Tributos.....	83
23 – Patrimônio líquido	86
24 – Receitas de prestação de serviços.....	92
25 – Despesas de pessoal	93
26 – Outras despesas administrativas	94
27 – Outras receitas e outras despesas.....	95
28 – Partes relacionadas.....	96
29 – Benefícios a empregados.....	101
30 – Gerenciamento de riscos e de capital	112
31 – Resultado recorrente e não recorrente	123
32 – Outras informações	124
33 – Eventos subsequentes.....	127
Relatório dos Auditores Independentes	128
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras	130
Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes	131
Membros da Administração	132



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Balanco patrimonial

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Ativo					
Disponibilidades	7	21.130.064	14.022.703	23.837.850	17.327.745
Ativos financeiros		2.206.163.177	2.098.663.459	2.199.219.560	2.072.861.380
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	8	111.781.951	101.805.900	111.781.951	101.805.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9	520.929.985	484.532.603	475.794.769	432.160.990
Títulos e valores mobiliários	10	485.599.831	450.775.401	505.682.673	466.994.273
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.170.404	1.974.580	4.182.456	1.973.686
Carteira de crédito	12	990.981.018	964.925.057	1.002.375.066	975.349.358
Outros ativos financeiros	13	92.699.988	94.649.918	99.402.645	94.577.173
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		(60.475.538)	(59.227.890)	(60.945.667)	(59.672.969)
Carteira de crédito	12	(56.918.066)	(55.806.103)	(57.050.363)	(55.927.619)
Outros ativos financeiros	13	(3.557.472)	(3.421.787)	(3.895.304)	(3.745.350)
Ativos fiscais		67.584.150	67.916.922	70.136.315	70.325.066
Correntes		10.682.876	10.653.911	11.487.339	11.310.927
Diferidos (créditos tributários)	22	56.901.274	57.263.011	58.648.976	59.014.139
Investimentos		41.365.288	37.044.909	21.939.835	21.081.796
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	41.397.930	37.077.565	21.950.595	21.093.695
Outros investimentos		2.117	2.103	2.677	2.656
Perdas por redução ao valor recuperável		(34.759)	(34.759)	(13.437)	(14.555)
Imobilizado de uso	15	9.897.892	9.870.462	10.094.643	10.072.293
Imobilizações de uso		23.742.661	23.409.291	24.149.949	23.814.084
Depreciação acumulada		(13.831.647)	(13.525.707)	(14.031.883)	(13.718.368)
Perdas por redução ao valor recuperável		(13.122)	(13.122)	(23.423)	(23.423)
Intangível	16	10.443.583	10.762.606	10.479.796	10.800.779
Ativos intangíveis		19.182.373	18.897.719	19.696.405	19.414.590
Amortização acumulada		(8.374.668)	(7.765.810)	(8.822.596)	(8.214.617)
Perdas por redução ao valor recuperável		(364.122)	(369.303)	(394.013)	(399.194)
Outros ativos não financeiros	13	29.521.038	29.000.463	30.269.021	29.683.893
Total do ativo		2.325.629.654	2.208.053.634	2.305.031.353	2.172.479.983
Passivo					
Passivos financeiros		2.082.703.502	1.969.191.687	2.040.391.178	1.911.665.321
Recursos de clientes	17	773.525.721	787.539.469	799.602.620	811.943.803
Recursos de instituições financeiras	18	830.189.733	732.656.495	761.098.025	651.190.724
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19	282.305.353	281.287.311	285.433.802	284.156.307
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.254.728	2.507.258	4.255.774	2.509.742
Outros passivos financeiros	20	192.427.967	165.201.154	190.000.957	161.864.745
Provisões	21	26.885.005	25.869.509	27.792.824	26.748.479
Cíveis, fiscais e trabalhistas		19.449.443	18.471.031	19.709.043	18.725.677
Outras provisões		7.435.562	7.398.478	8.083.781	8.022.802
Passivos fiscais		11.437.653	14.821.119	13.693.319	19.028.667
Correntes		1.912.473	3.768.292	3.964.766	7.719.945
Diferidos	22	9.525.180	11.052.827	9.728.553	11.308.722
Outros passivos não financeiros	20	36.057.455	34.533.093	44.133.339	41.961.430
Total do passivo		2.157.083.615	2.044.415.408	2.126.010.660	1.999.403.897
Patrimônio líquido					
Capital	23.b	120.000.000	120.000.000	120.000.000	120.000.000
Instrumento elegível ao capital principal	23.c	--	--	6.100.000	6.100.000
Reservas de capital	23.d	1.411.002	1.406.118	1,412.479	1,407.902
Reservas de lucros	23.d	57.742.594	61.526.683	57.306.668	61.154.159
Outros resultados abrangentes	23.h	(19.129.638)	(19.028.104)	(19.129.638)	(19.028.104)
Ações em tesouraria	23.l	(262.122)	(266.471)	(263.599)	(268.255)
Lucros ou prejuízos acumulados		8.784.203	--	8.784.203	--
Participação dos não controladores	23.i	--	--	4.810.580	3.710.384
Total do patrimônio líquido	23	168.546.039	163.638.226	179.020.693	173.076.086
Total do passivo e patrimônio líquido		2.325.629.654	2.208.053.634	2.305.031.353	2.172.479.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Receitas da intermediação financeira		64.576.794	58.415.566	68.918.456	60.317.990
Resultado da carteira de crédito	12.b	36.365.475	31.786.842	38.435.134	31.665.482
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	9.b	13.997.703	15.687.170	13.902.738	15.090.717
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10.b	12.053.357	9.165.996	14.244.678	11.717.992
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	11.b	1.155.119	395.273	1.236.237	379.730
Resultado das aplicações compulsórias	8.b	1.632.115	1.834.336	1.632.115	1.834.336
Resultado de outros ativos financeiros	13.e	(626.975)	(454.051)	(532.446)	(370.267)
Despesas da intermediação financeira		(41.845.596)	(41.180.192)	(43.122.655)	(40.581.626)
Recursos de instituições financeiras	18.d	(22.515.558)	(21.746.472)	(22.104.956)	(18.789.482)
Recursos de clientes	17.c	(12.543.159)	(13.651.916)	(14.108.236)	(15.908.561)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	19.d	(6.072.492)	(5.385.841)	(6.259.040)	(5.547.674)
Outras despesas de captação	20.c	(714.387)	(395.963)	(650.423)	(335.909)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(10.104.169)	(4.087.152)	(10.149.894)	(4.138.520)
Carteira de crédito	12.f	(9.968.837)	(4.116.313)	(10.000.314)	(4.148.323)
Outros ativos financeiros	13.c	(135.332)	29.161	(149.580)	9.803
Resultado da intermediação financeira		12.627.029	13.148.222	15.645.907	15.597.844
Outras receitas/despesas operacionais		(1.410.140)	(971.287)	(2.149.407)	(1.413.381)
Receitas de prestação de serviços	24	5.056.039	5.119.319	8.344.382	8.131.702
Despesas de pessoal	25	(5.406.530)	(5.103.351)	(5.880.293)	(5.617.693)
Outras despesas administrativas	26	(3.634.910)	(3.419.292)	(3.474.063)	(3.313.578)
Despesas tributárias	22.c	(1.427.019)	(1.235.828)	(2.101.852)	(1.884.772)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14.a	4.512.606	3.584.694	1.841.961	1.656.682
Outras receitas/despesas	27	(510.326)	83.171	(879.542)	(385.722)
Provisões	21.d	(2.419.155)	(1.905.157)	(2.432.457)	(1.936.394)
Cíveis, fiscais e trabalhistas		(2.395.161)	(1.995.913)	(2.406.152)	(2.027.035)
Outras		(23.994)	90.756	(26.305)	90.641
Resultado operacional		8.797.734	10.271.778	11.064.043	12.248.069
Resultado não operacional		(13.710)	42.779	47.589	106.861
Resultado antes dos tributos e participações		8.784.024	10.314.557	11.111.632	12.354.930
Imposto de renda e contribuição Social	22.a	1.117.568	(1.151.260)	(229.354)	(2.283.758)
Participação de empregados e administradores no lucro		(1.119.953)	(1.046.397)	(1.124.415)	(1.050.297)
Participação dos não controladores	23.i	--	--	(975.662)	(814.283)
Lucro líquido		8.781.639	8.116.900	8.782.201	8.206.592
Lucro líquido atribuível aos acionistas					
Controladores		8.781.639	8.116.900	8.782.201	8.206.592
Não controladores		--	--	975.662	814.283
Lucro por ação	23.e				
Número médio ponderado de ações - básico		5.708.392.262	5.707.985.480		
Número médio ponderado de ações - diluído		5.707.623.882	5.707.195.672		
Lucro básico e diluído por ação (R\$)		1,54	1,42		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do resultado abrangente

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores	8.781.639	8.116.900	8.782.201	8.206.592
Participação dos acionistas não controladores	--	--	975.662	814.283
Lucro líquido atribuível aos acionistas	8.781.639	8.116.900	9.757.863	9.020.875
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda	(49.499)	390.888	(173.449)	599.683
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	17.309	(524.189)	(46.393)	(60.076)
(Ganhos)/perdas realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda – reclassificados para o resultado	28.137	767.710	(60.815)	660.940
Efeito tributário	(94.945)	147.367	(66.241)	(1.181)
Participação no resultado abrangente de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto	30.453	103.997	217.755	(47.476)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda	505.696	156.373	960.580	(158.674)
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de fluxo de caixa	4.222	(84.013)	4.222	(84.013)
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes	(306.958)	104.441	(454.952)	158.477
Efeito tributário	(172.507)	(72.804)	(292.095)	36.734
Hedge de Investimento líquido no Exterior	(20.696)	13.281	(20.696)	13.281
Ganhos/(perdas) não realizados sobre hedge de investimento líquido no exterior	(39.466)	25.323	(39.466)	25.323
Efeito tributário	18.770	(12.042)	18.770	(12.042)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(61.792)	(683.928)	(83.000)	(842.108)
Outros resultados abrangentes líquidos de efeitos tributários	(101.534)	(175.762)	(59.390)	(276.620)
Resultado abrangente do período	8.680.105	7.941.138	9.698.473	8.744.255
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	8.680.105	7.941.138	8.680.667	8.030.830
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	--	--	1.017.806	713.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Banco Múltiplo	Nota	Capital	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas estatutárias				
Saldos em 31/12/2022		90.000.023	1.402.523	11.777.636	58.732.780	(8.095.198)	(270.840)	282.540	153.829.464
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	434.922	--	--	434.922
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(683.928)	--	--	(683.928)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	(46.207)	--	--	(46.207)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	13.281	--	--	13.281
Variação de participação no capital de coligadas/controladas		--	--	--	--	(418)	--	(288)	(706)
Outros resultados abrangentes	23.h	--	--	--	--	106.588	--	--	106.588
Transações com pagamento baseado em ações		--	3.595	--	--	--	4.369	--	7.964
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	4.563	4.563
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	8.116.900	8.116.900
Destinações: - Dividendos	23.f	--	--	--	(351.037)	--	--	--	(351.037)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(2.872.136)	--	--	--	(2.872.136)
Saldos em 31/03/2023		90.000.023	1.406.118	11.777.636	55.509.607	(8.270.960)	(266.471)	8.403.715	158.559.668
Mutações do período		--	3.595	--	(3.223.173)	(175.762)	4.369	8.121.175	4.730.204
Saldos em 31/12/2023		120.000.000	1.406.118	13.458.379	48.068.304	(19.028.104)	(266.471)	--	163.638.226
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	286.822	--	--	286.822
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	(61.792)	--	--	(61.792)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	2.322	--	--	2.322
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	(20.696)	--	--	(20.696)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	(2)	--	--	(2)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	(166.424)	--	--	(166.424)
Outros resultados abrangentes	23.h	--	--	--	--	(141.764)	--	--	(141.764)
Transações com pagamento baseado em ações		--	4.884	--	--	--	4.349	--	9.233
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	2.564	2.564
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	8.781.639	8.781.639
Destinações: - Dividendos	23.f	--	--	--	(940.587)	--	--	--	(940.587)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	(2.843.502)	--	--	--	(2.843.502)
Saldos em 31/03/2024		120.000.000	1.411.002	13.458.379	44.284.215	(19.129.638)	(262.122)	8.784.203	168.546.039
Mutações do período		--	4.884	--	(3.784.089)	(101.534)	4.349	8.784.203	4.907.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Nota	Capital	Instrumento elegível ao capital principal	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros ou prejuízos acumulados	Participação dos não controladores	Total
					Reserva legal	Reservas estatutárias					
Saldos em 31/12/2022		90.000.023	7.100.000	1.404.253	11.777.636	58.364.537	(8.095.198)	(272.570)	282.540	3.452.764	164.013.985
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	434.922	--	--	3.286	438.208
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(683.928)	--	--	(158.180)	(842.108)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	(46.207)	--	--	--	(46.207)
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	13.281	--	--	--	13.281
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(418)	--	(288)	--	(706)
Outros resultados abrangentes	23.h	--	--	--	--	--	106.588	--	--	54.036	160.624
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	3.649	--	--	--	4.315	--	274	8.238
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	4.563	--	4.563
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	45.114	45.114
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	8.206.592	814.283	9.020.875
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(60.063)	--	(60.063)
Resultado não realizado		--	--	--	--	29.629	--	--	(29.629)	--	--
Destinações: - Dividendos	23.f	--	--	--	--	(351.037)	--	--	--	--	(351.037)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(2.872.136)	--	--	--	--	(2.872.136)
Saldos em 31/03/2023		90.000.023	7.100.000	1.407.902	11.777.636	55.170.993	(8.270.960)	(268.255)	8.403.715	4.211.577	169.532.631
Mutações do período		--	--	3.649	--	(3.193.544)	(175.762)	4.315	8.121.175	758.813	5.518.646
Saldos em 31/12/2023		120.000.000	6.100.000	1.407.902	13.458.379	47.695.780	(19.028.104)	(268.255)	--	3.710.384	173.076.086
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	286.822	--	--	210.114	496.936
Variação cambial de investimentos no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(61.792)	--	--	(21.208)	(83.000)
Hedge de fluxo de caixa	23.h	--	--	--	--	--	2.322	--	--	--	2.322
Hedge de Investimento líquido no exterior	23.h	--	--	--	--	--	(20.696)	--	--	--	(20.696)
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios de empresas não consolidadas, líquido de tributos	23.h	--	--	--	--	--	(2)	--	--	--	(2)
Variação de participação no capital de coligadas/controladas	23.h	--	--	--	--	--	(141.764)	--	--	(78.388)	(220.152)
Outros resultados abrangentes	23.h	--	--	--	--	--	(166.424)	--	--	(68.374)	(234.798)
Transações com pagamento baseado em ações		--	--	4.577	--	--	--	4.656	--	--	9.233
Dividendos/JCP prescritos		--	--	--	--	--	--	--	2.564	4	2.568
Variação de participação dos não controladores		--	--	--	--	--	--	--	--	82.386	82.386
Lucro líquido	23.g	--	--	--	--	--	--	--	8.782.201	975.662	9.757.863
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal		--	--	--	--	--	--	--	(63.964)	--	(63.964)
Resultado não realizado		--	--	--	--	(63.402)	--	--	63.402	--	--
Destinações: - Dividendos	23.f	--	--	--	--	(940.587)	--	--	--	--	(940.587)
- Juros sobre o capital próprio	23.f	--	--	--	--	(2.843.502)	--	--	--	--	(2.843.502)
Saldos em 31/03/2024		120.000.000	6.100.000	1.412.479	13.458.379	43.848.289	(19.129.638)	(263.599)	8.784.203	4.810.580	179.020.693
Mutações do período		--	--	4.577	--	(3.847.491)	(101.534)	4.656	8.784.203	1.100.196	5.944.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado	
		1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações					
Lucro líquido		8.781.639	8.116.900	8.782.201	8.206.592
Ajustes ao lucro líquido		8.448.503	3.745.330	13.083.512	7.164.721
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	12	10.104.169	4.087.152	10.149.894	4.138.520
Depreciações e amortizações		1.016.637	958.712	1.029.621	974.267
(Ganho) Perda cambial na conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira		2.160.609	(795.671)	1.921.912	(1.717.680)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		(5.181)	--	(5.181)	--
Resultado de participação em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14	(4.512.606)	(3.584.694)	(1.841.961)	(1.656.682)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens		564	(17.295)	206	(18.337)
(Ganho) Perda de capital		9.587	(21.798)	(52.124)	(83.964)
Despesas com provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e outras provisões	21.d	2.419.155	1.905.157	2.432.457	1.936.394
Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit	29.d.4/f	(577.584)	(897.234)	(577.584)	(897.235)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1.088.907)	894.105	(992.666)	1.775.655
Resultado dos não controladores		--	--	975.662	814.283
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.117.568)	1.151.260	229.354	2.283.758
Outros ajustes		39.628	65.636	(186.078)	(384.258)
Lucro líquido ajustado		17.230.142	11.862.230	21.865.713	15.371.313
Variações Patrimoniais		31.644.138	(28.876.332)	30.673.810	(28.507.862)
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central		(9.976.051)	124.439	(9.976.051)	124.439
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(19.364.530)	(56.550.348)	(30.059.709)	(62.060.689)
(Aumento) Redução em títulos para negociação		(260.986)	(947.169)	(181.427)	(518.769)
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos		(469.051)	(565.916)	(483.435)	(246.404)
(Aumento) Redução na carteira de créditos, líquida de provisões		(33.931.793)	(31.581.686)	(33.747.536)	(32.504.735)
(Aumento) Redução em outros ativos financeiros		2.819.103	624.617	(3.840.542)	(5.381.807)
(Aumento) Redução em outros ativos		(6.066.387)	(4.839.784)	(208.949)	(352.408)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.910.525)	(1.078.184)	(5.090.459)	(4.421.997)
(Redução) Aumento em recursos de clientes		(14.082.950)	(5.290.794)	(12.410.385)	(2.090.422)
(Redução) Aumento em recursos de instituições financeiras		96.045.340	70.881.159	107.294.818	77.461.784
(Redução) Aumento em recursos de emissões de TVM		612.809	19.599.972	789.798	18.492.747
(Redução) Aumento em outros passivos financeiros		18.409.251	(21.866.212)	17.599.700	(22.045.488)
(Redução) Aumento em outros passivos		(180.092)	2.613.574	987.987	5.035.887
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES		48.874.280	(17.014.102)	52.539.523	(13.136.549)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento					
Aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(90.419.777)	(30.057.878)	(93.641.370)	(39.539.564)
Alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		63.856.459	47.752.655	69.174.984	52.484.252
Aquisição de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(3.904.228)	(647.182)	(8.124.361)	(812.160)
Resgate de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		2.998.658	340.810	2.998.658	340.810
Dividendos recebidos de coligadas e controladas		6.290.122	4.387.184	1.612.827	1.093.860
Aquisição de imobilizado de uso		(523.517)	(261.566)	(527.163)	(254.075)
Alienação de imobilizado de uso		87.083	--	84.975	1.104
Aquisição de intangíveis		(281.694)	(213.891)	(278.296)	(215.368)
Aporte de capital na Broto S.A.		--	(31.200)	--	(31.200)
(Aporte)/resgate de capital em controladas no exterior		--	(52.871)	--	--
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(21.896.894)	21.216.061	(28.699.746)	13.067.659
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento					
(Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada		(2.933.688)	(6.928.467)	(2.933.688)	(6.917.540)
(Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida		2.559.108	(315.403)	2.559.108	(333.834)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores		--	--	(822.190)	(1.261.893)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(3.551.500)	(3.313.185)	(3.551.500)	(3.313.185)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(3.926.080)	(10.557.055)	(4.748.270)	(11.826.452)
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		23.051.306	(6.355.096)	19.091.507	(11.895.342)
Início do período		58.177.698	67.891.204	54.999.815	68.826.279
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		1.088.907	(894.105)	992.666	(1.775.655)
Fim do período		82.317.911	60.642.003	75.083.988	55.155.282
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		23.051.306	(6.355.096)	19.091.507	(11.895.342)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demonstração do valor adicionado

	Nota	Banco Múltiplo		Consolidado					
		1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023				
Receitas		57.418.019	58.343.058	64.680.726	62.764.371				
Receitas da intermediação financeira		64.576.794	58.415.566	68.918.456	60.317.990				
Receitas de prestação de serviços		5.056.039	5.119.319	8.344.382	8.131.702				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(10.104.169)	(4.087.152)	(10.149.894)	(4.138.520)				
Ganhos de capital		2.344	43.636	64.510	105.802				
Outras receitas/(despesas)		(2.112.989)	(1.148.311)	(2.496.728)	(1.652.603)				
Despesas da intermediação financeira		(41.845.596)	(41.180.192)	(43.122.655)	(40.581.626)				
Insumos Adquiridos de Terceiros		(2.135.745)	(1.970.490)	(1.946.973)	(1.832.286)				
Materiais, água, energia e gás	26	(140.105)	(122.681)	(144.337)	(130.640)				
Serviços de terceiros	26	(243.721)	(250.219)	(223.116)	(233.024)				
Comunicações	26	(122.486)	(119.405)	(137.596)	(135.080)				
Processamento de dados	26	(432.856)	(353.322)	(292.950)	(214.556)				
Transporte	26	(18.977)	(14.914)	(31.772)	(29.186)				
Serviços de vigilância e segurança	26	(331.122)	(307.184)	(336.299)	(316.002)				
Serviços do sistema financeiro	26	(121.361)	(174.420)	(144.811)	(198.883)				
Propaganda e publicidade	26	(121.054)	(89.878)	(126.868)	(94.647)				
Manutenção e conservação de bens	26	(332.766)	(311.711)	(192.480)	(198.800)				
Perdas por redução ao valor recuperável		5.181	--	5.181	--				
Outras		(276.478)	(226.756)	(321.925)	(281.468)				
Valor Adicionado Bruto		13.436.678	15.192.376	19.611.098	20.350.459				
Despesas de amortização/depreciação		(1.016.637)	(958.712)	(1.029.621)	(974.267)				
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		12.420.041	14.233.664	18.581.477	19.376.192				
Valor Adicionado Recebido em Transferência		4.512.606	3.584.694	1.841.961	1.656.682				
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		4.512.606	3.584.694	1.841.961	1.656.682				
Valor Adicionado a Distribuir		16.932.647	17.818.358	20.423.438	21.032.874				
Valor Adicionado Distribuído		16.932.647	17.818.358	20.423.438	21.032.874				
Pessoal		6.852.741	40,47%	6.358.053	35,68%	7.304.167	35,76%	6.846.246	32,55%
Salários e honorários		3.267.351		3.091.983		3.612.146		3.474.624	
Participação de empregados e administradores no lucro		1.119.953		1.046.397		1.124.415		1.050.297	
Benefícios e treinamentos		973.782		907.150		1.022.240		953.281	
FGTS		196.160		184.215		204.020		191.412	
Outros encargos		1.295.495		1.128.308		1.341.346		1.176.632	
Impostos, Taxas e Contribuições		966.776	5,71%	3.003.993	16,86%	3.014.976	14,76%	4.809.410	22,87%
Federais		676.833		2.721.473		2.383.228		4.168.676	
Estaduais		443		430		443		430	
Municipais		289.500		282.090		631.305		640.304	
Remuneração de Capitais de Terceiros		331.491	1,96%	339.412	1,90%	346.432	1,70%	356.343	1,69%
Aluguéis	26	331.491		339.412		346.432		356.343	
Remuneração de Capitais Próprios		8.781.639	51,86%	8.116.900	45,56%	9.757.863	47,78%	9.020.875	42,89%
Juros sobre capital próprio da União		1.421.751		1.436.068		1.421.751		1.436.068	
Juros sobre capital próprio de outros acionistas		1.421.751		1.436.068		1.421.751		1.436.068	
Dividendos da União		470.294		175.519		470.294		175.519	
Dividendos de outros acionistas		470.293		175.518		470.293		175.518	
Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União		--		--		63.964		60.063	
Lucro retido		4.997.550		4.893.727		4.934.148		4.923.356	
Participação dos não controladores nos lucros retidos		--		--		975.662		814.283	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1 – O Banco e suas operações

O Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil" ou "Banco") é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do art. 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações e pelas Leis nº 4.595/1964, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz tem sede e domicílio localizados no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O Banco tem suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "BBAS3" e suas ADRs (American Depositary Receipts) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América sob o código "BDORY". Seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do regulamento do Novo Mercado da B3. Este regulamento prevalecerá sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas no Estatuto Social.

O Banco do Brasil é um banco múltiplo com atuação em todo o território nacional, desenvolvendo também atividades em importantes centros financeiros mundiais. Tem por objeto, em conjunto com suas controladas, a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei nº 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (iv) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Bacen; (v) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vi) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (vii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições.

Com 215 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de pessoas jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda – Exportação (Proger) e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Banco do Brasil também atua como Instituição Operadora de Sistema do Mercado Financeiro (IOSMF) executando os serviços de compensação de cheques por meio da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe), Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF), integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na forma das Resoluções BCB nº 304 e 314/2023.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 2 e 6, respectivamente.



2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil “Cosif”, conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, estão sendo apresentadas “adicionalmente” às demonstrações contábeis consolidadas no padrão contábil internacional – IFRS, as quais foram elaboradas segundo o disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020 e estão sendo emitidas e divulgadas simultaneamente.

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em 07/05/2024.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023.

e) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior e as operações de suas controladas. Refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, elaboradas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os ativos e passivos das agências e controladas no exterior são apresentados no grupamento de Recursos de instituições financeiras, com o objetivo de anular as perdas e os ganhos cambiais incidentes sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais (Notas 14.a e 18.d).

Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal – IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Participações societárias e fundos de investimento incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

	Atividade	País de constituição	Moeda funcional	31/03/2024	31/12/2023
				% de Participação	
Segmento bancário					
Banco do Brasil AG	Bancária	Áustria	Real	100,00%	100,00%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Securities LLC.	Corretora	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Securities Ltd.	Corretora	Inglaterra	Real	100,00%	100,00%
BB USA Holding Company, Inc.	Holding	Estados Unidos	Real	100,00%	100,00%
BB Cayman Islands Holding	Holding	Ilhas Cayman	Real	100,00%	100,00%
Banco do Brasil Americas	Bancária	Estados Unidos	Dólar Americano	100,00%	100,00%
Banco Patagonia S.A.	Bancária	Argentina	Peso Argentino	80,39%	80,39%
Segmento investimentos					
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento gestão de recursos					
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB Asset	Administração de Ativos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Segmento seguros, previdência e capitalização					
BB Seguridade Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	67,32%	67,03%
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ¹	Corretora	Brasil	Real	67,32%	67,03%
BB Seguros Participações S.A. ¹	Holding	Brasil	Real	67,32%	67,03%
Segmento meios de pagamento					
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Prestação de Serviços	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Outros segmentos					
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	Aquisição de Créditos	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	Gestão de Cobrança	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcio	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Tecnologia e Serviços ¹	Tecnologia da informação	Brasil	Real	99,99%	99,99%
Fundos de investimento					
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Bancos Emissores de Cartão de Crédito V ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	77,56%	90,42%
BB Impacto ASG I Fundo de Investimento em Multiestratégia Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
BB Ventures I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Investimento no Exterior ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	100,00%	100,00%
FIP Agventures II Multiestratégias ²	Fundos de Investimento	Brasil	Real	54,42%	54,67%
BB Multimercado High Alpha LP FIC FI ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	91,47%
BB Asset MM High Alpha FIC FI ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	95,64%	99,93%
BB Asset Seleção Fatorial FIC FI ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	95,65%	99,76%
BB RF Simples Investback FIC FI ³	Fundos de Investimento	Brasil	Real	--	70,48%

¹ – Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

² – Fundo de investimento no qual o Banco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

³ – Fundos não exclusivos e abertos a partir de aplicação inicial de recursos próprios da BB Asset, destinados a comercialização a investidores externos, não tendo a referida entidade a intenção de assumir ou reter substancialmente os riscos e benefícios nesses fundos de investimentos de forma indefinida, sendo consolidados apenas nos meses em que a maioria das cotas ainda está em poder da BB Asset.



As demonstrações contábeis consolidadas incluem também os veículos de securitização controlados pelo Banco, direta ou indiretamente, descritos a seguir.

Dollar Diversified Payment Rights Finance Company (EPE Dollar)

A Dollar foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos:

- emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional;
- uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("Direitos sobre Remessa"); e
- realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta. A EPE não possui ativo ou passivo relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários, não possui subsidiárias e não tem empregados.

Loans Finance Company Limited (EPE Loans)

A Loans foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman, com os seguintes propósitos:

- captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional;
- contratação de operações compromissadas com o Banco, por meio da sua agência nas Ilhas Cayman, para utilização dos recursos captados; e
- contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito denominado de basis swap, que é acionável somente em caso de default de alguma obrigação do Banco nas operações compromissadas.

As condições de moedas, valores, prazos, taxas e fluxos financeiros das operações compromissadas são idênticas àquelas das emissões de valores mobiliários. Portanto, todas as obrigações e despesas decorrentes dos valores mobiliários emitidos são cobertas totalmente pela EPE com os direitos e receitas provenientes das operações compromissadas, de modo que a Loans não gera resultados positivos nem negativos. A EPE não possui outros ativos e passivos que não aqueles provenientes das operações compromissadas e das emissões dos valores mobiliários.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, reclassificações de despesas, principalmente, com serviços de terceiros e transporte de valores, do grupamento outras despesas administrativas para o grupamento outras receitas/despesas, para evidenciar melhor a essência das transações.

Demonstramos abaixo os efeitos dos ajustes na Demonstração do resultado. Consequentemente, foram ajustados os saldos comparativos da Demonstração do valor adicionado, bem como das respectivas notas explicativas.

Demonstração do resultado

1º Trimestre/2023	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados (não revisados)	Divulgação anterior	Ajustes	Saldos ajustados (não revisados)
Outras receitas/despesas operacionais	(971.287)	--	(971.287)	(1.413.381)	--	(1.413.381)
Outras despesas administrativas	(3.591.650)	172.358	(3.419.292)	(3.545.746)	232.168	(3.313.578)
Outras receitas/despesas	255.529	(172.358)	83.171	(153.554)	(232.168)	(385.722)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

Pronunciamento CPC	Resoluções
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 28 – Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

O CMN também editou normas proprietárias que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Norma CMN	Pronunciamento CPC Equivalente
Res. CMN nº 4.524/2016 – Reconhecimento das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.	CPC 48
Res. CMN nº 4.534/2016 – Reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível.	CPC 04 (R1)
Res. CMN nº 4.535/2016 – Reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.	CPC 27
Res. CMN nº 4.817/2020 – Mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.	CPC 18 (R2) e CPC 45

Além disso, foi editada a Resolução CMN nº 3.533/2008, cuja adoção iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o art. 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976:

Pronunciamento CPC
CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 12 – Ajuste a Valor Presente
CPC 22 – Informações por Segmento
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas



g) Normas recentemente emitidas, aplicáveis ou a serem aplicadas em períodos futuros

Normas a serem aplicadas em períodos futuros

Resolução CMN Nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais.

Essa Resolução entra em vigor em 01/01/2025, exceto para os artigos 24, 76 e 77, cuja vigência iniciou-se em 01/01/2022.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 01/01/2025, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do Exercício/2024, conforme requerido pelo art. 78 dessa Resolução, bem como elaborou plano para a implementação da regulamentação contábil (plano), conforme requerido pelo art. 76, sendo divulgado nas Demonstrações Contábeis do Exercício/2022.

Resolução CMN Nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021. A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O CPC 06 (R2) abandona a classificação de arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a ter um único modelo de contabilização, que consiste no reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes das operações de arrendamento. A norma não obriga um arrendatário a reconhecer ativos e passivos de arrendamentos de baixos valores e de curto prazo.

Para os arrendadores, haverá mudança na contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro, porém sem alterar a forma de apresentação, uma vez que essas operações já são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em cumprimento à Resolução BCB nº 2/2020.

A Resolução CMN nº 4.975/2021 entra em vigor em 01/01/2025.

O Banco iniciou a avaliação dos impactos da adoção do novo normativo, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações contábeis do Exercício/2024.



3 – Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem as disponibilidades e as aplicações financeiras prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Foram considerados os saldos das disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001:

Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido; e

Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos dos títulos e valores mobiliários são apropriados no resultado do período, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva.



As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos financeiros derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período;

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período. e

Hedge de investimento líquido no exterior: os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria têm como objetivo compensar os riscos decorrentes da exposição à variação cambial de investimentos no exterior cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional e devem ser registrados conforme procedimentos contábeis definidos para o hedge de fluxo de caixa.



g) Carteira de crédito e provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito é composta pelas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, os quais são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN nº 2.682/1999.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro líquido – CSLL ¹	20,00%
PIS/Pasep ²	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins ²	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5,00%

1 - Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

2 - Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.



i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada, controlada em conjunto ou coligada.

Os fluxos de caixa referentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos são apresentados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, sendo classificados de maneira consistente, de período a período, como decorrentes de atividades de investimento.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado de uso é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são amortizados, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com as projeções de resultado anual constantes nos estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios, e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e softwares, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (impairment), quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras despesas administrativas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:



Imobilizado de uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são utilizados dados de índices de mercado, testes estatísticos com base em dados de vendas de imóveis próprios e avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos equipamentos de processamento de dados relevantes, são considerados os valores praticados no mercado para bens semelhantes, substitutos ou análogos, valendo-se de fontes internas ou externas. Na impossibilidade de obtenção de dados confiáveis para estimação do preço de mercado, o Banco avalia se os benefícios futuros esperados pelo uso desses ativos ainda justificam a sua ativação pelo valor recuperável, qualificando as informações que justificam essa análise.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor ou estão integralmente depreciados e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco controla esses bens por meio de cadastro sistematizado e realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Intangível

Direitos de gestão de folhas de pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável.

Softwares – os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Investimentos e ágio na aquisição de investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

k) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022 e pela Resolução CMN nº 4.877/2020. As avaliações são realizadas no mínimo semestralmente, podendo ser em periodicidade inferior quando aplicável.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.



Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem substancialmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1), sendo que:

- o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. E, conforme previsão normativa, esses efeitos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido não devem ser reclassificados para o resultado em períodos subsequentes.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O Banco constitui provisões quando as condições mostram que:

- o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;
- for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e
- o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

- sua natureza e complexidade;
- o andamento dos processos;
- a opinião dos advogados do Banco; e
- a experiência do Banco com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera:

- a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e
- a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.



Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

O Banco também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora.

n) Despesas associadas a captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

o) Ativos mantidos para venda

Investimentos mantidos para venda

Referem-se aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto que o Banco espera realizá-los pela sua venda, estejam disponíveis para venda imediata e sua alienação seja altamente provável. A partir do momento em que o Banco decide vendê-los, esses ativos são mensurados pelo menor valor entre:

- o valor contábil líquido, deduzidas as provisões para perdas por redução ao valor recuperável; e
- o valor justo, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil líquido do ativo e o valor justo líquido de despesas de venda é reconhecida no resultado do período.

Ativos não financeiros mantidos para venda

São aqueles não abrangidos no conceito de ativo financeiro, conforme regulamentação específica. Referem-se principalmente aos imóveis não de uso recebidos em liquidação de operações de créditos de difícil ou duvidosa solução.

São reconhecidos inicialmente nas adequadas rubricas contábeis, conforme o prazo esperado de venda, na data do seu recebimento pelo Banco, sendo avaliados pelo menor valor entre:

- (i) o valor contábil bruto da respectiva operação de crédito de difícil ou duvidosa solução; e
- (ii) o valor justo do bem, avaliado conforme regulamentação específica, líquido de despesas de venda.

A eventual diferença entre o valor contábil do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução, líquido de provisões, e o valor justo é reconhecida no resultado do período

p) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.



q) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada das ações ordinárias em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras.

r) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Grupo (exceto para o Banco do Brasil Americas e o Banco Patagonia).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para o Real, preliminarmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.817/2020.

As investidas no exterior que possuem o Real como a moeda funcional tem suas demonstrações contábeis convertidas com base nos saldos diários de cada subtítulo contábil, considerando a variação diária da taxa de câmbio, e seus efeitos são reconhecidos em contrapartida ao resultado da investida.

Para as investidas no exterior que possuem moeda funcional diferente do Real, os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do respectivo balancete ou balanço e as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média do período, e seus efeitos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, no Patrimônio Líquido da investidora.

s) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 31.



4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando da impossibilidade de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e julgamentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização.

As metodologias utilizadas na avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros constam na Nota 30.a.

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito

A carteira de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto, leva-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A provisão para perdas é constituída ou revertida de acordo com os níveis de risco estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, considerando-se os níveis de risco atribuídos às operações.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

c) Perda permanente de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são objeto de avaliação periódica pelo Fórum de Avaliação de Perda Permanente, colegiado responsável por identificar ativos problemáticos, nos termos da Resolução CMN nº 4.557/2017, propor a marcação de novos ativos problemáticos, avaliar a necessidade do ativo ser submetido à avaliação de redução ao valor recuperável e o impacto de eventual perda no âmbito do Conglomerado.

Caracteriza-se um ativo problemático quando houver pendência de liquidação há mais de noventa dias ou existirem indicativos de que o ativo não será realizado sem que seja necessário recorrer a garantias e colaterais. Constituem indicativos de que o ativo não será realizado quando o Banco considera que o devedor já não possui capacidade financeira para honrar sua obrigação, se o Banco reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do devedor, se a operação é objeto de renegociação que implique concessão de vantagens ao devedor em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou de seus mitigadores (reestruturação de dívida), se o Banco pede a falência ou outra atitude similar em relação ao devedor, ou se o devedor solicita qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.



Os ativos problemáticos podem ser revertidos à condição de ativos em curso normal desde que exista evidência de que o devedor retomou sua capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. Para tanto, é analisado se o devedor não é responsável por qualquer pendência em atraso há mais de noventa dias, se o ativo já não atende aos critérios de caracterização de ativos problemáticos, se ocorreram pagamentos contínuos e efetivos em período não inferior a 3 meses e se a situação financeira do devedor melhorou de tal modo que a realização do ativo seja provável.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: (i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e (ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

e) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pelo Banco estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

f) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;
- (vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.



g) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1). A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam:

- (i) taxas de juros assumidas;
- (ii) tábuas de mortalidade;
- (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;
- (iv) índice de inflação de preços;
- (v) índice anual de reajustes salariais; e
- (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R\$ 1 milhão. O método massificado contempla todos os processos, independentemente da avaliação realizada pelos assessores jurídicos.

Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes de mensuração individualizada classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.



5 – Aquisições, vendas e reestruturações societárias

a) Constituição da Broto

Em 04/01/2023, conforme Assembleia Geral realizada na mesma data pelo Banco e a Brasilseg Companhia de Seguros S.A. (Brasilseg), sociedade coligada indireta por meio da BB Seguridade Participações S.A., foi aprovada a constituição da Broto S.A. (Broto), após a obtenção das autorizações regulatórias do Bacen, Sest e Cade. A Broto passou a conduzir os negócios da Plataforma Digital Broto (Plataforma Broto), que atua na cadeia produtiva do agronegócio, anteriormente, desenvolvida pela Brasilseg.

O Banco possui 100% das ações preferenciais sem direito a voto, que equivalem a 50% do capital total da Broto, e a Brasilseg, 100% das ações ordinárias, completando 100% do capital daquela. Pela participação de 50% no capital social total da nova empresa, coube à Brasilseg o aporte de parcela em caixa e outra parte por meio da transferência de bens, direitos e ativos que estavam associados à Plataforma Broto, anteriormente detidos pela Seguradora, totalizando um investimento de R\$ 31,2 milhões. Esse mesmo valor foi aportado pelo Banco para subscrever e integralizar as ações correspondentes aos outros 50% do capital social total da nova empresa.

Os documentos societários preveem a outorga, pela Brasilseg, de opção de compra ao Banco sobre a totalidade das ações de sua titularidade na Broto, exercível mediante pagamento da totalidade do montante aportado pela Seguradora na Broto, corrigido pelo CDI acumulado no período, no prazo de até 12 meses, contados da data de assinatura do acordo de acionistas, prorrogáveis por igual período.

A partir da sua constituição, o valor do investimento foi reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente mensurado pelo método de equivalência patrimonial.



6 – Informações por segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 2). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

a) Segmento bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de underwriting de renda fixa e variável.

c) Segmento de gestão de recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguros, previdência e capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Segmento de meios de pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática.

g) Informações sobre clientes externos por região geográfica

	1º Trimestre/2024		1º Trimestre/2023	
	Brasil	Exterior	Brasil	Exterior
Receitas com clientes externos	74.907.631	7.115.731	69.865.188	3.542.771
Receitas da intermediação financeira	62.177.533	6.740.923	57.236.226	3.081.764
Resultado da carteira de crédito	35.911.649	2.523.485	32.048.599	(383.117)
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	12.151.791	1.750.947	13.792.235	1.298.482
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	12.039.877	2.204.801	9.651.627	2.066.365
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	649.442	586.795	314.321	65.409
Resultado das aplicações compulsórias	1.632.115	--	1.834.336	--
Resultado de outros ativos financeiros	(207.341)	(325.105)	(404.892)	34.625
Outras receitas	12.730.098	374.808	12.628.962	461.007
Receitas de prestação de serviços	8.063.926	280.456	7.738.603	393.099
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	1.841.961	--	1.656.682	--
Demais receitas	2.824.211	94.352	3.233.677	67.908
Ativo não-circulante¹	42.424.374	89.900	38.724.814	157.616

1 - Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

As receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul no 1º Trimestre/2024 e no 1º Trimestre/2023.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Informações gerenciais por segmento reconciliadas com o contábil

	1º Trimestre/2024							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	68.626.614	341.992	74.792	43.564	--	158.425	(326.931)	68.918.456
Resultado da carteira de crédito	38.438.567	--	--	--	--	--	(3.433)	38.435.134
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	14.014.445	83	52.292	--	--	159.416	(323.498)	13.902.738
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13.912.091	267.537	22.477	43.564	--	(991)	--	14.244.678
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	1.161.865	74.372	--	--	--	--	--	1.236.237
Resultado das aplicações compulsórias	1.632.115	--	--	--	--	--	--	1.632.115
Resultado de outros ativos financeiros	(532.469)	--	23	--	--	--	--	(532.446)
Despesas da intermediação financeira	(43.403.270)	(112.170)	--	--	--	(186.201)	578.986	(43.122.655)
Recursos de instituições financeiras	(22.571.772)	(112.170)	--	--	--	--	578.986	(22.104.956)
Recursos de clientes	(14.108.236)	--	--	--	--	--	--	(14.108.236)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(6.072.839)	--	--	--	--	(186.201)	--	(6.259.040)
Outras despesas de captação	(650.423)	--	--	--	--	--	--	(650.423)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(10.135.913)	(7.296)	--	--	--	(6.685)	--	(10.149.894)
Carteira de crédito	(10.000.314)	--	--	--	--	--	--	(10.000.314)
Outros ativos financeiros	(135.599)	(7.296)	--	--	--	(6.685)	--	(149.580)
Outras receitas	8.252.649	128.574	869.276	2.665.503	666.491	1.574.349	(1.051.936)	13.104.906
Receitas de prestação de serviços	5.310.531	87.293	866.983	1.346.183	10.622	1.164.806	(442.036)	8.344.382
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	180.101	(1.000)	--	1.204.106	458.754	--	--	1.841.961
Demais receitas	2.762.017	42.281	2.293	115.214	197.115	409.543	(609.900)	2.918.563
Outras despesas	(14.610.096)	(52.643)	(146.833)	(285.080)	(79.358)	(832.595)	799.881	(15.206.724)
Despesas de pessoal	(5.688.262)	(9.006)	(36.935)	(21.139)	(1.309)	(125.137)	1.495	(5.880.293)
Outras despesas administrativas	(2.712.403)	(8.738)	(21.274)	(30.379)	(262)	(112.670)	441.284	(2.444.442)
Amortização	(608.563)	--	--	(224)	--	(1.000)	--	(609.787)
Depreciação	(410.655)	--	--	--	--	(9.179)	--	(419.834)
Despesas tributárias	(1.661.880)	(20.083)	(61.110)	(164.516)	(27.879)	(166.384)	--	(2.101.852)
Demais despesas	(3.528.333)	(14.816)	(27.514)	(68.822)	(49.908)	(418.225)	357.102	(3.750.516)
Provisões	(2.421.867)	(4)	(981)	(2.822)	(6)	(6.777)	--	(2.432.457)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(2.395.562)	(4)	(981)	(2.822)	(6)	(6.777)	--	(2.406.152)
Outras	(26.305)	--	--	--	--	--	--	(26.305)
Resultado antes dos tributos e participações	6.308.117	298.453	796.254	2.421.165	587.127	700.516	--	11.111.632
Imposto de Renda e Contribuição Social	965.743	(134.258)	(318.156)	(412.994)	(100.963)	(228.726)	--	(229.354)
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.119.954)	--	(800)	--	--	(3.661)	--	(1.124.415)
Participação dos não controladores	(306.143)	--	--	(662.358)	--	(7.161)	--	(975.662)
Lucro líquido	5.847.763	164.195	477.298	1.345.813	486.164	460.968	--	8.782.201
Saldos patrimoniais								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	479.380.927	3.146	1.844.479	3.468.529	3.861.810	6.653.081	(19.417.203)	475.794.769
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	504.926.002	3.396.595	329.973	1.653.792	513	461.729	(903.475)	509.865.129
Carteira de crédito líquida de provisões	945.429.110	--	--	--	--	--	(104.407)	945.324.703
Investimentos	26.885.291	1.028.328	--	9.069.135	5.467.402	18	(20.510.339)	21.939.835
Demais Ativos	344.436.959	981.888	415.414	2.955.322	982.071	8.502.028	(6.166.765)	352.106.917
Total do ativo	2.301.058.289	5.409.957	2.589.866	17.146.778	10.311.796	15.616.856	(47.102.189)	2.305.031.353
Passivo	2.128.289.535	4.389.120	682.696	5.759.553	219.294	11.698.091	(25.027.629)	2.126.010.660
Recursos de clientes	799.684.617	--	--	--	--	--	(81.997)	799.602.620
Recursos de instituições financeiras	776.695.185	3.819.947	--	--	--	104.407	(19.521.514)	761.098.025
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	276.179.850	--	--	--	--	9.253.952	--	285.433.802
Provisões	27.319.782	823	49.970	36.116	251	393.449	(7.567)	27.792.824
Demais Passivos	248.410.101	568.350	632.726	5.723.437	219.043	1.946.283	(5.416.551)	252.083.389
Patrimônio líquido	172.768.754	1.020.837	1.907.170	11.387.225	10.092.502	3.918.765	(22.074.560)	179.020.693
Total do passivo e patrimônio líquido	2.301.058.289	5.409.957	2.589.866	17.146.778	10.311.796	15.616.856	(47.102.189)	2.305.031.353



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	1º Trimestre/2023							
	Informações Gerenciais por Segmento							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, previdência e capitalização	Meios de Pagamento	Outros segmentos	Eliminações Intersegmentos	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	60.100.561	283.544	86.061	23.453	121.656	143.651	(440.936)	60.317.990
Resultado da carteira de crédito	31.670.166	--	--	--	--	--	(4.684)	31.665.482
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	15.304.273	105	76.192	--	--	146.399	(436.252)	15.090.717
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11.253.383	312.343	9.867	23.453	121.656	(2.710)	--	11.717.992
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	408.565	(28.904)	--	--	--	69	--	379.730
Resultado das aplicações compulsórias	1.834.336	--	--	--	--	--	--	1.834.336
Resultado de outros ativos financeiros	(370.162)	--	2	--	--	(107)	--	(370.267)
Despesas da intermediação financeira	(40.893.098)	(214.188)	--	--	--	(147.611)	673.271	(40.581.626)
Recursos de instituições financeiras	(19.248.565)	(214.188)	--	--	--	--	673.271	(18.789.482)
Recursos de clientes	(15.908.561)	--	--	--	--	--	--	(15.908.561)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	(5.400.063)	--	--	--	--	(147.611)	--	(5.547.674)
Outras despesas de captação	(335.909)	--	--	--	--	--	--	(335.909)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(4.119.656)	(6.662)	--	--	(384)	(11.818)	--	(4.138.520)
Carteira de crédito	(4.148.323)	--	--	--	--	--	--	(4.148.323)
Outros ativos financeiros	28.667	(6.662)	--	--	(384)	(11.818)	--	9.803
Outras receitas	8.779.446	79.558	821.231	2.513.784	548.931	1.339.126	(992.107)	13.089.969
Receitas de prestação de serviços	5.466.663	48.372	818.285	1.207.188	11.508	963.460	(383.774)	8.131.702
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	134.124	(7.437)	--	1.131.661	398.334	--	--	1.656.682
Demais receitas	3.178.659	38.623	2.946	174.935	139.089	375.666	(608.333)	3.301.585
Outras despesas	(13.871.054)	(42.809)	(142.317)	(310.317)	(84.976)	(704.788)	759.772	(14.396.489)
Despesas de pessoal	(5.445.834)	(5.937)	(34.235)	(19.563)	(1.549)	(112.046)	1.471	(5.617.693)
Outras despesas administrativas	(2.599.891)	(10.371)	(15.930)	(27.864)	(299)	(76.018)	391.062	(2.339.311)
Amortização	(577.813)	--	--	(204)	--	(1.132)	--	(579.149)
Depreciação	(386.386)	--	--	(5)	--	(8.727)	--	(395.118)
Despesas tributárias	(1.504.656)	(10.292)	(58.700)	(150.960)	(20.012)	(140.152)	--	(1.884.772)
Demais despesas	(3.356.474)	(16.209)	(33.452)	(111.721)	(63.116)	(366.713)	367.239	(3.580.446)
Provisões	(1.909.120)	(23.790)	(1.743)	(1.455)	(23)	(263)	--	(1.936.394)
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.999.960)	(23.790)	(1.743)	(1.455)	(23)	(64)	--	(2.027.035)
Outras	90.840	--	--	--	--	(199)	--	90.641
Resultado antes dos tributos e participações	8.087.079	75.653	763.232	2.225.465	585.204	618.297	--	12.354.930
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.296.761)	(36.931)	(305.138)	(366.299)	(81.482)	(197.147)	--	(2.283.758)
Participação de empregados e administradores no lucro	(1.046.397)	--	(589)	--	--	(3.311)	--	(1.050.297)
Participação dos não controladores	(188.030)	--	--	(618.878)	--	(7.375)	--	(814.283)
Lucro líquido	5.555.891	38.722	457.505	1.240.288	503.722	410.464	--	8.206.592
Saldo patrimonial								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	463.841.851	--	1.765.070	2.811.248	3.039.606	6.087.263	(19.961.101)	457.583.937
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	425.002.669	6.046.596	379.239	1.024.837	3.383.774	473.735	(910.900)	435.399.950
Carteira de crédito líquida de provisões	866.634.917	--	--	--	--	--	(119.604)	866.515.313
Investimentos	24.917.134	948.492	--	7.372.575	5.023.693	23	(18.773.136)	19.488.781
Demais Ativos	329.189.125	887.507	413.484	2.523.638	718.780	6.969.769	(4.946.080)	335.756.223
Total do ativo	2.109.585.696	7.882.595	2.557.793	13.732.298	12.165.853	13.530.790	(44.710.821)	2.114.744.204
Passivo	1.945.454.258	6.974.790	713.431	4.263.346	2.206.878	9.971.662	(24.372.793)	1.945.211.572
Recursos de clientes	750.802.142	--	--	--	--	--	(78.530)	750.723.612
Recursos de instituições financeiras	740.983.184	6.465.365	--	--	--	119.604	(20.079.766)	727.488.387
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	232.928.606	--	--	--	--	8.159.817	--	241.088.423
Provisões	26.051.740	24.584	45.743	17.773	77	332.522	(41)	26.472.398
Demais Passivos	194.688.586	484.841	667.688	4.245.573	2.206.801	1.359.719	(4.214.456)	199.438.752
Patrimônio líquido	164.131.438	907.805	1.844.362	9.468.952	9.958.975	3.559.128	(20.338.028)	169.532.632
Total do passivo e patrimônio líquido	2.109.585.696	7.882.595	2.557.793	13.732.298	12.165.853	13.530.790	(44.710.821)	2.114.744.204



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7 – Caixa e equivalentes de caixa

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Disponibilidades	21.130.064	14.022.703	23.837.850	17.327.745
Disponibilidades em moeda nacional	12.074.103	9.834.960	12.076.959	9.894.579
Disponibilidades em moeda estrangeira	9.055.961	4.187.743	11.760.891	7.433.166
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	61.187.847	44.154.995	51.246.138	37.672.070
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	--	--	5.613.873	6.457.559
Aplicações em depósitos interfinanceiros	59.748.909	42.398.623	44.193.327	29.458.139
Aplicações em moeda estrangeira	1.438.938	1.756.372	1.438.938	1.756.372
Total	82.317.911	58.177.698	75.083.988	54.999.815

1 - Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.



8 – Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Depósitos de poupança	41.051.717	40.905.905	41.051.717	40.905.905
Depósitos à vista	15.968.506	6.999.866	15.968.506	6.999.866
Depósitos a prazo	37.691.739	35.616.486	37.691.739	35.616.486
Conta de pagamento instantâneo	8.258.806	15.946.221	8.258.806	15.946.221
Depósitos de moeda eletrônica	210.205	260.638	210.205	260.638
Recursos de microfinanças	978	76.785	978	76.785
Aplicações voluntárias no Banco Central	8.600.000	1.999.999	8.600.000	1.999.999
Ativo circulante	111.781.951	101.805.900	111.781.951	101.805.900
Ativo não circulante	--	--	--	--
Total	111.781.951	101.805.900	111.781.951	101.805.900

b) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Depósitos de poupança	689.227	784.396	689.227	784.396
Exigibilidade sobre recursos a prazo	942.888	1.049.940	942.888	1.049.940
Total	1.632.115	1.834.336	1.632.115	1.834.336



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

9 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Aplicações no mercado aberto	414.860.961	387.601.515	420.192.036	393.782.839
Re vendas a liquidar - posição bancada	--	88.408.902	5.731.166	95.066.521
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	3.159	3.099
Letras do Tesouro Nacional	--	45.124.763	313.326	45.467.277
Notas do Tesouro Nacional	--	43.284.139	86.765	43.417.921
Outros títulos	--	--	5.327.916	6.178.224
Re vendas a liquidar - posição financiada	414.860.961	299.192.613	414.460.870	298.716.318
Notas do Tesouro Nacional	356.354.504	273.346.620	356.267.739	273.212.838
Letras do Tesouro Nacional	56.042.682	25.128.176	55.729.356	24.785.663
Outros títulos	2.463.775	717.817	2.463.775	717.817
Aplicações em depósitos interfinanceiros ¹	106.069.024	96.931.088	55.602.733	38.378.151
Total	520.929.985	484.532.603	475.794.769	432.160.990
Ativo circulante	486.075.079	447.791.719	471.814.932	428.963.795
Ativo não circulante	34.854.906	36.740.884	3.979.837	3.197.195

1 - Inclui no Consolidado, o montante de R\$ 2.114.230 mil (R\$ 2.632.274 mil em 31/12/2023) referente a aplicações no exterior determinadas pelas autoridades monetárias locais.

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Rendas de aplicações no mercado aberto	11.756.566	13.584.592	12.856.342	14.342.579
Posição financiada	11.736.530	13.548.053	11.736.530	13.548.053
Posição bancada	20.036	36.539	1.119.812	794.526
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	2.241.137	2.102.578	1.046.396	748.138
Total	13.997.703	15.687.170	13.902.738	15.090.717



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10 – Títulos e valores mobiliários

a) Carteira de títulos e valores mobiliários por categoria de classificação, montante, tipo de papel e faixas de vencimento:

a.1) Resumo da carteira por categoria e prazo de realização

Categoria de Classificação	Banco Múltiplo							
	31/03/2024				31/12/2023			
	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira
1 - Títulos para negociação ¹	5.988.211	--	5.988.211	1%	5.727.346	--	5.727.346	1%
2 - Títulos disponíveis para venda	12.286.894	415.240.103	427.526.997	88%	19.470.751	374.396.508	393.867.259	87%
3 - Mantidos até o vencimento	24.296.368	27.788.255	52.084.623	11%	24.443.503	26.737.293	51.180.796	12%
Valor contábil da carteira	42.571.473	443.028.358	485.599.831	100%	49.641.600	401.133.801	450.775.401	100%
Marcação a mercado da categoria 3	149.278	(386.551)	(237.273)		116.888	(283.114)	(166.226)	
Valor de mercado da carteira	42.720.751	442.641.807	485.362.558		49.758.488	400.850.687	450.609.175	

1 - Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.2) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	Banco Múltiplo									
	31/03/2024							31/12/2023		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para negociação	101.985	189.541	35.682	5.661.003	6.017.933	5.988.211	(29.722)	5.699.346	5.727.346	28.000
Títulos públicos	101.474	189.540	34.852	4.969.151	5.309.127	5.295.017	(14.110)	4.867.521	4.895.318	27.797
Letras Financeiras do Tesouro	--	27.883	2.548	1.018.603	1.048.583	1.049.034	451	1.869.562	1.870.135	573
Letras do Tesouro Nacional	101.474	2.839	26.147	2.455.467	2.588.088	2.585.927	(2.161)	934.699	940.490	5.791
Notas do Tesouro Nacional	--	158.818	6.157	1.495.081	1.672.456	1.660.056	(12.400)	2.063.260	2.084.693	21.433
Títulos privados	511	1	830	691.852	708.806	693.194	(15.612)	831.825	832.028	203
Debêntures	64	--	316	487.272	494.044	487.652	(6.392)	459.642	459.084	(558)
Cotas de fundos de investimento	87	--	--	--	1	87	86	1	85	84
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	1	--	46.184	46.141	46.185	44	105.542	106.602	1.060
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	360	--	514	158.396	168.620	159.270	(9.350)	266.640	266.257	(383)
2 - Títulos disponíveis para venda	950.637	9.212.964	2.123.293	415.240.103	429.874.829	427.526.997	(2.347.832)	396.284.088	393.867.259	(2.416.829)
Títulos públicos	116.738	5.239.622	297.896	371.699.577	378.668.382	377.353.833	(1.314.549)	342.369.095	341.590.798	(778.297)
Letras Financeiras do Tesouro	--	70.307	277.923	332.606.362	332.671.137	332.954.592	283.455	293.578.439	293.743.349	164.910
Letras do Tesouro Nacional	--	2.927.801	--	4.764.765	7.692.023	7.692.566	543	11.616.904	11.670.952	54.048
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	22.917.044	23.447.699	22.917.044	(530.655)	23.411.943	23.328.403	(83.540)
Títulos da Dívida Agrária	--	--	--	--	--	--	--	36	15	(21)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	129	--	19.973	9.674.340	10.664.720	9.694.442	(970.278)	10.155.195	9.343.182	(812.013)
Títulos de Governos Estrangeiros	116.609	2.241.514	--	1.699.036	4.153.803	4.057.159	(96.644)	3.564.294	3.463.744	(100.550)
Outros	--	--	--	38.030	39.000	38.030	(970)	42.284	41.153	(1.131)
Títulos privados	833.899	3.973.342	1.825.397	43.540.526	51.206.447	50.173.164	(1.033.283)	53.914.993	52.276.461	(1.638.532)
Debêntures	208.220	1.037.898	791.565	34.354.759	37.050.589	36.392.442	(658.147)	41.826.417	40.545.181	(1.281.236)
Notas Promissórias	--	350.961	--	4.292.847	4.857.108	4.643.808	(213.300)	4.927.521	4.799.441	(128.080)
Cotas de fundos de investimento	200.924	--	248.751	1.407.173	1.904.111	1.856.848	(47.263)	1.937.774	1.855.043	(82.731)
Ações	159.093	--	--	--	95.402	159.093	63.691	92.591	130.247	37.656
Certificados de Depósito Bancário	--	--	--	--	--	--	--	1.212.249	1.235.548	23.299
Eurobonds	265.662	2.584.483	785.081	3.311.899	7.132.497	6.947.125	(185.372)	3.752.074	3.541.851	(210.223)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	69.310	65.609	69.310	3.701	65.193	66.174	981
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	--	--	--	104.538	101.131	104.538	3.407	101.174	102.976	1.802



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	Banco Múltiplo									
	31/03/2024							31/12/2023		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o vencimento	2.844.389	12.110.084	9.491.173	27.401.704	52.084.623	51.847.350	(237.273)	51.180.796	51.014.570	(166.226)
Títulos públicos	1.204.480	2.927.801	--	2.551.698	6.654.185	6.683.979	29.794	9.485.201	9.524.001	38.800
Letras do Tesouro Nacional	--	2.927.801	--	1.217.262	4.145.847	4.145.063	(784)	7.058.959	7.054.682	(4.277)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.204.480	--	--	1.334.436	2.508.338	2.538.916	30.578	2.426.242	2.469.319	43.077
Títulos privados	1.639.909	9.182.283	9.491.173	24.850.006	45.430.438	45.163.371	(267.067)	41.695.595	41.490.569	(205.026)
Debêntures	68.599	257.798	--	6.027.079	6.925.357	6.353.476	(571.881)	6.456.096	5.962.616	(493.480)
Cédulas de Produto Rural – Commodities	1.571.310	8.286.448	9.395.312	8.121.936	26.891.465	27.375.006	483.541	23.894.770	24.328.987	434.217
Certificados de Depósito Bancário	--	583.993	--	--	578.722	583.993	5.271	196.609	199.647	3.038
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	54.044	95.861	10.404.282	10.741.927	10.554.187	(187.740)	11.148.117	10.999.317	(148.800)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	2	3	2	(1)	3	2	(1)
Outros	--	--	--	296.707	292.964	296.707	3.743	--	--	--
Total	3.897.011	21.512.589	11.650.148	448.302.810	487.977.385	485.362.558	(2.614.827)	453.164.230	450.609.175	(2.555.055)

a.3) Composição da carteira por tipo e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	Banco Múltiplo									
	31/03/2024							31/12/2023		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	3.897.011	21.512.589	11.650.148	448.302.810	487.977.385	485.362.558	(2.614.827)	453.164.230	450.609.175	(2.555.055)
Carteira própria	2.692.401	19.611.661	11.320.637	160.524.719	196.107.948	194.149.418	(1.958.530)	153.056.997	151.253.058	(1.803.939)
Vinculados a compromissos de recompra	1.204.610	1.016.049	51.588	283.306.689	286.243.435	285.578.936	(664.499)	294.383.427	293.629.634	(753.793)
Vinculados à prestação de garantias	--	884.879	277.923	4.471.402	5.626.002	5.634.204	8.202	5.723.806	5.726.483	2.677



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.4) Resumo da carteira consolidada por categoria e prazo de realização

Categoria de Classificação	Consolidado							
	31/03/2024				31/12/2023			
	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira	Circulante	Não circulante	Total	Participação na Carteira
1 - Títulos para negociação ¹	12.226.281	--	12.226.281	2%	12.045.093	--	12.045.093	2%
2 - Títulos disponíveis para venda	14.831.973	420.236.428	435.068.401	86%	22.912.893	378.683.966	401.596.859	86%
3 - Mantidos até o vencimento	27.912.478	30.475.513	58.387.991	12%	25.982.096	27.370.225	53.352.321	12%
Valor contábil da carteira	54.970.732	450.711.941	505.682.673	100%	60.940.082	406.054.191	466.994.273	100%
Marcação a mercado da categoria 3	149.084	(386.550)	(237.466)		116.889	(283.114)	(166.225)	
Valor de mercado da carteira	55.119.816	450.325.391	505.445.207		61.056.971	405.771.077	466.828.048	

1 - Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.5) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	Consolidado									
	31/03/2024							31/12/2023		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para negociação	458.798	995.939	111.748	10.659.796	11.535.953	12.226.281	690.328	11.600.391	12.045.093	444.702
Títulos públicos	175.989	988.954	68.242	6.937.504	7.567.201	8.170.689	603.488	7.063.774	7.399.824	336.050
Letras Financeiras do Tesouro	--	46.414	2.548	2.907.867	2.760.546	2.956.829	196.283	3.671.131	3.825.564	154.433
Letras do Tesouro Nacional	101.475	2.838	26.147	2.455.467	2.588.088	2.585.927	(2.161)	934.699	940.490	5.791
Notas do Tesouro Nacional	--	158.818	6.157	1.495.081	1.672.456	1.660.056	(12.400)	2.063.260	2.084.693	21.433
Títulos da Dívida Externa Brasileira	74.514	--	27.843	39.058	143.784	141.415	(2.369)	163.239	162.113	(1.126)
Títulos de Governos Estrangeiros	--	780.884	5.547	40.031	402.327	826.462	424.135	231.445	386.964	155.519
Títulos privados	282.809	6.985	43.506	3.722.292	3.968.752	4.055.592	86.840	4.536.617	4.645.269	108.652
Debêntures	64	--	316	2.420.772	2.415.354	2.421.152	5.798	2.216.939	2.233.415	16.476
Cotas de fundos de investimento	196.079	--	--	--	105.721	196.079	90.358	343.397	423.553	80.156
Ações	53.397	--	--	--	53.348	53.397	49	62.318	62.351	33
Eurobonds	--	6.984	42.676	186.416	235.238	236.076	838	174.557	178.228	3.671
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	1	--	303.668	315.562	303.669	(11.893)	705.105	687.834	(17.271)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	360	--	514	715.742	714.926	716.616	1.690	1.034.301	1.059.888	25.587
Outros	32.909	--	--	95.694	128.603	128.603	--	--	--	--
2 - Títulos disponíveis para venda	1.446.635	10.335.362	3.049.976	420.236.428	437.460.262	435.068.401	(2.391.861)	403.866.978	401.596.859	(2.270.119)
Títulos públicos	198.492	6.020.728	1.007.431	372.273.415	380.813.931	379.500.066	(1.313.865)	345.198.120	344.530.659	(667.461)
Letras Financeiras do Tesouro	--	289.970	350.413	332.606.362	332.963.160	333.246.745	283.585	294.576.316	294.741.498	165.182
Letras do Tesouro Nacional	--	2.927.801	--	4.764.765	7.692.023	7.692.566	543	11.616.904	11.670.952	54.048
Notas do Tesouro Nacional	--	--	--	22.917.044	23.447.699	22.917.044	(530.655)	23.411.943	23.328.403	(83.540)
Títulos da Dívida Agrária	--	--	--	--	--	--	--	36	15	(21)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	52.272	--	333.757	9.801.612	11.206.853	10.187.641	(1.019.212)	10.682.435	9.825.821	(856.614)
Títulos de Governos Estrangeiros	146.220	2.802.957	323.261	2.145.584	5.465.178	5.418.022	(47.156)	4.868.184	4.922.799	54.615
Outros	--	--	--	38.048	39.018	38.048	(970)	42.302	41.171	(1.131)
Títulos privados	1.248.143	4.314.634	2.042.545	47.963.013	56.646.331	55.568.335	(1.077.996)	58.668.858	57.066.200	(1.602.658)
Debêntures	208.220	1.057.347	846.263	34.592.172	37.359.884	36.704.002	(655.882)	41.992.859	40.711.705	(1.281.154)
Notas Promissórias	--	350.961	--	4.293.846	4.858.107	4.644.807	(213.300)	4.928.489	4.800.409	(128.080)
Cotas de fundos de investimento	461.299	148.616	334.979	680.727	1.538.882	1.625.621	86.739	1.431.118	1.512.147	81.029
Ações	182.293	--	--	--	134.833	182.293	47.460	131.933	155.011	23.078
Certificados de Depósito Bancário	--	50.399	--	--	50.399	50.399	--	1.246.552	1.269.851	23.299
Eurobonds	265.662	2.584.483	785.081	3.467.526	7.305.712	7.102.752	(202.960)	3.921.157	3.690.738	(230.419)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	69.310	65.609	69.310	3.701	65.193	66.174	981
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	--	--	--	104.538	101.131	104.538	3.407	101.174	102.976	1.802
Outros	130.669	122.828	76.222	4.754.894	5.231.774	5.084.613	(147.161)	4.850.383	4.757.189	(93.194)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Vencimento em Dias	Consolidado									
	31/03/2024							31/12/2023		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
3 - Mantidos até o vencimento	3.047.644	15.177.627	9.836.291	30.088.963	58.387.991	58.150.525	(237.466)	53.352.321	53.186.096	(166.225)
Títulos públicos	1.407.735	5.995.343	345.118	5.238.957	12.957.552	12.987.153	29.601	11.656.725	11.695.526	38.801
Letras do Tesouro Nacional	--	2.927.801	--	1.217.262	4.145.847	4.145.063	(784)	7.058.959	7.054.682	(4.277)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.204.481	--	--	1.334.437	2.508.338	2.538.918	30.580	2.426.242	2.469.320	43.078
Títulos de Governos Estrangeiros	203.254	3.067.542	345.118	2.687.258	6.303.367	6.303.172	(195)	2.171.524	2.171.524	--
Títulos privados	1.639.909	9.182.284	9.491.173	24.850.006	45.430.439	45.163.372	(267.067)	41.695.596	41.490.570	(205.026)
Debêntures	68.599	257.798	--	6.027.079	6.925.357	6.353.476	(571.881)	6.456.096	5.962.616	(493.480)
Cédulas de Produto Rural – Commodities	1.571.310	8.286.448	9.395.312	8.121.936	26.891.465	27.375.006	483.541	23.894.770	24.328.987	434.217
Certificados de Depósito Bancário	--	583.994	--	--	578.723	583.994	5.271	196.610	199.648	3.038
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	54.044	95.861	10.404.282	10.741.927	10.554.187	(187.740)	11.148.117	10.999.317	(148.800)
Certificados de Recebíveis Imobiliários	--	--	--	2	3	2	(1)	3	2	(1)
Outros	--	--	--	296.707	292.964	296.707	3.743	--	--	--
Total	4.953.077	26.508.928	12.998.015	460.985.187	507.384.206	505.445.207	(1.938.999)	468.819.690	466.828.048	(1.991.642)

a.6) Composição da carteira consolidada por tipo e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	Consolidado									
	31/03/2024							31/12/2023		
	Valor de Mercado				Total			Total		
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de Mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	4.953.077	26.508.928	12.998.015	460.985.187	507.384.206	505.445.207	(1.938.999)	468.819.690	466.828.048	(1.991.642)
Carteira própria	3.748.467	23.173.292	12.354.509	192.945.306	233.552.371	232.221.574	(1.330.797)	192.143.196	190.901.573	(1.241.623)
Vinculados a compromissos de recompra	1.204.610	1.016.050	338.925	263.122.556	266.346.639	265.682.141	(664.498)	270.336.676	269.582.883	(753.793)
Vinculados à prestação de garantias	--	2.319.586	304.581	4.917.325	7.485.196	7.541.492	56.296	6.339.818	6.343.592	3.774



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Títulos de renda fixa	10.686.036	9.477.625	12.918.444	12.068.543
Títulos de renda variável	1.367.321	(311.629)	1.326.234	(350.551)
Total	12.053.357	9.165.996	14.244.678	11.717.992

c) Reclassificação de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no período de 01/01 a 31/03/2024.



11 – Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições, administrar risco de crédito e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado e de investimento no exterior) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pelo Banco são compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 30. As operações de hedge contábil se propõem a mitigar riscos de mercado, tais como variações em taxas de juros e variações em taxas de câmbio.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos. O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos. As estratégias são elaboradas com base em:

- análise de cenários econômicos;
- análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
- simulação de resultados esperados;
- simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado, no fluxo de caixa ou na variação cambial do item objeto de hedge.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada. O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 31/03/2024, foi de R\$ 163.994 mil (R\$ 379.218 mil em 31/12/2023). A exposição de crédito em swap totalizou R\$ 1.621.445 mil em 31/03/2024 (R\$ 941.228 mil em 31/12/2023).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a) Composições

a.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	Banco Múltiplo						Consolidado					
	31/03/2024			31/12/2023			31/03/2024			31/12/2023		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado
Contratos de Futuros												
Compromissos de Compra	22.145.558	--	--	28.516.653	--	--	22.336.671	--	--	28.550.980	--	--
DI	17.465.665	--	--	8.512.528	--	--	17.465.665	--	--	8.512.528	--	--
Moedas	1.740.133	--	--	19.388.018	--	--	1.931.246	--	--	19.422.345	--	--
Commodities	865.278	--	--	427.329	--	--	865.278	--	--	427.329	--	--
Cupom cambial	2.074.482	--	--	188.778	--	--	2.074.482	--	--	188.778	--	--
Compromissos de Venda	22.758.049	--	--	19.843.267	--	--	22.904.726	--	--	19.872.132	--	--
DI	6.306.461	--	--	10.305.191	--	--	6.306.461	--	--	10.305.191	--	--
Moedas	8.547.576	--	--	5.493.673	--	--	8.694.253	--	--	5.522.538	--	--
Commodities	1.466.344	--	--	1.201.924	--	--	1.466.344	--	--	1.201.924	--	--
Cupom cambial	6.233.875	--	--	2.358.349	--	--	6.233.875	--	--	2.358.349	--	--
T-Note	203.793	--	--	484.130	--	--	203.793	--	--	484.130	--	--
Contratos a termo												
Posição Ativa	25.774.394	2.848.403	2.770.867	13.981.469	876.906	613.971	25.959.226	2.860.011	2.782.475	14.030.620	881.898	618.963
Termo de título	2.304.799	2.304.799	2.304.799	--	--	--	2.304.799	2.304.799	2.304.799	--	--	--
Termo de moeda	20.746.175	365.017	285.037	11.593.074	647.237	431.376	20.931.007	376.625	296.645	11.642.225	652.229	436.368
Termo de mercadoria	2.723.420	178.587	181.031	2.388.395	229.669	182.595	2.723.420	178.587	181.031	2.388.395	229.669	182.595
Posição Passiva	21.236.657	(3.161.948)	(2.764.542)	17.028.088	(1.165.354)	(819.353)	21.238.300	(3.162.994)	(2.765.588)	17.063.538	(1.167.816)	(821.815)
Termo de título	2.304.799	(2.304.799)	(2.304.799)	--	--	--	2.304.799	(2.304.799)	(2.304.799)	--	--	--
Termo de moeda	18.206.445	(818.393)	(417.316)	16.264.127	(1.143.475)	(795.113)	18.208.088	(819.439)	(418.362)	16.299.577	(1.145.937)	(797.575)
Termo de mercadoria	725.413	(38.756)	(42.427)	763.961	(21.879)	(24.240)	725.413	(38.756)	(42.427)	763.961	(21.879)	(24.240)
Contratos de opções												
De compra - posição comprada	8.100.538	345.815	221.034	4.361.521	219.907	85.460	8.100.538	345.815	221.034	4.361.521	219.907	85.460
Moeda estrangeira	8.100.538	345.815	221.034	4.361.521	219.907	85.460	8.100.538	345.815	221.034	4.361.521	219.907	85.460
De venda - posição comprada	677.366	19.751	12.236	699.339	20.927	24.694	677.366	19.751	12.236	699.339	20.927	24.694
Moeda estrangeira	677.366	19.751	12.236	699.339	20.927	24.694	677.366	19.751	12.236	699.339	20.927	24.694
De compra - posição vendida	497.394	(42.722)	(45.468)	1.055.165	(33.374)	(37.706)	497.394	(42.722)	(45.468)	1.055.165	(33.374)	(37.706)
Moeda estrangeira	87.809	(30.973)	(38.265)	820.500	(26.268)	(28.989)	87.809	(30.973)	(38.265)	820.500	(26.268)	(28.989)
Índice Bovespa	166.082	(7.165)	(4.775)	36.115	(1.770)	(2.808)	166.082	(7.165)	(4.775)	36.115	(1.770)	(2.808)
Índice DI	71.178	(269)	(1.803)	59.708	(247)	(2.657)	71.178	(269)	(1.803)	59.708	(247)	(2.657)
Commodities	172.325	(4.315)	(625)	138.842	(5.089)	(3.252)	172.325	(4.315)	(625)	138.842	(5.089)	(3.252)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Por Indexador	Banco Múltiplo						Consolidado					
	31/03/2024			31/12/2023			31/03/2024			31/12/2023		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de Mercado
De Venda – Posição Vendida	9.002.187	(390.141)	(435.888)	4.705.134	(268.706)	(433.224)	9.002.187	(390.141)	(435.888)	4.705.134	(268.706)	(433.224)
Moeda estrangeira	8.220.749	(368.195)	(446.617)	4.258.845	(243.849)	(420.314)	8.220.749	(368.195)	(446.617)	4.258.845	(243.849)	(420.314)
Índice Bovespa	4.727	(1.648)	(1.650)	13.001	(283)	(118)	4.727	(1.648)	(1.650)	13.001	(283)	(118)
Índice DI	92.065	(18)	(18)	1.584	(10)	(14)	92.065	(18)	(18)	1.584	(10)	(14)
Commodities	684.646	(20.280)	12.397	431.704	(24.564)	(12.778)	684.646	(20.280)	12.397	431.704	(24.564)	(12.778)
Contratos de Swap												
Posição Ativa	28.140.327	960.033	1.105.003	16.537.484	1.110.225	1.218.228	28.140.327	960.033	1.105.003	16.537.484	1.110.225	1.218.228
DI	14.748.025	720.292	744.021	11.585.186	932.068	920.736	14.748.025	720.292	744.021	11.585.186	932.068	920.736
Moeda estrangeira	12.937.372	228.378	343.133	3.702.171	145.283	254.586	12.937.372	228.378	343.133	3.702.171	145.283	254.586
Pré-fixados	372.430	10.101	17.282	1.250.127	32.874	42.906	372.430	10.101	17.282	1.250.127	32.874	42.906
IPCA	82.500	1.262	567	--	--	--	82.500	1.262	567	--	--	--
Posição Passiva	20.026.969	(861.262)	(991.030)	13.434.545	(942.735)	(1.098.468)	20.026.969	(861.262)	(991.030)	13.434.545	(942.735)	(1.098.468)
DI	5.185.788	(153.968)	(150.302)	5.557.544	(332.663)	(302.978)	5.185.788	(153.968)	(150.302)	5.557.544	(332.663)	(302.978)
Moeda estrangeira	12.971.879	(537.504)	(644.332)	5.577.463	(431.698)	(562.461)	12.971.879	(537.504)	(644.332)	5.577.463	(431.698)	(562.461)
Pré-fixados	932.267	(23.579)	(39.053)	1.362.503	(38.811)	(59.341)	932.267	(23.579)	(39.053)	1.362.503	(38.811)	(59.341)
IPCA	937.035	(146.211)	(157.343)	937.035	(139.563)	(173.688)	937.035	(146.211)	(157.343)	937.035	(139.563)	(173.688)
Outros Derivativos ¹												
Posição Ativa												
Moeda estrangeira	6.767.504	82.577	61.264	2.053.845	33.238	32.227	6.767.504	82.974	61.708	1.796.868	33.238	26.341
Posição Passiva												
Moeda estrangeira	2.258.015	(22.488)	(17.800)	5.726.707	(100.347)	(118.507)	1.785.121	(22.488)	(17.800)	5.442.909	(100.369)	(118.529)

1 - Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

a.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor nocional)

Vencimento em Dias	Banco Múltiplo						Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/03/2024	31/12/2023	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31/03/2024	31/12/2023
Contratos de futuros	5.275.037	11.789.346	8.131.304	19.707.920	44.903.607	48.359.920	5.612.827	11.789.346	8.131.304	19.707.920	45.241.397	48.423.112
Contratos a termo	12.972.587	17.683.478	8.350.653	8.004.333	47.011.051	31.009.557	13.159.062	17.683.478	8.350.653	8.004.333	47.197.526	31.094.158
Contratos de opções	895.903	2.396.239	3.482.262	11.503.081	18.277.485	10.821.159	895.903	2.396.239	3.482.262	11.503.081	18.277.485	10.821.159
Contratos de swap	12.240.717	10.862.754	7.237.017	17.826.808	48.167.296	29.972.029	12.240.717	10.862.754	7.237.017	17.826.808	48.167.296	29.972.029
Outros	2.464.211	5.612.293	937.991	11.024	9.025.519	7.780.552	2.227.970	5.375.640	937.991	11.024	8.552.625	7.239.777



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor nominal)

	Banco Múltiplo					Consolidado				
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros
Bolsa										
B3	39.671.519	--	856.971	--	--	39.671.519	--	856.971	--	--
Exterior	5.232.088	--	--	--	--	5.569.878	--	--	--	--
Balcão										
Instituições financeiras	--	4.609.598	--	36.010.649	9.025.519	--	4.796.073	--	36.010.649	8.552.625
Clientes	--	42.401.453	17.420.514	12.156.647	--	--	42.401.453	17.420.514	12.156.647	--

a.4) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo		Consolidado		
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	
Letras Financeiras do Tesouro		2.662.930	3.167.240	2.662.930	3.167.240

a.5) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/03/2024		31/12/2023		31/03/2024		31/12/2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo								
Contratos a termo	2.700.102	70.765	443.057	170.914	2.711.710	70.765	448.049	170.914
Contratos de opções	230.306	2.964	116.611	(6.457)	230.306	2.964	116.611	(6.457)
Contratos de swap	688.830	416.173	723.244	494.984	688.830	416.173	723.244	494.984
Outros derivativos	61.264	--	32.227	--	61.708	--	26.341	--
Total	3.680.502	489.902	1.315.139	659.441	3.692.554	489.902	1.314.245	659.441
Passivo								
Contratos a termo	(2.690.300)	(74.242)	(498.328)	(321.025)	(2.691.346)	(74.242)	(500.790)	(321.025)
Contratos de opções	(137.015)	(344.341)	(128.877)	(342.053)	(137.015)	(344.341)	(128.877)	(342.053)
Contratos de swap	(170.068)	(820.962)	(226.005)	(872.463)	(170.068)	(820.962)	(226.005)	(872.463)
Outros derivativos	(17.313)	(487)	(117.866)	(641)	(17.313)	(487)	(117.888)	(641)
Total	(3.014.696)	(1.240.032)	(971.076)	(1.536.182)	(3.015.742)	(1.240.032)	(973.560)	(1.536.182)

b) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco Múltiplo		Consolidado		
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	
Contratos de futuro		343.736	469.089	434.371	440.077
Contratos a termo		163.589	(419.817)	148.219	(408.979)
Contratos de opções		107.431	(57.395)	107.431	(47.785)
Contratos de swap		(9.674)	426.250	(9.674)	426.250
Outros derivativos		550.037	(22.854)	555.890	(29.833)
Total		1.155.119	395.273	1.236.237	379.730



c) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

O Banco realiza estruturas de Hedge de valor de mercado e de Hedge de investimento líquido no exterior com o objetivo de gerenciar o risco de taxa de juros e o risco cambial apresentados por operações próprias. O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge, do instrumento de hedge e a metodologia a ser utilizada para avaliar a sua efetividade desde a concepção da estrutura de hedge contábil.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de hedge compatíveis. Por decisão da Administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de hedge.

Para proteger o valor justo e o risco cambial dos instrumentos designados como objeto de hedge, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos (Contratos futuros e swaps).

No início do relacionamento de hedge e de forma contínua, o Banco avalia e acompanha as estratégias para garantir que sejam altamente efetivas, ou seja, os instrumentos de hedge compensem as variações no valor justo atribuídos aos respectivos itens objeto de hedge durante o período estabelecido para o relacionamento de hedge.

A avaliação de efetividade das estruturas de hedge é feita de forma prospectiva e retrospectiva (no decorrer das operações). Para tanto, algumas metodologias são empregadas, tais como:

- Método Dollar Offset (ou Ratio Analysis), baseado na comparação da variação no valor justo do instrumento de hedge com a variação no valor justo do item objeto de hedge;
- Coeficiente de correlação entre a variação do valor presente do instrumento de hedge e as variações do valor presente do objeto de hedge; e
- Coeficiente beta da regressão entre o regressor (representada pela variação de valor presente do instrumento de hedge) e o regressando (representada pela variação do valor presente do objeto de hedge).

No gerenciamento de risco é esperado que os instrumentos de hedge e os objetos de hedge se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, com o objetivo de mitigar os fatores de riscos. Atualmente, o índice de cobertura designado é 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte, risco de liquidação antecipada do objeto de hedge e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de hedge e o objeto de hedge.



c.1) Hedge de valor de mercado

A estratégia de hedge de valor de mercado do Banco consiste em proteger a exposição à variação no valor justo em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão de valor justo adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de inflação etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do valor justo no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swap de taxa de juros, relativos a ativos e passivos pré-fixados.

O Banco aplica o hedge de valor de mercado como segue:

- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por Títulos Públicos Federais (LTN) classificados como disponíveis para venda. Para gerenciar este risco, contrata futuros de DI ou swaps de juros e os designa como instrumento de hedge em uma estrutura de hedge contábil, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada;
- O Banco possui uma carteira ativa de crédito na modalidade de Crédito Direto do Consumidor (CDC) pré-fixada. Para gerenciar este risco, são contratadas operações de futuros de juros (DI) e designadas como hedge de valor mercado dos créditos correspondente, trocando a exposição de taxa de juros pré-fixada para pós-fixada; e
- O Banco possui risco de taxas de juros e exposição de moeda estrangeira gerada por emissões de títulos e aplicações interfinanceiras realizadas em dependência no exterior. Para gerenciar este risco, designa operações de swap (cross currency interest rate swap) como instrumento de proteção em estrutura de hedge contábil, trocando exposição entre moedas estrangeiras e taxas de juros.

Composição da carteira de derivativos designados para hedge de valor de mercado

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Instrumentos de hedge ¹				
Passivo	(3.253.961)	(6.185.280)	(3.253.961)	(6.185.280)
Contratos de swap	(278.585)	(287.888)	(278.585)	(287.888)
Contratos de futuro	(2.975.376)	(5.897.392)	(2.975.376)	(5.897.392)
Itens objeto de hedge				
Ativo	5.427.458	8.298.827	5.427.458	8.298.827
Títulos e valores mobiliários	2.927.801	5.852.224	2.927.801	5.852.224
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.450.161	2.396.937	2.450.161	2.396.937
Operações de crédito	49.496	49.666	49.496	49.666
Passivo	(2.154.135)	(2.090.360)	(2.154.135)	(2.090.360)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(2.154.135)	(2.090.360)	(2.154.135)	(2.090.360)

1 – Refere-se ao valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos.

Em estruturas de proteção de valor de mercado, os ganhos ou perdas, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os itens objeto de hedge (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente no resultado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
(Perdas)/ganhos dos itens objeto de hedge	(2.942.789)	184.662	(2.942.789)	184.662
Ganhos/(perdas) dos instrumentos de hedge	2.938.499	(168.548)	2.938.499	(168.548)
Efeito líquido	(4.290)	16.114	(4.290)	16.114

c.2) Hedge de investimento líquido no exterior

A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior consiste em proteger a exposição à variação cambial do dólar norte-americano frente ao real devido ao investimento do Banco no BB Américas, cuja moeda funcional é diferente do real. O instrumento de hedge utilizado é o contrato futuro de dólar norte-americano. Essas operações são renovadas mensalmente e o montante designado é atualizado no máximo a cada seis meses tendo em vista a alteração do montante do investimento considerado na estrutura de hedge.

Carteira de derivativos designados para hedge de investimento líquido no exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Instrumentos de hedge				
Passivo	(1.288.576)	(1.233.083)	(1.288.576)	(1.233.083)
Contratos de futuro	(1.288.576)	(1.233.083)	(1.288.576)	(1.233.083)
Itens objeto de hedge				
Ativo	1.281.725	1.225.924	1.281.725	1.225.924
Investimento líquido no exterior	1.281.725	1.225.924	1.281.725	1.225.924

Em estruturas de proteção de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de hedge é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido sob a rubrica de "Outros resultados abrangentes – Hedge de investimento líquido no exterior" (Nota 23.h). A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado.

Ganhos e perdas dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Ganhos/(perdas) dos itens objeto de hedge	39.469	(25.323)	39.469	(25.323)
(Perdas)/ganhos dos instrumentos de hedge	(39.466)	25.323	(39.466)	25.323
Efeito líquido ¹	3	--	3	--

1 – No 1º trimestre/2023 foi reconhecido o montante de R\$ 10.745 mil no resultado de instrumentos financeiros derivativos devido à parcela não efetiva da estrutura de hedge contábil.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

12 – Carteira de crédito

a) Carteira de crédito por modalidade

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Operações de crédito	894.628.969	865.652.310	904.551.190	874.683.503
Empréstimos e direitos creditórios descontados	359.593.855	351.450.680	362.943.258	354.455.324
Financiamentos	152.200.357	147.427.572	152.542.138	147.778.172
Financiamentos rurais	333.105.242	317.277.404	333.105.242	317.277.404
Financiamentos imobiliários	49.604.510	49.364.542	55.835.547	55.040.491
Operações de crédito vinculadas a cessão ¹	125.005	132.112	125.005	132.112
Outros créditos com características de concessão de crédito	96.352.049	99.272.747	97.362.415	100.171.008
Operações com cartão de crédito	48.786.822	51.285.816	49.797.188	52.184.077
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 13.d)	24.858.777	24.924.882	24.858.777	24.924.882
Aquisição de recebíveis	8.373.535	9.165.690	8.373.535	9.165.690
Outros créditos vinculados a operações adquiridas ²	11.009.415	10.539.278	11.009.415	10.539.278
Avais e fianças honrados	78.482	93.927	78.482	93.927
Diversos	3.245.018	3.263.154	3.245.018	3.263.154
Operações de arrendamento mercantil	--	--	461.461	494.847
Total da carteira de crédito	990.981.018	964.925.057	1.002.375.066	975.349.358
Ativo circulante	423.089.909	407.564.569	427.424.880	411.308.919
Ativo não circulante	567.891.109	557.360.488	574.950.186	564.040.439
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	(56.918.066)	(55.806.103)	(57.050.363)	(55.927.619)
Provisão para operações de crédito	(55.190.006)	(53.443.096)	(55.306.804)	(53.551.011)
Provisão para outros créditos com características de concessão de crédito	(1.728.060)	(2.363.007)	(1.739.246)	(2.372.767)
Provisão para arrendamento mercantil	--	--	(4.313)	(3.841)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	934.062.952	909.118.954	945.324.703	919.421.739

1 - Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

2 - Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Resultado da carteira de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Resultado de operações de crédito	36.088.218	31.635.780	38.120.371	31.534.502
Empréstimos e direitos creditórios descontados	19.424.153	18.151.344	21.222.889	17.695.772
Financiamentos rurais	7.478.751	6.237.774	7.478.751	6.237.774
Financiamentos ¹	3.806.487	1.816.578	3.823.797	1.825.927
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.921.330	1.640.232	1.991.290	1.889.040
Financiamentos imobiliários	916.900	1.008.771	1.061.401	1.092.344
Financiamentos à exportação	994.211	866.849	994.209	866.849
Equalização de taxas – safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992	868.999	1.429.906	868.999	1.429.906
Aquisição de recebíveis	281.220	425.449	281.220	425.449
Financiamentos em moedas estrangeiras	228.558	(70.180)	226.368	(68.478)
Adiantamentos a depositantes	101.991	82.893	105.829	93.755
Avais e fianças honrados	3.496	2.679	3.496	2.679
Demais	62.122	43.485	62.122	43.485
Resultado de arrendamento mercantil	--	--	23.511	20.618
Resultado de venda ou transferência de ativos financeiros ²	277.257	151.062	291.252	110.362
Total	36.365.475	31.786.842	38.435.134	31.665.482

1 - Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R\$ 176.468 mil no 1º trimestre/2024 (com impacto no resultado de R\$ 97.058 mil, líquido de tributos), e R\$ 219.044 mil no 1º trimestre/2023 (com impacto no resultado de R\$ 120.474 mil, líquido de tributos). Os valores das carteiras cedidas eram de R\$ 292.320 mil e R\$ 357.651 mil, respectivamente.

2 - Inclui despesas no montante de R\$ 14.271 mil (R\$ 7.484 mil, líquido de tributos) no 1º trimestre/2024 e R\$ 132.138 mil (R\$ 70.337 mil, líquido de tributos) no 1º trimestre/2023, oriundas de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001. As referidas cessões geraram impacto positivo de R\$ 7.206 mil no 1º trimestre/2024 (R\$ 1.638 mil no 1º trimestre/2023), líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Os valores contábeis brutos dessas operações eram de R\$ 27.813 mil e R\$ 194.354 mil respectivamente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/03/2024	%	31/12/2023	%	31/03/2024	%	31/12/2023	%
Setor público	68.841.768	6,9	66.786.053	6,9	69.008.746	6,9	66.944.273	6,9
Administração pública	61.072.063	6,1	59.013.058	6,0	61.239.041	6,0	59.171.278	6,0
Petroleiro	5.617.400	0,5	5.614.664	0,6	5.617.400	0,6	5.614.664	0,6
Energia Elétrica	822.610	0,1	827.534	0,1	822.610	0,1	827.534	0,1
Serviços	508.471	0,1	538.178	0,1	508.471	0,1	538.178	0,1
Demais atividades	821.224	0,1	792.619	0,1	821.224	0,1	792.619	0,1
Setor privado	922.139.250	93,1	898.139.004	93,1	933.366.320	93,1	908.405.085	93,1
Pessoa física	639.001.426	64,5	619.527.098	64,2	642.334.120	64,1	622.587.204	63,8
Pessoa jurídica	283.137.824	28,6	278.611.906	28,9	291.032.200	29,0	285.817.881	29,3
Agronegócio de origem vegetal	39.670.618	4,0	39.475.706	4,1	39.932.380	4,0	39.821.090	4,1
Serviços	32.903.934	3,3	30.262.457	3,1	34.962.594	3,5	32.193.075	3,3
Mineração e metalurgia	23.770.626	2,4	21.289.369	2,2	24.199.637	2,4	21.795.732	2,2
Transportes	16.182.112	1,6	15.836.723	1,6	16.332.708	1,6	15.972.120	1,6
Comércio varejista	15.642.744	1,6	16.902.526	1,8	15.870.033	1,6	17.124.898	1,8
Energia Elétrica	14.635.239	1,5	16.650.988	1,7	14.756.413	1,5	16.671.505	1,7
Agronegócio de origem animal	14.340.515	1,4	15.011.605	1,6	14.619.865	1,5	15.279.754	1,6
Automotivo	14.152.539	1,4	13.855.848	1,4	14.308.294	1,4	13.988.224	1,4
Insumos agrícolas	12.855.977	1,3	12.078.854	1,3	12.862.794	1,3	12.087.264	1,2
Instituições e serviços financeiros	11.628.913	1,2	11.129.254	1,2	12.173.501	1,2	11.573.988	1,2
Combustíveis	10.804.392	1,1	10.414.202	1,1	11.106.397	1,1	10.801.251	1,1
Atividades específicas da construção	10.933.704	1,1	10.539.621	1,1	10.985.864	1,1	10.592.627	1,1
Eletroeletrônico	10.732.198	1,1	10.917.901	1,1	10.756.370	1,1	10.932.898	1,1
Imobiliário	8.830.040	0,9	8.631.524	0,9	9.989.203	1,0	9.673.061	1,0
Químico	9.591.062	1,0	9.467.478	1,0	9.952.031	1,0	9.678.146	1,0
Comércio atacadista e indústrias diversas	8.909.053	0,9	9.082.677	0,9	9.671.531	1,0	9.767.942	1,0
Têxtil e confecções	8.198.012	0,8	7.865.809	0,8	8.235.535	0,8	7.908.143	0,8
Madeireiro e moveleiro	5.876.121	0,6	5.761.040	0,6	5.891.942	0,6	5.777.525	0,6
Papel e celulose	3.949.354	0,4	4.074.806	0,4	4.034.367	0,4	4.125.946	0,4
Construção pesada	3.415.583	0,3	3.330.853	0,3	3.863.620	0,4	3.820.603	0,4
Telecomunicações	2.823.767	0,3	2.686.932	0,3	3.059.009	0,3	2.774.081	0,3
Demais atividades	3.291.321	0,4	3.345.733	0,4	3.468.112	0,2	3.458.008	0,4
Total	990.981.018	100,0	964.925.057	100,0	1.002.375.066	100,0	975.349.358	100,0



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

	Banco Múltiplo										31/03/2024	31/12/2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Operações em curso normal												
Parcelas vincendas												
01 a 30	35.755.586	10.381.966	11.620.650	10.845.965	419.806	551.752	78.666	236.966	480.876	70.372.233	64.122.119	
31 a 60	24.210.795	4.668.121	5.502.462	3.557.879	348.541	694.269	74.828	90.649	632.591	39.780.135	33.429.947	
61 a 90	24.333.049	4.243.924	4.702.086	3.082.129	354.980	512.804	90.478	79.758	360.511	37.759.719	28.557.814	
91 a 180	74.146.434	13.260.947	10.380.995	7.165.047	940.095	1.303.586	153.613	180.690	721.236	108.252.643	94.606.297	
181 a 360	91.865.244	19.141.882	14.972.997	10.675.129	1.743.328	1.584.548	380.008	211.645	1.302.633	141.877.414	164.608.318	
Acima de 360	353.463.347	67.638.962	50.644.866	42.483.951	8.645.342	5.748.683	1.843.819	1.743.669	14.830.291	547.042.930	538.688.770	
Parcelas vencidas												
Até 14 dias	1.099.956	122.312	281.652	416.101	86.435	52.803	13.203	8.117	679.944	2.760.523	1.390.442	
Subtotal	604.874.411	119.458.114	98.105.708	78.226.201	12.538.527	10.448.445	2.634.615	2.551.494	19.008.082	947.845.597	925.403.707	
Operações em curso anormal												
Parcelas vincendas												
01 a 30	--	--	84.484	497.043	200.401	182.976	111.487	96.744	399.260	1.572.395	1.447.477	
31 a 60	--	--	43.399	145.605	99.639	96.797	57.800	51.840	313.879	808.959	601.674	
61 a 90	--	--	36.099	127.595	90.866	111.192	53.537	46.178	189.980	655.447	558.984	
91 a 180	--	--	81.975	300.801	245.480	265.191	140.078	116.600	551.983	1.702.108	1.548.400	
181 a 360	--	--	185.527	551.583	472.359	448.945	255.456	231.007	1.021.589	3.166.466	2.842.382	
Acima de 360	--	--	1.306.020	3.262.470	2.670.643	3.096.003	1.889.855	1.569.582	7.053.606	20.848.179	18.671.718	
Parcelas vencidas												
01 a 14	--	--	15.977	60.008	44.661	55.504	24.536	21.261	86.051	307.998	278.430	
15 a 30	--	--	229.879	345.608	120.289	96.522	42.659	34.813	154.162	1.023.932	914.372	
31 a 60	--	--	71.355	788.331	208.990	177.548	81.829	68.703	295.435	1.692.191	1.539.932	
61 a 90	--	--	1.146	105.967	815.998	234.210	101.158	107.192	331.209	1.696.880	1.381.786	
91 a 180	--	--	--	23.263	102.015	791.913	788.920	709.256	1.156.174	3.571.541	3.454.935	
181 a 360	--	--	--	1	2.720	113.209	152.289	179.570	4.894.840	5.342.629	5.561.353	
Acima de 360	--	--	--	407	--	21.319	15.265	8.590	701.115	746.696	719.907	
Subtotal	--	--	2.055.861	6.208.682	5.074.061	5.691.329	3.714.869	3.241.336	17.149.283	43.135.421	39.521.350	
Total	604.874.411	119.458.114	100.161.569	84.434.883	17.612.588	16.139.774	6.349.484	5.792.830	36.157.365	990.981.018	964.925.057	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Consolidado										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/03/2024	31/12/2023
Operações em curso normal											
Parcelas vencidas											
01 a 30	35.741.577	12.062.189	12.711.961	10.847.113	420.463	551.832	78.675	237.182	481.458	73.132.450	66.147.635
31 a 60	24.269.365	4.844.288	5.517.989	3.558.218	348.619	694.280	74.833	90.686	632.685	40.030.963	33.940.858
61 a 90	24.362.617	4.353.971	4.717.461	3.082.501	355.060	512.813	90.484	79.622	360.574	37.915.103	28.804.709
91 a 180	74.146.506	13.752.566	10.464.015	7.166.095	940.384	1.303.610	153.645	180.797	721.364	108.828.982	94.950.034
181 a 360	91.879.060	19.313.588	15.114.011	10.677.325	1.743.958	1.584.675	380.088	211.761	1.303.031	142.207.497	165.034.186
Acima de 360	353.800.843	68.146.908	56.795.029	42.516.745	8.654.180	5.749.274	1.856.247	1.744.050	14.837.891	554.101.167	545.367.661
Parcelas vencidas											
Até 14 dias	1.099.956	125.568	413.315	416.276	86.567	52.821	13.210	8.118	679.952	2.895.783	1.502.845
Subtotal	605.299.924	122.599.078	105.733.781	78.264.273	12.549.231	10.449.305	2.647.182	2.552.216	19.016.955	959.111.945	935.747.928
Operações em curso anormal											
Parcelas vencidas											
01 a 30	--	--	84.406	497.044	200.400	182.982	111.489	96.656	399.261	1.572.238	1.447.564
31 a 60	--	--	43.399	145.605	99.639	96.801	57.800	51.924	313.879	809.047	601.760
61 a 90	--	--	36.099	127.595	90.866	111.196	53.537	46.261	189.980	655.534	559.069
91 a 180	--	--	81.975	300.801	245.480	265.203	140.078	116.850	551.983	1.702.370	1.548.656
181 a 360	--	--	185.527	551.583	472.359	448.967	255.456	231.502	1.021.589	3.166.983	2.842.885
Acima de 360	--	--	1.306.020	3.262.470	2.670.643	3.096.035	1.889.855	1.570.390	7.053.606	20.849.019	18.672.778
Parcelas vencidas											
01 a 14	--	--	15.978	60.008	44.661	55.504	24.536	21.261	86.051	307.999	278.430
15 a 30	--	--	291.275	346.340	120.574	96.643	42.700	34.903	154.224	1.086.659	940.429
31 a 60	--	--	71.490	821.045	209.560	177.709	81.923	68.819	295.464	1.726.010	1.550.982
61 a 90	--	--	1.146	105.967	821.089	234.460	101.253	107.527	331.418	1.702.860	1.397.037
91 a 180	--	--	--	23.263	102.015	794.199	797.645	710.753	1.156.708	3.584.583	3.471.201
181 a 360	--	--	--	1	2.720	113.209	152.289	179.570	4.903.130	5.350.919	5.568.265
Acima de 360	--	--	--	407	--	21.319	15.265	8.590	703.319	748.900	722.374
Subtotal	--	--	2.117.315	6.242.129	5.080.006	5.694.227	3.723.826	3.245.006	17.160.612	43.263.121	39.601.430
Total	605.299.924	122.599.078	107.851.096	84.506.402	17.629.237	16.143.532	6.371.008	5.797.222	36.177.567	1.002.375.066	975.349.358



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Constituição da provisão para perdas com a carteira de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	Banco Múltiplo							
		31/03/2024				31/12/2023			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total
AA		604.874.411	--	--	--	578.325.293	--	--	--
A	0,5	119.458.114	(597.291)	(58.805)	(656.096)	105.755.477	(528.777)	(40.960)	(569.737)
B	1,0	100.161.569	(1.001.616)	(339.712)	(1.341.328)	108.037.031	(1.080.370)	(359.882)	(1.440.252)
C	3,0	84.434.883	(2.533.046)	(2.018.903)	(4.551.949)	93.600.022	(2.808.001)	(2.621.624)	(5.429.625)
D	10,0	17.612.588	(1.761.259)	(336.450)	(2.097.709)	18.235.283	(1.823.528)	(348.134)	(2.171.662)
E	30,0	16.139.774	(4.841.932)	--	(4.841.932)	14.267.052	(4.280.116)	--	(4.280.116)
F	50,0	6.349.484	(3.174.742)	(2)	(3.174.744)	6.244.317	(3.122.159)	(2)	(3.122.161)
G	70,0	5.792.830	(4.054.981)	(41.962)	(4.096.943)	6.005.148	(4.203.604)	(133.512)	(4.337.116)
H	100,0	36.157.365	(36.157.365)	--	(36.157.365)	34.455.434	(34.455.434)	--	(34.455.434)
Total		990.981.018	(54.122.232)	(2.795.834)	(56.918.066)	964.925.057	(52.301.989)	(3.504.114)	(55.806.103)

1 - Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	Consolidado							
		31/03/2024				31/12/2023			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total
AA		605.299.924	--	--	--	578.933.384	--	--	--
A	0,5	122.599.078	(612.995)	(59.017)	(672.012)	108.379.162	(541.896)	(41.154)	(583.050)
B	1,0	107.851.096	(1.078.511)	(339.886)	(1.418.397)	115.110.597	(1.151.106)	(360.157)	(1.511.263)
C	3,0	84.506.402	(2.535.192)	(2.019.238)	(4.554.430)	93.630.961	(2.808.929)	(2.621.979)	(5.430.908)
D	10,0	17.629.237	(1.762.924)	(336.450)	(2.099.374)	18.269.813	(1.826.981)	(348.134)	(2.175.115)
E	30,0	16.143.532	(4.843.060)	--	(4.843.060)	14.280.860	(4.284.258)	--	(4.284.258)
F	50,0	6.371.008	(3.185.504)	(2)	(3.185.506)	6.266.037	(3.133.019)	(2)	(3.133.021)
G	70,0	5.797.222	(4.058.055)	(41.962)	(4.100.017)	6.006.840	(4.204.788)	(133.512)	(4.338.300)
H	100,0	36.177.567	(36.177.567)	--	(36.177.567)	34.471.704	(34.471.704)	--	(34.471.704)
Total		1.002.375.066	(54.253.808)	(2.796.555)	(57.050.363)	975.349.358	(52.422.681)	(3.504.938)	(55.927.619)

1 - Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Saldo inicial	(55.806.103)	(50.513.636)	(55.927.619)	(50.697.155)
(Constituição)/reversão	(9.968.837)	(4.116.313)	(10.000.314)	(4.148.323)
Provisão mínima requerida	(10.677.117)	(4.664.941)	(10.708.698)	(4.696.751)
Provisão complementar ¹	708.280	548.628	708.384	548.428
Variação cambial - provisões no exterior	(6.212)	6.423	10.876	31.416
Baixas para prejuízo	8.863.086	6.153.489	8.866.694	6.158.951
Saldo final	(56.918.066)	(48.470.037)	(57.050.363)	(48.655.111)

1 - Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

g) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazo de vencimento

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Até 1 ano ¹	--	--	181.331	184.780
De 1 a 5 anos	--	--	278.678	306.515
acima de 5 anos	--	--	1.452	3.552
Total a valor presente	--	--	461.461	494.847

1 - Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

h) Concentração das operações de crédito

	31/03/2024	% da Carteira	31/12/2023	% da Carteira
Maior Devedor	8.989.466	0,9	8.548.212	0,9
10 Maiores devedores	50.978.494	5,1	50.993.522	5,2
20 Maiores devedores	77.225.959	7,7	73.938.496	7,6
50 Maiores devedores	110.567.832	11,0	108.233.474	11,1
100 Maiores devedores	132.779.664	13,2	131.541.573	13,5



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

i) Créditos renegociados

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Créditos renegociados no período	31.346.334	22.761.788	31.346.334	22.761.788
Renegociados por atraso ¹	5.683.922	4.500.139	5.683.922	4.500.139
Renovados ²	25.662.412	18.261.649	25.662.412	18.261.649
Movimentação dos créditos renegociados por atraso				
Saldo inicial	38.325.348	32.689.826	38.325.348	32.689.826
Contratações ¹	5.683.922	4.500.139	5.683.922	4.500.139
(Recebimento) e apropriação de juros ³	(2.024.754)	(4.934.202)	(2.024.754)	(4.934.202)
Baixas para prejuízo	(1.507.854)	(875.941)	(1.507.854)	(875.941)
Saldo final ⁴	40.476.662	31.379.822	40.476.662	31.379.822
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	20.402.516	16.136.212	20.402.516	16.136.212
(%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso	50,4%	51,4%	50,4%	51,4%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso	6.657.568	4.159.592	6.657.568	4.159.592
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	16,4%	13,3%	16,4%	13,3%

1 - Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

2 - Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

3 - Inclui, no 1º Trimestre/2023, créditos renegociados convertidos em títulos e valores mobiliários, no âmbito de recuperação judicial.

4 - Inclui o valor de R\$ 386 mil (R\$ 1.348 mil em 31.03.2023) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 23.356.414 mil (R\$ 14.528.246 mil em 31.03.2023) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

j) Informações Complementares

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Créditos contratados a liberar	194.444.650	196.287.118	194.458.564	196.313.674
Garantias prestadas ¹	11.768.001	11.707.326	11.656.505	11.462.562
Créditos abertos para importação contratados	709.243	989.402	732.251	1.013.011
Créditos de exportação confirmados	687.145	675.243	687.145	675.243
Recursos vinculados	3.392.301	3.183.293	3.392.301	3.183.293

1 - O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Provisões (Nota 21.c).

k) Operações de crédito por linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

	TADE ¹	31/03/2024	31/12/2023
Empréstimos e direitos creditórios descontados		46	207
Proger Urbano Capital de Giro	01/2016 e 01/2020	46	207
Financiamentos		237.042	254.083
Proger Urbano Investimento	18/2005	225.641	240.308
FAT Taxista	02/2009	11.401	13.775
Financiamentos rurais		221	192
Pronaf Investimento	05/2005	73	41
Pronaf Custeio	04/2005	148	151
Total		237.309	254.482

1 - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

l) Programas instituídos para enfrentamento dos efeitos da Covid-19

Por meio da Resolução CMN nº 4.846/2020, o Banco Central permitiu a participação das instituições financeiras no Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), nos termos da Lei nº 14.043/2020.

As instituições financeiras participantes do Pese podem financiar a folha salarial de empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, sendo 15% do valor de cada financiamento custeado com recursos próprios das instituições financeiras participantes e 85% do valor de cada financiamento custeado com recursos da União. O risco de inadimplemento das operações de crédito e as eventuais perdas financeiras decorrentes serão suportados na mesma proporção da participação.

Instituído pela Lei nº 14.042/2020, o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhinhas) é destinado à concessão de empréstimo garantido por cessão fiduciária de recebíveis. Nesta modalidade as operações serão realizadas integralmente com recursos da União.

Conforme Resolução CMN nº 4.855/2020, apresentamos os saldos das operações de crédito contratadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19, cujo risco de crédito seja parcial ou integralmente assumido pela União, assim como a classificação por nível de risco das operações e o montante de provisão constituída para cada nível.

Nível de Risco	% Mínimo de Provisão	31/03/2024				31/12/2022			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ¹	Total
AA ²		139.065	--	--	--	141.422	--	--	--
A	0,5	--	--	--	--	--	--	--	--
B	1,0	--	--	--	--	--	--	--	--
C	3,0	--	--	--	--	1	--	--	--
D	10,0	--	--	--	--	3	--	--	--
E	30,0	3	(1)	--	(1)	5	(2)	--	(2)
F	50,0	11	(6)	--	(6)	20	(10)	--	(10)
G	70,0	13	(9)	--	(9)	19	(13)	--	(13)
H	100,0	135	(135)	--	(135)	374	(374)	--	(374)
Total		139.227	(151)	--	(151)	141.844	(399)	--	(399)

1 - Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

2 - Refere-se basicamente às operações cujo risco de crédito é assumido pela União.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13 – Outros ativos

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Financeiros	92.699.988	94.649.918	99.402.645	94.577.173
Devedores por depósitos em garantia	36.549.830	36.153.206	37.460.240	37.024.098
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	30.554.799	28.254.834	30.554.810	28.254.834
Fundos de Destinação do Superávit - Previ (Nota 29.f)	11.769.951	11.608.853	11.769.951	11.608.853
Rendas a receber	3.963.591	10.021.656	6.779.413	6.728.644
Títulos e créditos a receber ¹	2.312.983	2.713.910	4.010.583	4.360.473
Fundo de Compensação de Variações Salariais	3.440.588	3.381.724	3.440.588	3.381.724
Demais	4.108.246	2.515.735	5.387.060	3.218.547
Ativo circulante	61.566.508	63.491.482	65.469.432	61.020.202
Ativo não circulante	31.133.480	31.158.436	33.933.213	33.556.971
Não financeiros	29.521.038	29.000.463	30.269.021	29.683.893
Ativos atuariais (Nota 29.e)	24.628.957	23.851.683	24.628.957	23.851.683
Devedores diversos	3.240.238	3.545.981	3.602.991	3.893.504
Mantidos para venda - Recebidos	380.652	389.285	381.169	390.260
Despesas Antecipadas	587.016	571.866	667.171	611.913
Mantidos para venda - Próprios	27.359	27.845	27.957	28.417
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	3.478	3.587	41.162	39.371
Demais	653.338	610.216	919.614	868.745
Ativo circulante	4.810.444	5.068.126	5.377.367	5.619.911
Ativo não circulante	24.710.594	23.932.337	24.891.654	24.063.982

1 - Inclui títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 449.363 mil (R\$ 485.225 mil em 31/12/2023), provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de Resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN nº 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). Também estão incluídos recursos do Tesouro Nacional, referentes a equalização de taxas da safra agrícola Lei nº 8.427/1992, R\$ 495.075 mil (R\$ 934.100 mil em 31/12/2023).

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Títulos e créditos a receber	(1.577.905)	(1.567.375)	(1.915.526)	(1.890.732)
Devedores diversos	(721.392)	(710.539)	(721.602)	(710.744)
Rendas a receber	(1.220.819)	(1.102.050)	(1.220.819)	(1.102.050)
Demais	(37.356)	(41.823)	(37.357)	(41.824)
Total	(3.557.472)	(3.421.787)	(3.895.304)	(3.745.350)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Saldo inicial	(3.421.787)	(3.088.514)	(3.745.350)	(3.351.308)
(Constituição)/reversão	(135.332)	29.161	(149.580)	9.803
Variação cambial - provisões no exterior	--	--	17	756
Baixas para prejuízo/outros ajustes	(353)	9.630	(391)	9.927
Saldo final	(3.557.472)	(3.049.723)	(3.895.304)	(3.330.822)

d) Carteira de câmbio

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Posição ativa				
Câmbio comprado a liquidar	27.366.776	26.238.256	27.366.787	26.238.256
Direitos sobre vendas de câmbio	52.423.907	32.727.251	52.423.907	32.727.251
Valores em moedas estrangeiras a receber (Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	1.139 (49.237.023)	1.117 (30.711.790)	1.139 (49.237.023)	1.117 (30.711.790)
Total	30.554.799	28.254.834	30.554.810	28.254.834
Ativo circulante	29.657.842	27.039.931	29.657.853	27.039.931
Ativo não circulante	896.957	1.214.903	896.957	1.214.903
Posição passiva				
Obrigações por compras de câmbio	27.270.017	26.923.381	27.270.027	26.923.381
Câmbio vendido a liquidar	53.403.111	32.272.564	53.403.111	32.272.564
Valores em moedas estrangeiras a pagar	1.567	1.481	57.740	56.131
Subtotal (Nota 20.a)	80.674.695	59.197.426	80.730.878	59.252.076
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio) (Nota 12.a)	(24.858.777)	(24.924.882)	(24.858.777)	(24.924.882)
Total	55.815.918	34.272.544	55.872.101	34.327.194
Passivo circulante	42.580.024	19.626.071	42.636.207	19.680.721
Passivo não circulante	13.235.894	14.646.473	13.235.894	14.646.473
Carteira de câmbio líquida	(25.261.119)	(6.017.710)	(25.317.291)	(6.072.360)
Contas de compensação				
Créditos abertos para importação	1.026.903	1.344.852	1.049.910	1.368.461
Créditos de exportação confirmados	687.145	675.243	687.145	675.243

e) Resultado de outros ativos financeiros

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Resultado de operações de câmbio	(686.560)	(518.954)	(592.031)	(435.170)
Demais	59.585	64.903	59.585	64.903
Total	(626.975)	(454.051)	(532.446)	(370.267)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14 – Investimentos

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Banco Múltiplo	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro/(Prejuízo) líquido ¹		Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil 31/12/2023	Movimentações – 1º Trimestre/2024			Saldo contábil 31/03/2024	Resultado de equivalência 1º Trimestre/2023
			1º Trimestre/2024	Ordinárias	Preferenciais	Dividendos/JCP			Outros eventos ²	Resultado de equivalência			
No país								31.369.972	(173.304)	124.547	3.135.143	34.456.358	2.829.164
BB Elo Cartões Participações S.A.	7.734.513	10.060.317	478.313	17.703	--	100,00%	9.586.699	--	(4.695)	478.313	10.060.317	495.939	
BB Seguridade Participações S.A. ^{3 4}	6.269.692	11.406.144	1.998.989	1.325.000	--	67,32%	6.178.236	--	155.105	1.345.813	7.679.154	1.240.288	
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	3.261.860	4.891.318	75.266	3.000	--	100,00%	4.816.052	--	--	75.266	4.891.318	87.706	
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	13.456.077	318.814	1.096.653	600.952	50,00%	6.712.366	(134.050)	(9.684)	159.407	6.728.039	123.522	
BB Banco de Investimento S.A.	417.788	1.066.749	210.107	3.790	--	100,00%	873.991	--	(17.349)	210.107	1.066.749	83.794	
BB Tecnologia e Serviços ⁴	300.040	442.271	45.417	248.458	248.586	99,97%	414.958	(22.314)	571	45.406	438.621	37.730	
BB Administradora de Consórcios S.A.	727.543	1.261.417	334.307	14	--	100,00%	927.110	--	--	334.307	1.261.417	285.723	
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	1.191.207	1.906.612	476.740	100.000	--	100,00%	1.430.505	--	(633)	476.740	1.906.612	457.245	
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	32.184	7.851	398.158	--	100,00%	24.333	--	--	7.851	32.184	7.783	
Outras participações							405.722	(16.940)	1.232	1.933	391.947	9.434	
No exterior ⁵							5.707.593	--	(143.484)	1.377.463	6.941.572	755.530	
Banco Patagonia S.A.	4.190	4.262.630	1.561.113	578.117	--	80,39%	2.309.800	--	(138.066)	1.254.969	3.426.703	770.787	
BB Cayman Islands Holding	1.187.451	1.116.934	17.731	211.023	--	100,00%	1.063.308	--	35.895	17.731	1.116.934	18.787	
Banco do Brasil AG	403.143	735.490	(17.068)	638	--	100,00%	746.147	--	6.409	(17.068)	735.488	(42.962)	
BB Securities LLC	27.903	382.476	7.221	5.000	--	100,00%	368.020	--	7.235	7.221	382.476	5.044	
Banco do Brasil Americas	956.772	1.227.444	61.205	36.250	--	100,00%	1.166.698	--	(459)	61.205	1.227.444	52.604	
BB USA Holding Company	--	744	--	--	--	100,00%	720	--	24	--	744	(46)	
Ágio na aquisição de investimentos no exterior							52.900	--	(1.117)	--	51.783	--	
Ganhos/(perdas) cambiais nas coligadas e controladas ⁵							--	--	(53.405)	53.405	--	(48.684)	
Total das participações em controladas, coligadas e (Provisão para perdas)							37.077.565 (34.743)	(173.304)	(18.937)	4.512.606	41.397.930 (34.743)	3.584.694	

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a variação cambial sobre investimentos no exterior e a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

3 - O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 43.089.000 mil (R\$ 44.586.250 mil em 31/12/2023).

4 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

5 - O lucro líquido e o resultado de equivalência das subsidiárias no exterior estão evidenciados sem os efeitos da variação cambial. Esses investimentos são objeto de hedge estrutural e seus impactos cambiais são reclassificados para as despesas com recursos de instituições financeiras (Nota 18.d.) no processo de consolidação.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Capital social	Patrimônio líquido ajustado ¹	Lucro/(Prejuízo) líquido ¹	Quantidade de ações (em milhares)		Participação do capital social %	Saldo contábil	Movimentações – 1º Trimestre/2024			Saldo contábil	Resultado de equivalência
			1º Trimestre/2024	Ordinárias	Preferenciais			Dividendos/JCP	Outros eventos ²	Resultado de equivalência		
Coligadas ³ e controladas em conjunto ⁴												
Banco Votorantim S.A.	8.480.372	13.456.077	318.814	1.096.653	600.952	50,00%	6.712.366	(134.050)	(9.684)	159.407	6.728.039	123.522
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A. ⁵	414.000	9.036.211	251.643	1.800.941	900.471	30,00%	2.711.004	(75.493)	(141)	75.493	2.710.863	84.573
Cielo S.A. ⁶	5.700.000	12.164.534	502.245	778.320	--	28,80%	3.536.849	(173.708)	(4.553)	144.640	3.503.228	126.876
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁷	3.529.257	8.451.199	539.125	879	1.759	74,99%	5.695.325	(209.986)	448.322	404.317	6.337.978	468.463
BB Mapfre Participações S.A. ⁷	1.469.848	3.042.056	1.023.048	944.858	1.889.339	74,99%	2.244.984	(728.153)	(2.777)	767.184	2.281.238	618.071
Brasilcap Capitalização S.A. ⁷	354.398	650.999	70.730	107.989	159.308	66,77%	511.587	(127.653)	3.497	47.225	434.656	41.855
Elo Participações Ltda. ⁸	347.309	3.351.856	477.337	173.620	--	49,99%	1.426.638	--	10.334	238.621	1.675.593	186.885
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	1.425.605	1.494.746	(3.508)	1.954.245	--	49,99%	750.265	--	(1.287)	(1.754)	747.224	(4.872)
Outras participações							492.279	(21.923)	1.830	6.828	479.014	11.309
Resultado não realizado ⁹							(2.987.602)	--	40.364	--	(2.947.238)	--
Total							21.093.695	(1.470.966)	485.905	1.841.961	21.950.595	1.656.682
(Provisão para perdas)							(14.539)	--	1.118	--	(13.421)	--

1 - Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis e considera os resultados não realizados decorrentes de transações com o Banco Múltiplo.

2 - Referem-se basicamente a ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

3 - O Banco possui influência significativa por meio da participação na gestão ou pela indicação de membros que compõe a Diretoria Executiva.

4 - O Banco possui controle compartilhado nas decisões sobre as atividades relevantes das empresas mediante acordos contratuais.

5 - Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,16 %, em virtude da Cielo S.A. deter 70,00 % de participação direta na Cateno.

6 - Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria. O valor do investimento considerando o preço de mercado cotado é de R\$ 4.202.928 mil (R\$ 3.650.321 mil em 31/12/2023).

7 - Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

8 - A equivalência patrimonial da Elo Participações Ltda é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01/11/2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

9 - Contempla o resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões e a Cielo, constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A, e o resultado não realizado decorrente da parceria estratégica entre o BB-BI e o UBS A.G.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Informações qualitativas das principais coligadas e controladas em conjunto

Empresa	Localização		Descrição	Segmento	Participação estratégica ¹
	País de constituição	Sede			
Banco Votorantim S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	Bancário	Sim
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	Seguridade	Sim
Cielo S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A.	Brasil	Barueri (SP)	Prestadora de serviços responsável pela gestão das transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito.	Meios de pagamento	Sim
BB Mapfre Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	Seguridade	Sim
Elo Participações Ltda.	Brasil	Barueri (SP)	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	Meios de pagamento	Sim
UBS BB Serviços de Assessoria Financeira e Participações S.A.	Brasil	São Paulo (SP)	Atua em atividades de banco de investimentos e de corretora de valores no segmento institucional no Brasil e em determinados países da América do Sul.	Investimentos	Sim
Brasilcap Capitalização S.A.	Brasil	Rio de Janeiro (RJ)	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	Seguridade	Sim

1 - Consideram-se participações estratégicas os investimentos em sociedades cujas atividades complementam ou dão suporte às atividades do banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Informações financeiras resumidas das principais coligadas e controladas em conjunto e não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

31/03/2024	Banco Votorantim S.A.	Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	62.715.815	390.966.604	98.459.363	1.620.726	11.817	945.099	345.844	7.416.588
Ativos não circulantes	71.721.663	22.131.036	9.315.897	8.219.142	3.395.515	3.117.074	1.316.334	5.743.043
Passivos circulantes	89.717.033	51.018.198	92.242.231	799.544	202	483.868	167.432	11.236.602
Passivos não circulantes	31.258.134	353.584.559	3.368.495	4.113	--	95.066	--	1.272.030
Passivos contingentes	615.274	21.324	308.514	4.113	--	65.068	--	1.261.272
Lucro líquido – 1º Trimestre/2024	318.370	538.631	503.085	251.643	1.023.048	498.009	(3.508)	70.730
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	444	494	(840)	--	--	(20.672)	--	--
Lucro líquido ajustado – 1º Trimestre/2024	318.814	539.125	502.245	251.643	1.023.048	477.337	(3.508)	70.730
% de participação	50,00%	74,99%	28,80%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência	159.407	404.317	144.640	75.493	767.184	238.621	(1.754)	47.225
Outros resultados abrangentes	(19.368)	597.801	(213)	(469)	(3.704)	--	(2.577)	5.238
Resultado abrangente total	299.446	1.136.926	502.032	251.174	1.019.344	477.337	(6.085)	75.968
Patrimônio líquido	13.462.311	8.494.883	12.164.534	9.036.211	3.407.130	3.483.239	1.494.746	650.999
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(6.234)	(43.684)	--	--	(365.074)	(131.383)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	13.456.077	8.451.199	12.164.534	9.036.211	3.042.056	3.351.856	1.494.746	650.999
% de participação	50,00%	74,99%	28,80%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.728.039	6.337.978	3.503.228	2.710.863	2.281.238	1.675.593	747.224	434.656
Resultado não realizado	--	--	--	(2.422.281)	--	--	(524.957)	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31/12/2023	Banco Votorantim S.A.	Brasileprev Seguros e Previdência S.A.	Cielo S.A.	Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	BB Mapfre Participações S.A.	Elo Participações Ltda.	UBS BB S.A.	Brasilcap S.A.
Ativos circulantes	58.613.530	378.684.860	106.002.209	1.909.830	11.864	1.023.780	333.733	9.387.969
Ativos não circulantes	82.242.849	20.251.955	9.096.226	8.317.054	3.347.091	2.627.543	1.371.220	4.108.791
Passivos circulantes	94.068.118	55.376.466	99.481.192	1.187.231	170	563.008	204.122	11.484.438
Passivos não circulantes	33.356.859	335.947.924	3.358.439	2.973	--	103.085	--	1.246.101
Passivos contingentes	605.072	23.427	303.436	2.973	--	68.021	366	1.235.341
Lucro líquido – 1º trimestre/2023	280.938	745.550	440.843	281.910	853.985	430.436	(9.746)	62.586
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(33.894)	(120.891)	--	--	(29.779)	(56.591)	--	--
Lucro líquido ajustado – 1º trimestre/2023	247.044	624.659	440.843	281.910	824.205	373.845	(9.746)	62.586
% de participação	50,00%	74,99%	28,84%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Resultado de equivalência - 1º trimestre/2023	123.522	468.463	126.876	84.573	618.071	186.885	(4.872)	41.855
Outros resultados abrangentes	(90.945)	1.893	--	--	21.410	--	(3.144)	15.999
Resultado abrangente total - 1º trimestre/2023	156.099	626.552	440.843	281.910	845.615	373.845	(12.890)	78.585
Patrimônio líquido	13.431.402	7.612.425	12.258.804	9.036.680	3.358.785	2.985.230	1.500.831	766.221
Ajustes de harmonização de práticas contábeis e resultados não realizados	(6.670)	(18.151)	--	--	(365.074)	(131.383)	--	--
Patrimônio líquido ajustado	13.424.732	7.594.274	12.258.804	9.036.680	2.993.711	2.853.847	1.500.831	766.221
% de participação	50,00%	74,99%	28,85%	30,00%	74,99%	49,99%	49,99%	66,77%
Saldo do investimento	6.712.366	5.695.325	3.536.849	2.711.004	2.244.984	1.426.638	750.265	511.587
Resultado não realizado	--	--	--	(2.451.233)	--	--	(536.369)	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15 - Imobilizado de uso

	Banco Múltiplo							
		31/12/2023	1º Trimestre/2024		31/03/2024			
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10%	3.479.056	243.665	(98.352)	9.536.629	(5.904.232)	(8.029)	3.624.369
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.285.768	44.889	(93.286)	4.620.674	(2.383.264)	(38)	2.237.371
Equipamentos de processamento de dados	10%	2.302.020	224.717	(199.844)	6.422.414	(4.095.521)	--	2.326.893
Imobilizações em curso	--	1.115.425	(86.444)	--	1.028.981	--	--	1.028.981
Terrenos	--	313.183	(634)	--	312.549	--	--	312.549
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	273.747	6.811	(12.470)	774.233	(501.090)	(5.055)	268.088
Instalações	10%	99.374	3.435	(4.971)	1.037.523	(939.685)	--	97.838
Veículos	10%	1.084	--	(81)	8.858	(7.855)	--	1.003
Imobilizado em estoque	--	805	(5)	--	800	--	--	800
Total		9.870.462	436.434	(409.004)	23.742.661	(13.831.647)	(13.122)	9.897.892

	Consolidado							
		31/12/2023	1º Trimestre/2024		31/03/2024			
	Taxa anual de depreciação	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Perdas por redução ao valor recuperável	Saldo contábil
Edificações	4 a 10%	3.489.871	243.569	(98.858)	9.573.565	(5.928.638)	(10.345)	3.634.582
Móveis e equipamentos	10 a 20%	2.403.407	46.747	(98.745)	4.832.303	(2.472.871)	(8.023)	2.351.409
Equipamentos de processamento de dados	10%	2.362.738	225.502	(204.248)	6.560.611	(4.176.619)	--	2.383.992
Imobilizações em curso	--	1.116.084	(84.320)	--	1.031.764	--	--	1.031.764
Terrenos	--	315.455	(650)	--	314.805	--	--	314.805
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	276.105	7.562	(12.657)	779.707	(503.642)	(5.055)	271.010
Instalações	10%	105.716	3.541	(5.173)	1.045.966	(941.882)	--	104.084
Veículos	10%	2.112	238	(153)	10.428	(8.231)	--	2.197
Imobilizado em estoque	--	805	(5)	--	800	--	--	800
Total		10.072.293	442.184	(419.834)	24.149.949	(14.031.883)	(23.423)	10.094.643



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16 – Intangível

a) Movimentação e composição

	Banco Múltiplo				Consolidado				
	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Outros ativos intangíveis	Total	Direitos de gestão de folhas de pagamento	Softwares	Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	Outros ativos intangíveis ¹	Total
Taxa anual de amortização	Contrato	10%	Contrato		Contrato	10%	Estudo técnico	Contrato	
Saldos em 31/12/2023	6.020.093	4.742.513	--	10.762.606	6.020.093	4.765.920	13.257	1.509	10.800.779
Movimentações									
Adições	--	293.370	--	293.370	--	294.364	--	--	294.364
Variação cambial	--	1.179	--	1.179	--	5.701	(361)	(13)	5.327
Baixas	--	(11.676)	--	(11.676)	--	(16.068)	--	--	(16.068)
Amortização	(475.559)	(131.518)	--	(607.077)	(475.559)	(133.672)	(556)	--	(609.787)
(Constituição)/ reversão de perdas	--	5.181	--	5.181	--	5.181	--	--	5.181
Saldos em 31/03/2024	5.544.534	4.899.049	--	10.443.583	5.544.534	4.921.426	12.340	1.496	10.479.796
Valor de custo	9.928.178	9.215.599	38.596	19.182.373	9.928.178	9.314.581	413.554	40.092	19.696.405
Amortização acumulada	(4.110.877)	(4.249.292)	(14.499)	(8.374.668)	(4.110.877)	(4.325.897)	(371.323)	(14.499)	(8.822.596)
Perdas por redução ao valor recuperável	(272.767)	(67.258)	(24.097)	(364.122)	(272.767)	(67.258)	(29.891)	(24.097)	(394.013)
Estimativa de amortização	5.544.534	4.899.049	--	10.443.583	5.544.534	4.921.426	12.340	--	10.478.300
2024	1.388.764	367.429	--	1.756.193	1.388.764	369.107	1.603	--	1.759.474
2025	1.470.303	489.905	--	1.960.208	1.470.303	492.143	2.138	--	1.964.584
2026	1.371.783	489.905	--	1.861.688	1.371.783	492.143	2.138	--	1.866.064
2027	1.081.095	489.905	--	1.571.000	1.081.095	492.143	2.138	--	1.575.376
2028	140.261	489.905	--	630.166	140.261	492.143	1.957	--	634.361
Após 2028	92.328	2.572.000	--	2.664.328	92.328	2.583.747	2.366	--	2.678.441

1 - Inclui o valor referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.



b) Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios pelas expectativas de rentabilidade futura é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de 5 anos, perpetuando-se a partir do último período, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa de crescimento a.a. ¹	Taxa de desconto a.a. ²
Banco Patagonia	32,50 %	112,61 %

1 - Crescimento nominal na perpetuidade.

2 - Média geométrica das projeções utilizadas nas avaliações econômicas, referenciada em Pesos Argentinos.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil da unidade geradora de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Nos períodos apresentados, não houve perda por redução ao valor recuperável sobre os ágios pelas expectativas de rentabilidade futura.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17 – Recursos de clientes

a) Depósitos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	95.786.860	101.695.288	103.234.216	109.118.616
Pessoas físicas	45.670.228	48.001.363	50.736.053	53.343.821
Pessoas jurídicas	31.292.621	38.925.282	33.706.109	41.080.260
Vinculados ¹	13.873.719	8.376.887	13.942.805	8.433.601
Ligadas	425.887	293.465	405.821	279.027
Governos	2.880.901	4.344.803	2.880.901	4.344.804
Moedas estrangeiras	367.461	442.501	367.461	442.501
Instituições do sistema financeiro	632.697	887.400	557.323	779.095
Especiais do Tesouro Nacional	355.471	51.421	355.471	51.421
Domiciliados no exterior	115.281	204.279	109.678	196.199
Outros	172.594	167.887	172.594	167.887
Depósitos de poupança	205.678.658	206.915.086	205.678.658	206.915.086
Pessoas físicas	197.461.609	198.855.934	197.461.609	198.855.934
Pessoas jurídicas	7.838.930	7.661.137	7.838.930	7.661.137
Ligadas	363.197	383.242	363.197	383.242
Instituições do sistema financeiro	14.922	14.773	14.922	14.773
Depósitos a prazo	471.852.335	478.689.476	490.481.878	495.670.482
Judiciais	259.534.181	272.216.976	259.620.476	272.294.475
Moeda nacional	187.660.889	181.662.633	187.688.825	181.696.742
Moedas estrangeiras	13.551.364	13.876.982	32.066.676	30.746.380
Regime especial ²	6.218.334	6.086.206	6.218.334	6.086.206
Garantias de terceiros ³	2.742.773	2.692.631	2.742.773	2.692.631
Fundo de Amparo ao Trabalhador (Nota 17.d)	315.283	330.405	315.283	330.405
Funproger (Nota 17.e)	670.691	653.690	670.691	653.690
Outros	1.158.820	1.169.953	1.158.820	1.169.953
Outros depósitos	207.868	239.619	207.868	239.619
Total	773.525.721	787.539.469	799.602.620	811.943.803
Passivo circulante	606.370.963	627.183.127	631.805.237	650.934.045
Passivo não circulante	167.154.758	160.356.342	167.797.383	161.009.758

1 - Inclui o montante de R\$ 2.295.089 mil (R\$ 3.364.361 mil em 31/12/2023), referente à arrecadação de DAF - Demonstrativos da Distribuição de Arrecadação Federal e Ordens Bancárias do Tesouro.

2 - Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.º 99/2017.

3 - Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.º 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade

	Banco Múltiplo						
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31/03/2024	31/12/2023
Depósitos a prazo ¹	256.013.289	21.579.168	27.105.120	93.937.744	73.217.014	471.852.335	478.689.476
Depósitos de poupança	205.678.658	--	--	--	--	205.678.658	206.915.086
Depósitos à vista	95.786.860	--	--	--	--	95.786.860	101.695.288
Outros depósitos	207.868	--	--	--	--	207.868	239.619
Total	557.686.675	21.579.168	27.105.120	93.937.744	73.217.014	773.525.721	787.539.469

1 - Inclui o valor de R\$ 117.390.707 mil (R\$ 114.634.355 mil em 31/12/2023), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

	Consolidado						
	Sem vencimento	até 90 dias	de 91 a 360 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31/03/2024	31/12/2023
Depósitos a prazo ¹	256.013.289	35.822.521	30.848.685	94.452.638	73.344.745	490.481.878	495.670.482
Depósitos de poupança	205.678.658	--	--	--	--	205.678.658	206.915.086
Depósitos à vista	103.234.216	--	--	--	--	103.234.216	109.118.616
Outros depósitos	207.868	--	--	--	--	207.868	239.619
Total	565.134.031	35.822.521	30.848.685	94.452.638	73.344.745	799.602.620	811.943.803

1 - Inclui o valor de R\$ 117.390.707 mil (R\$ 114.634.355 mil em 31/12/2023), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Despesas com recursos de clientes

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Depósitos de poupança	(3.240.410)	(4.009.136)	(3.240.410)	(4.009.136)
Depósitos a prazo	(9.302.749)	(9.642.780)	(10.867.826)	(11.899.425)
Judiciais	(5.540.309)	(5.772.683)	(5.542.103)	(5.774.598)
Demais	(3.762.440)	(3.870.097)	(5.325.723)	(6.124.827)
Total	(12.543.159)	(13.651.916)	(14.108.236)	(15.908.561)

d) Fundo de amparo ao trabalhador (FAT)

	Resolução/ TADE ¹	Devolução de Recursos		31/03/2024			31/12/2023		
		Forma ²	Data inicial	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total	Disponível TMS ³	Aplicado TJLP e TLP ⁴	Total
Proger Rural e Pronaf				7	68	75	4	75	79
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	2	67	69	3	69	72
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	5	1	6	1	6	7
Proger Urbano				38.634	259.748	298.382	43.930	266.593	310.523
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	38.423	259.702	298.125	43.629	266.353	309.982
Urbano Capital de Giro 2020	01/2020	RA	04/2020	211	46	257	301	240	541
Outros				3.462	13.364	16.826	4.029	15.774	19.803
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	3.462	13.364	16.826	4.029	15.774	19.803
Total				42.103	273.180	315.283	47.963	282.442	330.405

1 - TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

2 - RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

3 - Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

4 - Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1º de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat nº 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

e) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23/11/1999 pela Lei nº 9.872/1999, alterada pela Lei nº 10.360/2001 e pela Lei nº 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat nº 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat.

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18 – Recursos de instituições financeiras

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Captações no mercado aberto (Nota 18.b)	695.636.891	589.803.028	675.354.220	565.293.587
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18.c)	111.318.431	118.471.195	63.120.232	62.038.075
Depósitos interfinanceiros	23.108.846	24.249.941	22.498.008	23.726.731
Obrigações por operações vinculadas a cessão	125.565	132.331	125.565	132.331
Total	830.189.733	732.656.495	761.098.025	651.190.724
Passivo circulante	764.115.111	658.582.771	730.378.521	615.311.496
Passivo não circulante	66.074.622	74.073.724	30.719.504	35.879.228

b) Captações no mercado aberto

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Carteira própria	283.239.769	291.328.264	263.357.188	267.295.119
Letras Financeiras do Tesouro	267.078.968	270.739.667	251.444.931	250.702.691
Títulos privados	7.786.562	7.447.800	7.786.562	7.447.800
Títulos no exterior	8.374.235	7.957.482	4.125.691	3.961.313
Letras do Tesouro Nacional	--	3.725.483	--	3.725.483
Notas do Tesouro Nacional	4	1.457.832	4	1.457.832
Carteira de terceiros	412.397.122	298.474.764	411.997.032	297.998.468
Notas do Tesouro Nacional	356.354.451	273.346.591	355.954.361	272.870.295
Letras do Tesouro Nacional	56.042.671	25.128.173	56.042.671	25.128.173
Total	695.636.891	589.803.028	675.354.220	565.293.587
Passivo circulante	678.602.713	569.771.945	662.582.800	549.258.673
Passivo não circulante	17.034.178	20.031.083	12.771.420	16.034.914

c) Obrigações por empréstimos e repasses

Obrigações por empréstimos no exterior

	Banco Múltiplo						31/03/2024	31/12/2023
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos			
Tomados junto ao Grupo BB	8.971.778	1.801.311	13.048.844	--	--	23.821.933	32.377.814	
Tomados junto a banqueiros	5.964.290	10.327.189	2.701.272	1.054.623	--	20.047.374	19.590.802	
Importação	156.090	164.177	26.760	21.690	--	368.717	443.818	
Exportação	--	--	--	--	--	--	36.478	
Total	15.092.158	12.292.677	15.776.876	1.076.313	--	44.238.024	52.448.912	
Passivo circulante						27.384.835	30.154.435	
Passivo não circulante						16.853.189	22.294.477	

	Consolidado						31/03/2024	31/12/2023
	até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	acima de 5 anos			
Tomados junto a banqueiros	6.188.261	10.363.851	2.904.002	1.054.623	--	20.510.737	19.966.423	
Importação	156.090	164.177	26.760	21.690	--	368.717	443.818	
Exportação	--	--	--	--	--	--	36.478	
Total	6.344.351	10.528.028	2.930.762	1.076.313	--	20.879.454	20.446.719	
Passivo circulante						16.872.379	14.326.330	
Passivo não circulante						4.007.075	6.120.389	



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Obrigações por repasses

Do país - instituições oficiais

Programas	Taxa de atualização a.a.	Banco Múltiplo		Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Tesouro Nacional - Crédito Rural		180.143	139.309	180.143	139.309
Pronaf	TMS (se disponível) ou Pré 0,50% a 8,00% (se aplicado)	43.941	7.293	43.941	7.293
Cacau	IGP-M + 8,00% ou TJLP + 0,60% ou Pré 6,35% ou TMS	112.177	108.125	112.177	108.125
Recoop	Pré 5,75% a 8,25% ou IGP-DI + 1,00% ou IGP-DI + 2,00%	9.845	9.845	9.845	9.845
Outros		14.180	14.046	14.180	14.046
BNDES	Pré 0,50% a 8,12% TJLP 0,50% a 5,05% IPCA 4,20% IPCA TLP 1,99% a 3,20% IGP-M 6,00% a 6,64% Selic + 2,08% Var. Camb. 1,70% a 2,30%	11.966.150	11.894.921	11.966.150	11.894.921
Caixa Econômica Federal	Pré 4,85% (média)	26.688.463	26.978.628	26.688.463	26.978.628
Finame	Pré 0,70% a 10,72% TJLP + 0,90% a 2,10% Selic + 1,15% a 2,40% TFBD + 0,95%	3.037.430	2.221.148	3.037.430	2.221.148
Outras Instituições Oficiais		368.592	357.350	368.592	357.350
Funcafé	TMS (se disponível) Pré 7,00% e 11,00% Funding 4,00% e 8,00%	368.564	357.324	368.564	357.324
Outros		28	26	28	26
Total		42.240.778	41.591.356	42.240.778	41.591.356
Passivo circulante		29.915.186	30.176.070	29.915.186	30.176.070
Passivo não circulante		12.325.592	11.415.286	12.325.592	11.415.286

Do exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Recursos livres - Resolução BCB nº 278/2022	24.839.629	24.430.927	--	--
Total	24.839.629	24.430.927	--	--
Passivo circulante	6.621.389	6.533.582	--	--
Passivo não circulante	18.218.240	17.897.345	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Despesas com recursos de instituições financeiras

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Captações no mercado aberto	(17.923.398)	(21.185.036)	(17.337.305)	(20.580.870)
Carteira de terceiros	(11.711.191)	(13.544.630)	(11.563.106)	(13.454.048)
Carteira própria	(6.212.207)	(7.640.406)	(5.774.199)	(7.126.822)
Depósitos interfinanceiros ¹	(476.040)	109.355	(1.647.217)	1.326.382
Obrigações por Empréstimos ¹	(2.372.600)	387.901	(2.017.501)	959.161
Obrigações por repasses	(2.130.811)	(762.378)	(1.543.629)	(149.157)
Do exterior ¹	(1.468.919)	27.527	(881.737)	640.748
Caixa Econômica Federal	(370.999)	(484.414)	(370.999)	(484.414)
BNDES	(211.535)	(254.529)	(211.535)	(254.529)
Finame	(56.367)	(23.211)	(56.367)	(23.211)
Tesouro Nacional	(2.853)	(2.601)	(2.853)	(2.601)
Outras	(20.138)	(25.150)	(20.138)	(25.150)
Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior ²	387.291	(296.314)	440.696	(344.998)
Total	(22.515.558)	(21.746.472)	(22.104.956)	(18.789.482)

1 - As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).

2 - Variação cambial dos ativos e passivos das agências e controladas no exterior, reclassificada para as despesas com recursos de instituições financeiras com o objetivo de anular a variação cambial incidente sobre os instrumentos financeiros passivos contratados para proteção do resultado do Banco em relação às oscilações cambiais.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

19 - Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 19.b)	237.220.022	236.863.387	246.448.471	245.832.383
Dívidas subordinadas (Nota 19.c)	45.085.331	44.423.924	38.985.331	38.323.924
Total	282.305.353	281.287.311	285.433.802	284.156.307
Passivo circulante	99.936.317	117.993.784	99.936.317	117.993.784
Passivo não circulante	182.369.036	163.293.527	185.497.485	166.162.523

b) Recursos de aceites e emissão de títulos

Captações	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/03/2024	31/12/2023
Banco Múltiplo						237.220.022	236.863.387
Programa "Global Medium - Term Notes" ¹						20.860.674	20.331.168
	USD	1.000.000	4,63%	2017	2025	5.040.969	4.939.435
	BRL	293.085	10,15%	2017	2027	295.389	307.604
	COP	160.000.000	8,51%	2018	2025	211.626	199.944
	USD	740.000	4,75%	2019	2024	--	3.630.032
	BRL	398.000	9,50%	2019	2026	410.946	404.600
	MXN	1.900.000	8,50%	2019	2026	565.368	550.329
	COP	520.000.000	6,50%	2019	2027	662.390	627.883
	USD	750.000	3,25%	2021	2026	3.671.471	3.579.794
	USD	500.000	4,88%	2022	2029	2.514.092	2.465.089
	USD	750.000	6,25%	2023	2030	3.803.103	3.626.458
	USD	750.000	6,00%	2024	2031	3.685.320	--
Certificados de Depósitos ²						7.952.975	8.309.565
Curto prazo			0 a 6,70%			6.862.145	7.239.820
Longo prazo			0 a 6,57%		2027	1.090.830	1.069.745
Certificados de operações estruturadas						354.606	96.929
Curto prazo			9,65% a 12,76% do DI		2025	354.606	95.610
Longo prazo			9,53% a 11,83% do DI		2026	--	1.319
Letras de Crédito Imobiliário			69,00% a 97,50% do DI TR + 7,7151%			14.295.613	14.760.631
Curto prazo					2025	2.958.150	3.151.480
Longo prazo					2027	11.337.463	11.609.151
Letras de Crédito do Agronegócio			85,00% a 97,00% do DI Pré 8,88% a 12,92%			185.832.663	183.753.790
Curto prazo					2025	82.399.225	83.106.694
Longo prazo					2027	103.433.438	100.647.096
Letras financeiras			98,25% do DI 100,00% do DI + 0,85%			7.923.491	9.611.304
Curto prazo					2025	1.714.781	5.104.859
Longo prazo					2026	6.208.710	4.506.445
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ³						9.253.952	9.009.049
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior ³	USD	200.000	Sofr 3m + 1,46%	2019	2024	87.518	165.292
	USD	200.000	3,70%	2019	2026	445.872	480.527
	USD	750.000	Sofr 3m + 2,75%	2022/2023	2029	3.744.859	3.628.138
	USD	150.000	6,65%	2022	2032	748.613	725.317
Notas Estruturadas ³							
	USD	500.000	Sofr 6m + 2,93%	2014/2015	2034	2.585.726	2.454.389
	USD	320.000	Sofr 6m + 3,63%	2015	2030	1.641.364	1.555.386
Valor Eliminado na Consolidação ⁴						(25.503)	(40.053)
Total						246.448.471	245.832.383
Passivo circulante						99.936.317	102.880.182
Passivo não circulante						146.512.154	142.952.201

1 - Em setembro de 2021, foi realizada troca de papéis envolvendo a recompra de "Senior Notes" e nova emissão compreendida no Programa "Global Medium - Term Notes". As emissões estão apresentadas por seu valor outstanding, considerando as ocorrências de recompras parciais.

2-Títulos emitidos no exterior em USD.

3-Informações sobre as EPEs podem ser obtidas na Nota 2.e.

4-Referem-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Dívidas subordinadas

Captações	Moeda	Valor Emitido ¹	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31/03/2024	31/12/2023
Recursos FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste ²						14.668.449	17.602.139
Letras Financeiras Subordinadas						8.365.782	5.399.804
		20.000	100% do CDI + 2,75%	2021	Perpétuo	20.336	21.148
		2.328.600	100% do CDI + 2,60%	2022	Perpétuo	2.501.434	2.421.774
		199.800	100% do CDI + 2,50%	2023	Perpétuo	221.863	214.855
		1.983.200	100% do CDI + 2,25%	2023	Perpétuo	2.829.817	2.742.027
		720.000	100% do CDI + 1,90%	2024	Perpétuo	2.792.332	--
Bônus Perpétuos						22.051.100	21.421.981
	USD	1.723.600	6,25%	2013	Perpétuo	8.859.452	8.453.290
	BRL	6.100.000	5,50% ³	2012	Perpétuo	6.163.964	6.308.379
	USD	1.371.338	9,00%	2014	Perpétuo	7.027.684	6.660.312
Total – Banco Múltiplo						45.085.331	44.423.924
Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c)						(6.100.000)	(6.100.000)
Total Consolidado						38.985.331	38.323.924
Passivo circulante						--	15.113.602
Passivo não circulante						38.985.331	23.210.322

1 - Referem-se, nas captações em dólar, ao outstanding value, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

2 - Compõem o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

3 - A partir de 28/08/2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c.).

Do total dos bônus perpétuos e letras financeiras subordinadas, o montante de R\$ 23.301.705 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R\$ 20.074.697 mil em 31/12/2023), vide Nota 30.c.

Os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (outstanding value USD 1.723.600 mil), tiveram, em 27/09/2013 seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras do Bacen, que regulamentam a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01/10/2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30/10/2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (outstanding value USD 1.371.338 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18/06/2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Em abril de 2024, o banco exerceu opção de resgate para os bônus emitidos em 2013. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

- (i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.



Os bônus emitidos em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);
- (ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (loss absorption). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

- (i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);
- (ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;
- (iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

d) Despesas com emissões de títulos e valores mobiliários

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Recursos de aceites e emissão de títulos	(5.502.734)	(4.758.903)	(5.753.246)	(4.980.799)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(4.599.652)	(3.820.470)	(4.599.652)	(3.820.470)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(344.521)	(332.859)	(595.033)	(554.755)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(320.553)	(323.605)	(320.553)	(323.605)
Letras Financeiras	(231.430)	(281.013)	(231.430)	(281.013)
Certificados de operações estruturadas	(6.578)	(956)	(6.578)	(956)
Dívidas subordinadas	(569.758)	(626.938)	(505.794)	(566.875)
Bônus e letras financeiras perpétuos	(569.758)	(615.342)	(505.794)	(555.279)
Demais	--	(11.596)	--	(11.596)
Total	(6.072.492)	(5.385.841)	(6.259.040)	(5.547.674)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20 – Outros passivos

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Outros passivos financeiros	192.427.967	165.201.154	190.000.957	161.864.745
Carteira de câmbio (Nota 13.d)	80.674.695	59.197.426	80.730.878	59.252.076
Operações com cartão de crédito/débito	47.492.019	49.899.892	47.852.134	50.252.583
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Nota 20.b)	46.998.261	42.423.047	46.998.261	42.423.047
Negociação e intermediação de valores	5.291.516	5.124.571	2.448.207	1.380.820
Demais	11.971.476	8.556.218	11.971.477	8.556.219
Passivo circulante	129.939.091	105.481.200	131.698.817	106.580.679
Passivo não circulante	62.488.876	59.719.954	58.302.140	55.284.066
Outros passivos não financeiros	36.057.455	34.533.093	44.133.339	41.961.430
Passivos atuariais (Nota 29.e)	13.628.316	13.586.739	13.628.316	13.586.739
Credores diversos	5.426.939	8.535.121	6.922.596	9.130.795
Obrigações sociais e estatutárias	3.866.249	4.712.983	3.881.053	5.535.437
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.398.675	572.003	5.408.551	586.546
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	4.805.053	4.193.750	4.805.054	4.193.751
Comissões a apropriar	--	--	5.096.075	4.687.622
Obrigações por convênios oficiais	1.213.057	1.003.031	1.213.057	1.003.031
Rendas antecipadas	53.922	48.993	1.429.732	1.282.524
Demais	1.665.244	1.880.473	1.748.905	1.954.985
Passivo circulante	35.965.905	34.446.839	40.039.042	38.208.211
Passivo não circulante	91.550	86.254	4.094.297	3.753.219

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO ¹	35.921.955	31.542.412	35.921.955	31.542.412
Marinha Mercante	5.168.012	5.118.286	5.168.012	5.118.286
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	4.462.559	4.314.441	4.462.559	4.314.441
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	1.023.019	1.008.722	1.023.019	1.008.722
Pasep	27.351	76.983	27.351	76.983
Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO	178.720	176.322	178.720	176.322
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	90.014	88.307	90.014	88.307
Outros	126.631	97.574	126.631	97.574
Total	46.998.261	42.423.047	46.998.261	42.423.047
Passivo circulante	5.361.849	5.518.086	5.361.849	5.518.086
Passivo não circulante	41.636.412	36.904.961	41.636.412	36.904.961

1 - A Resolução CMN n.º 4.955/2021 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência - PR (Nota 30.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R\$ 35.064.649 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R\$ 857.306 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Outras despesas de captação

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Resultado de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento ¹	(438.081)	(149.660)	(438.081)	(149.660)
Demais	(276.306)	(246.303)	(212.342)	(186.249)
Total	(714.387)	(395.963)	(650.423)	(335.909)

1 - Inclui a remuneração pelo agenciamento financeiro do FCO, conforme Lei nº 7.827/1989 (Nota 20.b) no montante de R\$ 729.242 mil no 1º Trimestre/2024 (R\$ 889.768 mil no 1º Trimestre/2023).



21 – Provisões e passivos contingentes

a) Composição

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Cíveis, fiscais e trabalhistas	19.449.443	18.471.031	19.709.043	18.725.677
Demandas cíveis	11.402.248	10.786.800	11.547.023	10.925.549
Demandas trabalhistas	7.013.803	6.661.124	7.061.557	6.710.432
Demandas fiscais	1.033.392	1.023.107	1.100.463	1.089.696
Outras Provisões	7.435.562	7.398.478	8.083.781	8.022.802
Pagamentos a efetuar	4.929.904	4.910.575	5.577.047	5.533.829
Garantias financeiras prestadas	497.725	477.841	497.939	478.049
Outras	2.007.933	2.010.062	2.008.795	2.010.924
Total	26.885.005	25.869.509	27.792.824	26.748.479

b) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos sobre tributos e condutas fiscais relacionados à sua posição de contribuinte ou de responsável tributário, em procedimentos de fiscalização, que podem ensejar autuações. A maioria das autuações versa sobre a apuração de tributos devidos, como: ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições à Seguridade Social. Para garantia do crédito fiscal em litígio, quando necessário, são realizados depósitos judiciais ou penhoras em dinheiro, títulos públicos ou imóveis.

Ações de natureza cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a falhas em produtos e serviços bancários; expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural; devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros; e ações de exigir contas, propostas por clientes, para esclarecer lançamentos havidos em conta corrente.



As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor. Na maioria das vezes, as ações são processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se aquelas que envolvem cobrança de diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, e Planos Collor I e II), bem como repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e a regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, avaliadas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o STF suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a FEBRABAN e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo referente às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo STF. A partir de maio de 2018, os poupadores puderam aderir ao acordo por meio de ferramenta disponibilizada pela FEBRABAN. Em 12/03/2020, o acordo foi prorrogado por mais 30 (trinta) meses, conforme Aditivo firmado pelas entidades representativas das instituições financeiras e dos consumidores, sendo homologado pelo Plenário do STF, nos autos da ADPF 165, conforme acórdão publicado em 18/06/2020, e prorrogado por mais 30 (trinta) meses, em votação no Plenário Virtual do STF, finalizada no dia 16/12/2022, cujo acórdão foi publicado em 09/01/2023.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e FEBRABAN (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional, o que restou confirmado pelo Plenário do STF em 19/12/2019.

Quanto ao Plano Collor I incidente sobre o crédito rural, o Banco é parte passiva em ações nas quais os mutuários cobram a diferença entre o índice de correção monetária utilizado pelo Banco para atualizar os empréstimos e o que eles consideram correto. Sobre esse tema, em 04/12/2014, o STJ julgou o Recurso Especial (REsp) nº 1.319.232/DF, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 94.008514-1, onde foi imposta condenação solidária da União, do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil ao pagamento das diferenças apuradas entre o IPC de março de 1990 (84,32% ou o índice ponderado de 74,60% previsto no art. 6º da Lei nº 8.088/1990), e o BTN fixado em idêntico período (41,28%), corrigindo monetariamente os valores a contar do pagamento a maior, pelos índices aplicáveis aos débitos judiciais, acrescidos de juros de mora. A condenação ainda não transitou em julgado em razão da interposição de recursos extraordinários pelo Banco Central do Brasil, pela União e pelo Banco do Brasil. Em 22/06/2021, o recurso extraordinário foi inadmitido, sendo interposto novo recurso pelo Banco direcionado à Corte Especial do STJ. Em 01/02/2023, a Corte Especial do STJ acolheu o recurso do Banco e determinou o processamento e a remessa do Recurso Extraordinário ao STF. Em 23/06/2023, esse recurso foi autuado sob o nº 1.445.162 e encontra-se pendente de julgamento. Em 10/02/2024, o Plenário do STF reputou a questão como constitucional e reconheceu a existência de repercussão geral da matéria (Tema nº 1.290/STF). Em decisão de 08/03/2024, o ministro relator do caso decretou a suspensão nacional do processamento de todas as matérias pendentes que tratem desse mesmo assunto, inclusive as liquidações e os cumprimentos provisórios da sentença coletiva relacionada à ACP Rural nº 94.008514-1.

Provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais – prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentações nas provisões para demandas cíveis, trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Demandas cíveis				
Saldo inicial	10.786.800	11.918.781	10.925.549	12.015.464
Constituição	2.562.712	1.180.397	2.583.601	1.196.844
Reversão da provisão	(1.152.710)	(45.727)	(1.162.714)	(52.230)
Baixa por pagamento	(917.936)	(906.200)	(923.565)	(909.889)
Atualização monetária e variação cambial	123.382	135.183	124.152	134.182
Saldo final	11.402.248	12.282.434	11.547.023	12.384.371
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	6.661.124	5.350.814	6.710.432	5.431.614
Constituição	1.023.490	646.548	1.027.218	649.383
Reversão da provisão	(334.766)	(93.908)	(340.447)	(104.578)
Baixa por pagamento	(485.049)	(378.409)	(485.705)	(402.222)
Atualização monetária e variação cambial	149.004	121.770	150.059	121.489
Saldo final	7.013.803	5.646.815	7.061.557	5.695.686
Demandas fiscais				
Saldo inicial	1.023.107	862.268	1.089.696	925.627
Constituição	36.525	26.877	37.382	52.271
Reversão da provisão	(38.856)	(2.723)	(40.654)	(3.188)
Baixa por pagamento	(13.764)	(25.124)	(13.784)	(25.124)
Atualização monetária e variação cambial	26.380	27.376	27.823	27.807
Saldo final	1.033.392	888.674	1.100.463	977.393
Total das demandas cíveis, trabalhistas e fiscais	19.449.443	18.817.923	19.709.043	19.057.450



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Cronograma esperado de desembolsos

	Banco Múltiplo			Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	11.030.429	6.416.580	354.278	11.163.654	6.464.033	383.202
Acima de 5 anos	371.819	597.223	679.114	383.369	597.524	717.261
Total	11.402.248	7.013.803	1.033.392	11.547.023	7.061.557	1.100.463

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos o cronograma esperado de desembolsos.

Passivos contingentes - possíveis

As demandas cíveis, trabalhistas e fiscais são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Demandas fiscais ¹	15.954.378	15.411.365	17.024.367	16.413.903
Demandas cíveis	2.660.524	2.742.044	3.390.837	3.465.133
Demandas trabalhistas	82.743	88.350	103.318	93.262
Total	18.697.645	18.241.759	20.518.522	19.972.298

1 - As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS ou pela Receita Federal do Brasil, visando ao recolhimento de contribuições previdenciárias sobre participação em lucros e resultados, no valor de R\$ 2.468.767 mil; e de auxílio-alimentação, no valor de R\$ 3.068.248 mil; e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando à cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 2.491.054 mil.

Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Demandas Cíveis	19.595.911	19.296.486	19.647.731	19.354.704
Demandas Fiscais	8.569.895	8.893.218	9.370.407	9.660.392
Demandas Trabalhistas	7.920.546	7.953.269	7.946.723	7.979.556
Total	36.086.352	36.142.973	36.964.861	36.994.652



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Garantias financeiras prestadas

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/03/2024		31/12/2023		31/03/2024		31/12/2023	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Outras garantias financeiras prestadas ¹	2.319.023	223.222	2.451.450	220.227	2.276.322	223.436	2.225.604	220.434
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	340.490	131.427	339.288	91.625	211.424	131.427	210.222	91.625
Outras fianças bancárias	6.845.103	109.081	6.772.278	109.439	6.900.949	109.081	6.878.039	109.440
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	1.657.345	280	1.688.355	478	1.657.345	280	1.688.355	478
Vinculados ao fornecimento de mercadorias	132.876	33.041	208.234	55.547	132.876	33.041	208.234	55.547
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	473.164	674	247.721	525	473.164	674	247.721	525
Outros avais	--	--	--	--	4.425	--	4.387	--
Total	11.768.001	497.725	11.707.326	477.841	11.656.505	497.939	11.462.562	478.049

1 - Referem-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN nº 2.682 e nº 2.697, divulgadas em 21/12/1999 e 24/02/2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito.

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN nº 2.682/1999, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

d) Resultado de provisões

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2024
Cíveis, fiscais e trabalhistas	(2.395.161)	(1.995.913)	(2.406.152)	(2.027.035)
Cíveis	(1.533.384)	(1.269.973)	(1.544.771)	(1.283.851)
Trabalhistas	(837.728)	(674.410)	(836.830)	(666.294)
Fiscais	(24.049)	(51.530)	(24.551)	(76.890)
Outras	(23.994)	90.756	(26.305)	90.641
Garantias financeiras prestadas	(19.204)	119.576	(21.515)	119.660
Outras	(4.790)	(28.820)	(4.790)	(29.019)
Total	(2.419.155)	(1.905.157)	(2.432.457)	(1.936.394)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

22 – Tributos

a) Composição da receita (despesa) de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Valores Correntes	(200.392)	101.595	(1.504.520)	(1.036.897)
IR e CSLL no país	(171.518)	125.646	(1.453.900)	(953.633)
Imposto de renda no exterior	(28.874)	(24.051)	(50.620)	(83.264)
Valores diferidos	1.317.960	(1.252.855)	1.275.166	(1.246.861)
Passivos fiscais diferidos	1.515.004	(1.245.055)	1.392.133	(1.240.392)
Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada	--	--	(4.608)	(4.685)
Marcação a mercado	(89.204)	103.178	(212.303)	110.500
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	(329.740)	(442.908)	(329.740)	(442.908)
Lucros do exterior	(164.631)	(398.306)	(164.631)	(398.306)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(34.587)	3.994	(34.587)	3.994
Créditos recuperados a prazo ¹	2.133.166	(511.013)	2.133.166	(511.013)
Resultado não realizado (BB-BI)	--	--	5.135	5.135
Outros	--	--	(299)	(3.109)
Ativos fiscais diferidos	(197.044)	(7.800)	(116.967)	(6.469)
Diferenças temporárias	735.234	(595.721)	827.779	(600.256)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL ¹	(821.456)	685.242	(830.598)	685.242
Marcação a mercado	(94.087)	(97.321)	(97.413)	(91.455)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	(16.735)	--	(16.735)	--
Total	1.117.568	(1.151.260)	(229.354)	(2.283.758)

1 – Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Resultado antes dos tributos e participações	8.784.024	10.314.557	11.111.632	12.354.930
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20%)	(3.952.811)	(4.641.551)	(5.000.234)	(5.559.719)
Encargos JCP	1.279.576	1.292.461	1.279.576	1.292.461
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	2.012.034	1.632.752	829.048	744.989
Participação de empregados no lucro	501.297	468.418	502.743	469.670
Outros valores ¹	1.277.472	96.660	2.159.513	768.841
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	1.117.568	(1.151.260)	(229.354)	(2.283.758)

1 – Referem-se, principalmente, às receitas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO e aos efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i).

c) Despesas tributárias

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Cofins	(978.084)	(820.015)	(1.255.382)	(1.062.463)
ISSQN	(236.653)	(233.652)	(342.889)	(324.350)
PIS/Pasep	(158.992)	(133.293)	(214.722)	(181.576)
Outras	(53.290)	(48.868)	(288.859)	(316.383)
Total	(1.427.019)	(1.235.828)	(2.101.852)	(1.884.772)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Passivos fiscais diferidos

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios	8.507.676	8.071.159	8.507.676	8.071.159
Créditos recuperados a prazo ¹	--	2.133.166	--	2.133.166
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	564.958	588.563	643.523	690.683
Decorrentes de lucros do exterior	164.631	--	164.631	--
Atualização de depósitos judiciais fiscais	134.144	134.144	134.144	134.144
Operações em mercados de liquidação futura	38.335	--	38.335	--
Ajuste da carteira de leasing	--	--	67.768	63.160
Dependências no exterior	41.388	32.977	83.908	109.461
Outros	74.048	92.818	88.568	106.949
Total dos passivos fiscais diferidos	9.525.180	11.052.827	9.728.553	11.308.722
Imposto de Renda	4.972.848	5.841.142	5.112.141	6.006.301
Contribuição Social	3.970.087	4.664.772	4.023.180	4.742.304
Cofins	500.437	470.043	509.759	481.276
PIS/Pasep	81.808	76.870	83.473	78.841

1 – Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i)

e) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	Banco Múltiplo			
	31/12/2023	1º Trimestre/2024		31/03/2024
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	54.633.558	6.981.242	(6.521.523)	55.093.277
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	33.789.860	5.055.445	(4.141.101)	34.704.204
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	671.090	6.735	--	677.825
Provisões passivas – outras	14.983.950	1.877.837	(2.007.081)	14.854.706
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	2.150.706	--	--	2.150.706
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.354.984	18.080	(330.918)	1.042.146
Outras provisões	1.682.968	23.145	(42.423)	1.663.690
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa ¹	1.992.915	--	(821.456)	1.171.459
Total dos ativos fiscais diferidos	57.263.011	6.981.242	(7.342.979)	56.901.274
Imposto de Renda	31.831.840	3.876.823	(4.067.930)	31.640.733
Contribuição Social	25.300.027	3.102.651	(3.242.307)	25.160.371
Cofins	112.813	1.521	(28.165)	86.169
PIS/Pasep	18.331	247	(4.577)	14.001

1 – Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i)

	Consolidado			
	31/12/2023	1º Trimestre/2024		31/03/2024
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças temporárias	56.333.333	7.163.817	(6.698.382)	56.798.768
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	33.930.933	5.061.901	(4.141.755)	34.851.079
Provisões passivas – fiscais e previdenciárias	695.660	7.478	(649)	702.489
Provisões passivas – outras	15.060.830	1.883.206	(2.010.933)	14.933.103
Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios	2.150.706	--	--	2.150.706
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	1.529.265	18.202	(445.784)	1.101.683
Outras provisões	2.965.939	193.030	(99.261)	3.059.708
CSLL escriturada a 18% (MP nº 2.158/2001)	636.538	--	--	636.538
Prejuízo fiscal/Base negativa ¹	2.044.268	--	(830.598)	1.213.670
Total dos ativos fiscais diferidos	59.014.139	7.163.817	(7.528.980)	58.648.976
Imposto de Renda	33.077.193	4.008.177	(4.174.920)	32.910.450
Contribuição Social	25.698.307	3.131.813	(3.312.711)	25.517.409
Cofins	201.282	19.661	(35.249)	185.694
PIS/Pasep	37.357	4.166	(6.100)	35.423

1 – Inclui os efeitos da adesão ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos – Lei nº 14.740/2023 (Nota 32.i)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Ativos fiscais diferidos (créditos tributários - não ativados)

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Créditos tributários no exterior	1.281.340	1.012.129	1.281.340	1.012.129
Prejuízo fiscal/Base negativa	--	--	23.548	23.441
Diferenças temporárias	--	--	4.691	4.578
Total dos créditos tributários	1.281.340	1.012.129	1.309.579	1.040.148
Imposto de Renda	711.856	562.294	732.620	582.896
Contribuição Social	569.484	449.835	576.959	457.252

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31/12/2023, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2024	18.793.702	17.655.975	19.261.693	17.872.667
Em 2025	19.339.857	17.499.235	19.703.697	17.603.024
Em 2026	8.133.665	4.373.404	8.372.942	4.481.233
Em 2027	7.784.607	4.286.752	8.018.169	4.386.000
Em 2028	2.717.525	2.569.730	2.797.283	2.600.421
Em 2029	390.888	1.736.091	422.944	1.752.373
Em 2030	44.997	1.706.490	68.023	1.718.894
Em 2031	18.787	644.300	20.550	645.091
Em 2032	11.503	7.587	13.076	8.268
Em 2033	27.481	17.325	335.762	150.457
Total de créditos tributários em 31/12/2023	57.263.011	50.496.889	59.014.139	51.218.427

No 1º trimestre/2024, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 7.342.979 mil (R\$ 7.528.980 mil no Consolidado), correspondente a 39,07% da respectiva projeção de utilização para o período de 2024, que constava no estudo técnico elaborado em 31/12/2023.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31/12/2023, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ¹	Diferenças temporárias ²
Em 2024	46%	32%	46%	32%
Em 2025	21%	34%	21%	34%
Em 2026	0%	15%	0%	15%
A partir de 2027	33%	19%	33%	19%

1 - Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

2 - A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).



23 – Patrimônio líquido

a) Valor patrimonial e valor de mercado por ação ordinária

	31/03/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido do Banco do Brasil	168.546.039	163.638.226
Valor patrimonial por ação (R\$) ^{1 2}	59,06	57,34
Valor de mercado por ação (R\$) ²	56,62	55,39
Patrimônio líquido consolidado	179.020.693	173.076.086

1 - Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

2 - Valores não consideram o desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

b) Capital social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 120.000.000 mil (R\$ 120.000.000 mil em 31/12/2023) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias (antes do desdobramento) representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

Em 15/04/2024, foi efetivado o desdobramento de 100% das ações do Banco, atribuindo uma nova ação para cada ação emitida, sem alteração do patrimônio e da participação percentual dos acionistas, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02/02/2024 e autorização do Bacen em 03/04/2024.

Dessa forma, para fins de comparabilidade, os cálculos do lucro por ação apresentados nestas demonstrações contábeis foram ajustados para contemplar o desdobramento das ações na proporção de 1:2.

c) Instrumento elegível ao capital principal

Em 26/09/2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R\$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário.

Desde a assinatura do termo aditivo, em 28/08/2014, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, em conformidade com a Lei nº 12.793, de 02/04/2013, e Resolução CMN nº 4.955/2021, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

Conforme Comunicado ao Mercado, de 08 de abril de 2021, o Banco apresentou proposta de devolução do referido instrumento em sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, com base em cronograma compreendido entre julho/2022 e julho/2029. Em 27/07/2023, o Banco devolveu ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 1 bilhão referente à segunda parcela, cuja liquidação antecipada foi autorizada pelo Bacen em 29/06/2023.

d) Reservas de capital e de lucros

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Reservas de capital	1.411.002	1.406.118	1.412.479	1.407.902
Reservas de lucros	57.742.594	61.526.683	57.306.668	61.154.159
Reserva legal	13.458.379	13.458.379	13.458.379	13.458.379
Reservas estatutárias	44.284.215	48.068.304	43.848.289	47.695.780
Margem operacional	42.244.223	42.244.223	41.657.886	41.708.123
Equalização de remuneração do capital	2.039.992	5.824.081	2.190.403	5.987.657

A reserva de capital destina-se, dentre outros, ao registro dos valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidados com a entrega de instrumentos patrimoniais, bem como do lucro apurado na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A reserva estatutária para equalização de remuneração do capital assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Lucro por ação

	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Lucro líquido (R\$ mil)	8.781.639	8.116.900
Número médio ponderado de ações (básico) ¹	5.708.392.262	5.707.985.480
Número médio ponderado de ações (diluído) ^{1 2}	5.707.623.882	5.707.195.672
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$) ¹	1,54	1,42

1 - Valores ajustados para fins de comparabilidade devido ao desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

2 - A conciliação do número médio ponderado de ações é representada pela distribuição futura das ações aos Administradores do Banco em função do Programa de Remuneração Variável (Notas 23.m), sendo respectivamente 768.380 e 789.808 em cada um dos períodos apresentados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Juros sobre o capital próprio/dividendos

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995, nº 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

Apresentamos os valores e o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

2024	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos ¹	940.587	0,165	11/06/2024	21/06/2024
Juros sobre o capital próprio ²	1.170.153	0,410	11/03/2024	27/03/2024
Juros sobre o capital próprio complementares ^{1,2}	1.673.349	0,293	11/06/2024	21/06/2024
Total destinado aos acionistas	3.784.089	0,868		
Dividendos	940.587	0,165		
Juros sobre o capital próprio ²	2.843.502	0,703		

1 - Valores consideram o desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

2 - Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

2023	Valor	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º Trimestre				
Dividendos	351.037	0,123	01/06/2023	12/06/2023
Juros sobre o capital próprio ¹	1.004.568	0,352	13/03/2023	31/03/2023
Juros sobre o capital próprio complementares ¹	1.867.568	0,654	01/06/2023	12/06/2023
Total destinado aos acionistas	3.223.173	1,129		
Dividendos	351.037	0,123		
Juros sobre o capital próprio ¹	2.872.136	1,006		

1 - Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

g) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	31/03/2024	31/12/2023
Banco Múltiplo	8.781.639	8.116.900	168.546.039	163.638.226
Instrumento elegível a Capital Principal ¹	63.964	60.063	6.100.000	6.100.000
Resultado não realizado ²	(63.402)	29.629	(435.926)	(372.524)
Participação de não controladores	--	--	4.810.580	3.710.384
Consolidado	8.782.201	8.206.592	179.020.693	173.076.086

1 - Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de recursos de emissões de títulos e valores mobiliários. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido (Notas 2.e e 23.c).

2 - Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

h) Outros resultados abrangentes

	31/03/2024	31/12/2023
Banco do Brasil		
Títulos Disponíveis para Venda	(1.873.230)	(1.823.731)
Hedge de investimentos no exterior	23.719	44.415
Varição cambial de investimentos no exterior	(9.267.937)	(9.206.145)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	(7.794.000)	(7.794.000)
Controladas, coligadas e controladas em conjunto		
Títulos Disponíveis para Venda	538.664	202.343
Hedge de fluxo de caixa	(33.124)	(35.446)
Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios	859	861
Varição de participação no capital de coligadas/controladas	(455.787)	(289.363)
Outros resultados abrangentes	(268.802)	(127.038)
Total	(19.129.638)	(19.028.104)

i) Participação dos não controladores

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	31/03/2024	31/12/2023
BB Tecnologia e Serviços	6	5	58	55
Fundos de Investimento	7.155	7.370	247.604	107.329
Banco Patagonia S.A.	306.144	188.030	835.927	563.465
BB Seguridade S.A.	662.357	618.878	3.726.991	3.039.535
Participação dos não controladores	975.662	814.283	4.810.580	3.710.384

j) Participações acionárias (quantidade de ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

Acionistas	31/03/2024		31/12/2023	
	Ações ¹	% Total	Ações ¹	% Total
União Federal - Tesouro Nacional	1.432.708.542	50,0	1.432.708.542	50,0
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ	129.093.755	4,5	102.208.674	3,6
Ações em tesouraria ²	11.446.282	0,4	11.640.980	0,4
Outros acionistas	1.292.168.441	45,1	1.318.858.824	46,0
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.125.962.310	74,2	2.112.869.944	73,7
Residentes no exterior	739.454.710	25,8	752.547.076	26,3

1 - Valores não consideram o desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

2 - Inclui, em 31/03/2024, 44.733 ações do Banco do Brasil mantidas na BB Asset (50.250 em 31/12/2023).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria:

	Ações ON ^{1 2}	
	31/03/2024	31/12/2023
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco)	1.000	1.000
Diretoria Executiva (Inclui o Presidente do Banco)	143.039	93.425
Conselho Fiscal	11.288	10.839
Comitê de Auditoria	2.404	2.404

1 - Valores não consideram o desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

2 - A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,006% do capital do Banco.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

k) Movimentação de ações em circulação/free float

	31/03/2024		31/12/2023	
	Quantidade ¹	% Total	Quantidade ¹	% Total
Ações em circulação (free float) no início do período	1.420.973.064	49,6	1.420.745.751	49,6
Outras movimentações ²	145.084		227.313	
Ações em circulação (free float) no fim do período ³	1.421.118.148	49,6	1.420.973.064	49,6
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

1 - Valores não consideram o desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

2 - Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

3 - Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da B3. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

l) Ações em tesouraria

Demonstramos a seguir a composição das ações em tesouraria:

	Banco Múltiplo				Consolidado			
	31/03/2024		31/12/2023		31/03/2024		31/12/2023	
	Ações ¹	% Total	Ações ¹	% Total	Ações ¹	% Total	Ações ¹	% Total
Ações em tesouraria	11.401.549	100,0	11.590.730	100,0	11.446.282	100,0	11.640.980	100,0
Recebidas em dação de pagamento (Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN)	8.075.350	70,8	8.075.350	69,7	8.075.350	70,5	8.075.350	69,4
Programas de Recompra (ocorridos entre 2012 e 2015)	2.986.311	26,2	3.145.476	27,1	2.986.311	26,1	3.145.476	27,0
Programa de Remuneração Variável	339.825	3,0	369.841	3,2	384.558	3,4	420.091	3,6
Incorporações	63	--	63	--	63	--	63	--
Valor Contábil	(262.122)		(266.471)		(263.599)		(268.255)	

1-Valores não consideram o desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

m) Pagamento baseado em ações

Programa de remuneração variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN nº 3.921, de 25/11/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil pelo Banco do Brasil.

A apuração da remuneração variável tem como base indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas, da unidade e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga em espécie e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido.

Os efeitos no resultado do Programa de Remuneração Variável do Banco Múltiplo foram de R\$ 5.961 mil no 1º trimestre/2024 (R\$ 5.469 mil no 1º trimestre/2023).

A BB Asset, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Total de Ações do Programa ¹	Custo Médio ¹	Ações Distribuídas ¹	Ações a Distribuir ^{1,2}	Cronograma Estimado de Transferências
Programa 2020					
Banco do Brasil	164.146	29,65	128.475	32.809	03/2025
Total de ações a distribuir				32.809	
BB Asset	29.585	29,65	23.671	5.914	03/2025
Total de ações a distribuir				5.914	
Programa 2021					
Banco do Brasil	193.027	33,52	115.857	38.585	03/2025
				38.585	03/2026
Total de ações a distribuir				77.170	
BB Asset	28.302	33,52	16.984	5.659	03/2025
				5.659	03/2026
Total de ações a distribuir				11.318	
Programa 2022					
Banco do Brasil	176.642	39,16	70.709	35.311	03/2025
				35.311	03/2026
				35.311	03/2027
Total de ações a distribuir				105.933	
BB Asset	23.091	39,16	9.405	4.562	03/2025
				4.562	03/2026
				4.562	03/2027
Total de ações a distribuir				13.686	
Programa 2023					
Banco do Brasil	135.506	58,01	27.080	40.629	03/2025
				27.080	03/2026
				18.945	03/2027
				13.529	03/2028
				8.243	03/2029
Total de ações a distribuir				108.426	
BB Asset	17.267	58,01	3.452	5.179	03/2025
				3.452	03/2026
				2.417	03/2027
				1.727	03/2028
				1.040	03/2029
Total de ações a distribuir				13.815	

1 - Valores não consideram o desdobramento das ações na proporção de 1:2 (Nota 23.b).

2 - Eventual diferença entre o total de ações a distribuir e o cronograma de transferências decorre de casos pontuais de ações pendentes de transferência.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

24 – Receitas de prestação de serviços

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Administração de fundos	1.315.185	1.245.604	2.174.911	2.055.880
Conta corrente	1.551.855	1.572.175	1.551.989	1.572.548
Comissões de seguros, previdência e capitalização	110.329	98.927	1.456.513	1.306.114
Taxas de Administração de Consórcios	--	--	689.653	573.483
Operações de crédito e garantias prestadas	578.748	516.948	578.755	517.826
Rendas de cartões	441.260	547.176	525.697	673.548
Cobrança	298.384	353.068	305.607	370.514
Arrecadações	258.981	262.376	251.833	254.088
Rendas do mercado de capitais	37.082	35.923	131.510	93.014
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais ¹	77.020	84.596	77.020	84.596
Interbancária	35.532	38.395	35.532	38.395
Outras	351.663	364.131	565.362	591.696
Total	5.056.039	5.119.319	8.344.382	8.131.702

1 - Inclui o montante de R\$ 15.813 mil no 1º Trimestre/2024 relativo às arrecadações de contribuições e tributos federais (R\$ 14.315 mil no 1º Trimestre/2023).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25 – Despesas de pessoal

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Proventos	(2.438.275)	(2.315.368)	(2.777.710)	(2.691.794)
Benefícios	(925.558)	(859.163)	(972.701)	(903.839)
Provisões administrativas de pessoal	(960.299)	(915.226)	(962.048)	(916.767)
Encargos sociais	(833.986)	(784.149)	(909.347)	(866.536)
Previdência complementar	(230.015)	(212.548)	(234.300)	(216.230)
Honorários de diretores e conselheiros	(10.915)	(9.605)	(15.390)	(13.780)
Treinamento	(7.482)	(7.292)	(8.797)	(8.747)
Total	(5.406.530)	(5.103.351)	(5.880.293)	(5.617.693)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

26 – Outras despesas administrativas

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Amortização	(607.633)	(576.094)	(609.787)	(579.149)
Depreciação	(409.004)	(382.618)	(419.834)	(395.118)
Aluguéis	(331.491)	(339.412)	(346.432)	(356.343)
Serviços de vigilância e segurança	(331.122)	(307.184)	(336.299)	(316.002)
Processamento de dados	(432.856)	(353.322)	(292.950)	(214.556)
Serviços de terceiros	(243.721)	(250.219)	(223.116)	(233.024)
Manutenção e conservação de bens	(332.766)	(311.711)	(192.480)	(198.800)
Programa de Desempenho Gratificado - PDG	(145.856)	(150.681)	(145.856)	(150.681)
Serviços do sistema financeiro	(121.361)	(174.420)	(144.811)	(198.883)
Água, energia e gás	(136.823)	(118.434)	(139.796)	(122.017)
Comunicações	(122.486)	(119.405)	(137.596)	(135.080)
Propaganda e publicidade	(121.054)	(89.878)	(126.868)	(94.647)
Serviços técnicos especializados	(99.602)	(74.256)	(121.840)	(98.168)
Promoções e relações públicas	(45.802)	(35.213)	(58.827)	(39.955)
Transporte	(18.977)	(14.914)	(31.772)	(29.186)
Viagem no país	(19.552)	(15.280)	(27.661)	(21.803)
Material	(3.282)	(4.248)	(4.541)	(8.623)
Outras	(111.522)	(102.003)	(113.597)	(121.543)
Total	(3.634.910)	(3.419.292)	(3.474.063)	(3.313.578)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

27 – Outras receitas e outras despesas

a) Outras receitas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Atualização de ativo atuarial	624.196	897.159	624.196	897.159
Atualização de depósitos em garantia	564.777	666.757	545.860	686.333
Recuperação de encargos e despesas	627.966	549.091	493.762	411.352
Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 29.f)	318.972	345.274	318.972	345.274
Operações com cartões	276.802	147.021	324.950	151.583
Clube de Benefícios BB	111.725	93.931	111.725	93.931
Reversão de provisões - outras	66.484	12.843	89.507	27.864
Receitas das empresas controladas não financeiras	--	--	75.762	76.777
Atualização de impostos a compensar	47.627	68.690	47.627	68.690
Reversão de provisões - despesas administrativas e de pessoal	33.926	38.497	33.926	38.497
Rendas de títulos e créditos a receber	14.312	16.348	14.312	16.348
Receitas decorrentes de condenações, custas e acordos judiciais	7.624	8.349	7.624	8.349
Dividendos recebidos	124.433	169.491	456	1
Outras	51.751	150.908	115.038	201.050
Total	2.870.595	3.164.359	2.803.717	3.023.208

b) Outras despesas operacionais

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Operações com cartões	(488.863)	(585.779)	(537.659)	(630.595)
Serviços de terceiros	(286.589)	(340.392)	(381.951)	(398.073)
Descontos concedidos em renegociação	(336.036)	(272.510)	(336.036)	(272.510)
Atualização das obrigações atuariais	(334.990)	(315.929)	(334.990)	(315.929)
Bônus de relacionamento negocial	(332.955)	(332.211)	(332.955)	(332.211)
Despesas das empresas controladas não financeiras	--	--	(199.594)	(210.121)
Convênio INSS	(162.965)	(124.308)	(162.965)	(124.308)
Autoatendimento	(149.272)	(114.258)	(149.272)	(114.258)
Transporte de valores	(131.095)	(133.481)	(131.095)	(133.481)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(119.354)	(88.048)	(119.354)	(88.048)
Remuneração pelas transações de correspondentes bancários	(100.294)	(94.334)	(100.294)	(94.334)
Falhas/fraudes e outras perdas	(35.771)	(61.120)	(37.553)	(64.781)
Outras despesas de provisões operacionais	(9.191)	(949)	(25.038)	(3.125)
Outras	(893.546)	(617.869)	(834.503)	(627.156)
Total	(3.380.921)	(3.081.188)	(3.683.259)	(3.408.930)



28 – Partes relacionadas

a) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Benefícios de curto prazo	18.467	14.297
Honorários e encargos sociais	7.749	6.712
Diretoria Executiva	7.619	6.688
Conselho de Administração	130	24
Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais	9.130	5.883
Outros ¹	1.588	1.702
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	117	536
Remuneração baseada em ações	13.476	8.595
Total	32.060	23.428

1 - Inclui a remuneração dos membros dos Comitês de Auditoria e de Riscos e de Capital que integram o Conselho de Administração, bem como contribuições patronais aos planos de saúde e previdência complementar, auxílio moradia, vantagens de remoção, seguro de vida em grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.m).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

b) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

- transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;
- valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei nº 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele órgão, conforme estabelece a legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;
- disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- d) contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;
- e) disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. No 1º Trimestre/2024, foram ressarcidos custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura no valor de R\$ 238.965 mil no Banco Múltiplo (R\$ 229.353 mil no 1º Trimestre/2023) e R\$ 104.349 mil no Consolidado (R\$ 90.272 mil no 1º Trimestre/2023). Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 32.d – Cessão de empregados a órgãos externos;
- f) aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;
- g) aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;
- h) cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.;
- i) contratação de serviços especializados da BB Tecnologia S.A. (BBTS) para assistência técnica especializada, digitalização e reprodução de documentos, telemarketing, cobrança extrajudicial, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center, gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular, outsourcing e monitoria de sistemas de segurança física e outsourcing de telefonia;
- j) valores a receber decorrente das honras solicitadas pelo Banco aos Fundos Garantidores, nos quais a União detém participação, conforme prazos e condições estabelecidos pelo regulamento de cada programa de garantia. Os Fundos Garantidores são instrumentos de natureza pública ou privada destinados a garantir projetos e operações de crédito, com a finalidade, dentre outras, de viabilizar empreendimentos estruturados do Poder Público e auxiliar a inclusão de pessoas físicas e jurídicas no mercado de crédito; e
- k) Garantias recebidas e prestadas e outras coobrigações, dentre elas o contrato de abertura de linha de crédito interbancário rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

Para 2024, o Banco e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram contrato de abertura de crédito destinado à contratação de operações de crédito, no âmbito das áreas de habitação popular e demais operações habitacionais, no valor de até R\$ 1.830.000 mil (de até R\$ 1.650.000 mil em 2023).

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das transações com partes relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na Nota 10; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas nas Notas 19 e 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 29.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º Trimestre/2024, o Banco e suas subsidiárias realizaram contribuições para a FBB no valor de R\$ 949 mil (R\$ 2.070 mil no 1º Trimestre/2023).

c) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	2.211.190	6.154.581



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Sumário das transações com partes relacionadas

Apresentamos as transações realizadas com as partes relacionadas, segregadas nas seguintes categorias:

- Controlador: União (Tesouro Nacional e órgãos da administração direta do Governo Federal);
- Controladas: Empresas relacionadas na Nota 2.e;
- Coligadas e controladas em conjunto: Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre Participações, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno e Tecban;
- Pessoal-chave da administração: Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e
- Outras partes relacionadas: Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF e BNDES. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/03/2024
Ativos	1.740.867	53.671.557	12.550.500	6.897	9.921.416	77.891.237
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	52.962.233	487.394	--	3.261.360	56.710.987
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	--	--	175.839	--	762.231	938.070
Carteira de crédito ¹	--	183.088	11.009.924	6.897	5.601.889	16.801.798
Outros ativos ²	1.740.867	526.236	877.343	--	295.936	3.440.382
Passivos	12.080.124	74.621.524	13.460.107	26.396	61.202.379	161.390.530
Recursos de clientes	4.068.791	175.193	556.822	2.730	11.653.996	16.457.532
Recursos de instituições financeiras	180.143	69.349.863	70.026	--	47.998.199	117.598.231
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	6.497.339	25.502	27.772	23.666	154.531	6.728.810
Outros passivos ³	1.333.851	5.070.966	12.805.487	--	1.395.653	20.605.957
Garantias prestadas e outras coobrigações	296.853	329.685	5.000.721	--	--	5.627.259
Demonstração do Resultado	1º Trimestre/2024					
Receitas da intermediação financeira	905.241	1.497.652	323.371	195	187.162	2.913.621
Despesas da intermediação financeira	(118.107)	(1.732.846)	(9.582)	(535)	(918.002)	(2.779.072)
Receitas de prestação de serviços	31.226	10.093	196.862	--	164.196	402.377
Outras receitas	4.100	258.594	103.273	--	2.895	368.862
Outras despesas	(295.193)	(527.728)	(208.956)	--	(133.077)	(1.164.954)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 59 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 16 mil no 1º Trimestre/2024.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Banco Múltiplo	Controlador	Controladas	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2023
Ativos	2.218.804	62.021.880	14.311.122	5.744	8.666.762	87.224.312
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	61.369.168	2.264.354	--	2.024.499	65.658.021
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	--	5.886	172.092	--	750.192	928.170
Carteira de crédito ¹	--	330.997	11.052.095	5.744	5.598.011	16.986.847
Outros ativos ²	2.218.804	315.829	822.581	--	294.060	3.651.274
Passivos	11.328.301	86.967.143	14.295.350	24.240	64.201.350	176.816.384
Recursos de clientes	3.335.799	831.058	476.907	1.574	17.437.737	22.083.075
Recursos de instituições financeiras	139.308	81.057.750	100.039	--	45.220.590	126.517.687
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	6.632.317	40.053	38.634	22.666	168.318	6.901.988
Outros passivos ³	1.220.877	5.038.282	13.679.770	--	1.374.705	21.313.634
Garantias prestadas e outras coobrigações	293.040	520.404	5.000.023	--	30.864	5.844.331
Demonstração do Resultado	1º Trimestre/2023					
Receitas da intermediação financeira	1.438.598	1.455.421	306.549	184	105.882	3.306.634
Despesas da intermediação financeira	(107.354)	(1.836.672)	(12.390)	(554)	(1.028.405)	(2.985.375)
Receitas de prestação de serviços	26.191	11.674	153.071	--	177.328	368.264
Outras receitas	10.196	308.610	116.847	--	4.383	440.036
Outras despesas	(248.797)	(437.491)	(144.266)	--	(138.527)	(969.081)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 43 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 6 mil no 1º Trimestre/2023.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/03/2024
Ativos	1.740.867	13.020.988	6.897	9.925.260	24.694.012
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	487.394	--	3.261.360	3.748.754
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	--	175.839	--	762.869	938.708
Carteira de crédito ¹	--	11.009.924	6.897	5.601.889	16.618.710
Outros ativos ²	1.740.867	1.347.831	--	299.142	3.387.840
Passivos	5.980.124	18.503.592	26.396	61.202.379	85.712.491
Recursos de clientes	4.068.791	556.822	2.730	11.653.996	16.282.339
Recursos de instituições financeiras	180.143	70.026	--	47.998.199	48.248.368
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	397.339	27.772	23.666	154.531	603.308
Outros passivos ³	1.333.851	17.848.972	--	1.395.653	20.578.476
Garantias prestadas e outras coobrigações	296.853	5.000.721	--	--	5.297.574
Demonstração do Resultado	1º Trimestre/2024				
Receitas da intermediação financeira	905.241	323.449	195	188.338	1.417.223
Despesas da intermediação financeira	(54.143)	(9.582)	(535)	(918.002)	(982.262)
Receitas de prestação de serviços	33.168	1.730.240	14	174.135	1.937.557
Outras receitas	4.100	165.439	--	2.895	172.434
Outras despesas	(295.193)	(208.956)	--	(133.938)	(638.087)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 59 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 16 mil no 1º Trimestre/2024.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Consolidado	Controlador	Coligadas e controladas em conjunto	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2023
Ativos	2.218.804	14.639.113	5.744	8.672.109	25.535.770
Aplicações interfinanceiras de liquidez	--	2.264.354	--	2.024.499	4.288.853
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	--	172.092	--	750.827	922.919
Carteira de crédito ¹	--	11.052.095	5.744	5.598.011	16.655.850
Outros ativos ²	2.218.804	1.150.572	--	298.772	3.668.148
Passivos	5.232.256	18.923.689	24.240	64.201.350	88.381.535
Recursos de clientes	3.339.754	476.907	1.574	17.437.737	21.255.972
Recursos de instituições financeiras	139.308	100.039	--	45.220.590	45.459.937
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	532.317	38.634	22.666	168.318	761.935
Outros passivos ³	1.220.877	18.308.109	--	1.374.705	20.903.691
Garantias prestadas e outras coobrigações	293.040	5.000.023	--	30.864	5.323.927
Demonstração do Resultado			1º Trimestre/2023		
Receitas da intermediação financeira	1.438.598	425.853	184	107.350	1.971.985
Despesas da intermediação financeira	(47.290)	(12.390)	(554)	(1.028.405)	(1.088.639)
Receitas de prestação de serviços	27.820	1.521.298	3	188.075	1.737.196
Outras receitas	10.196	179.013	--	4.383	193.592
Outras despesas	(248.797)	(147.033)	--	(138.891)	(534.721)

1 - A carteira de crédito possui R\$ 43 mil de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Houve reforço de provisão de R\$ 6 mil no 1º Trimestre/2023.

2 - As transações com o Controlador referem-se, principalmente, à equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional.

3 - Os saldos evidenciados na coluna "Coligadas e controladas em conjunto" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos às transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.



29 – Benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus - Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde - PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde - PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar - PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição variável
	Plano de Benefícios I	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep - Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31/03/2024			31/12/2023		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Em atividade	Assistidos	Total	Em atividade	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	88.435	122.379	210.814	87.633	122.428	210.061
Plano de Benefícios 1 - Previ	3.016	99.873	102.889	3.111	99.991	103.102
Plano Previ Futuro	75.190	4.203	79.393	74.259	4.123	78.382
Plano Informal	--	1.916	1.916	--	1.916	1.916
Outros Planos	10.229	16.387	26.616	10.263	16.398	26.661
Planos de Assistência Médica	90.118	106.436	196.554	89.336	106.502	195.838
Cassi	81.485	101.045	182.530	80.681	101.054	181.735
Outros Planos	8.633	5.391	14.024	8.655	5.448	14.103



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Planos de Aposentadoria e Pensão	510.815	479.845
Plano de Benefícios 1 - Previ ¹	157.874	153.631
Plano Previ Futuro	255.164	230.556
Plano Informal	27.142	28.824
Outros Planos	70.635	66.834
Planos de Assistência Médica	531.380	499.731
Cassi	474.224	446.282
Outros Planos	57.156	53.449
Total	1.042.195	979.576

1 - Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 29.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14/04/1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

Em 31/12/2023, as contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego) foram estimadas em R\$ 972.899 mil para os próximos 6 meses e R\$ 2.075.329 mil para os próximos 12 meses.

Valores reconhecidos no resultado

	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Planos de Aposentadoria e Pensão	297.320	596.094
Plano de Benefícios 1 - Previ	610.616	878.609
Plano Previ Futuro	(255.164)	(230.556)
Plano Informal	(20.498)	(24.126)
Outros Planos	(37.634)	(27.833)
Planos de Assistência Médica	(603.818)	(565.744)
Cassi	(544.772)	(513.702)
Outros Planos	(59.046)	(52.042)
Total	(306.498)	30.350

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 29.d.4.

a) Planos de aposentadoria e pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24/12/1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23/12/1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

**Plano Informal (Previ)**

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

(a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14/04/1967;

(b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14/04/1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e

(c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2009) inscritos a partir de 01/08/2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio-doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31/07/2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Grupo de funcionários e aposentados oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22/01 a 13/05/1974 e seus assistidos.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/09/2008) inscritos a partir de 12/01/2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2% a 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11/01/2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30/11/2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.



b) Planos de assistência médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além de 3% por dependente de funcionário da ativa (até três dependentes).

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 4% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, coparticipação em alguns procedimentos, além de contribuição por dependente, seguindo as regras previstas no Estatuto da Cassi e no regulamento do plano.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos até 31/12/2000. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa, inscritos a partir de 01/01/2001. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” (Regulamento Complementar 1) e “C” (Regulamento Geral) e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Bescor, Fusc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é variável em função da faixa etária do beneficiário, devida por si e por seus dependentes, e a dos patrocinadores, em relação aos ativos e aos seus respectivos dependentes, também é variável em função da faixa etária. O plano prevê ainda, coparticipação sobre consultas, exames e atendimentos domiciliares, seguindo as regras previstas no regulamento do plano.

c) Fatores de risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para as entidades patrocinadas, o que pode afetar negativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido do Banco.

Do ponto de vista do ativo, o risco atuarial está associado à possibilidade de perdas resultantes da flutuação (redução) no valor justo dos ativos do plano. Do ponto de vista do passivo atuarial, por sua vez, o risco está associado à possibilidade de perdas decorrentes da flutuação (aumento) no valor presente das obrigações atuariais dos planos da categoria Benefício Definido.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.



d) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31/12/2023 e 31/12/2022, exceto quando indicado de outra forma.

d.1) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Saldo inicial	(140.726.703)	(152.404.722)	(752.171)	(846.025)	(8.808.892)	(9.212.441)	(8.352.609)	(8.975.214)
Custo de juros	(16.592.450)	(15.969.282)	(81.290)	(84.665)	(1.054.064)	(989.853)	(981.052)	(948.961)
Custo do serviço corrente	(45.096)	(68.644)	--	--	(83.398)	(79.866)	(3.671)	(4.578)
Custo do serviço passado	--	--	(25.880)	(19.492)	--	--	--	--
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	16.101.165	15.311.473	134.995	140.986	926.175	884.995	916.460	865.173
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(28.921.336)	12.404.472	(91.617)	57.025	(1.892.492)	588.273	(1.587.747)	710.971
Ajuste de experiência	(1.197.402)	(4.970.461)	637	(7.543)	(189.334)	(335.656)	(55.461)	(268.829)
Alterações premissas biométricas/demográficas	38	--	--	--	1.411	--	284	17.932
Alterações premissas financeiras	(27.723.972)	17.374.933	(92.254)	64.568	(1.704.569)	923.929	(1.532.570)	961.868
Saldo final	(170.184.420)	(140.726.703)	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(10.008.619)	(8.352.609)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(170.184.420)	(140.726.703)	--	--	--	--	(8.065.338)	(7.476.638)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(815.963)	(752.171)	(10.912.671)	(8.808.892)	(1.943.281)	(875.971)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.2) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos ¹	
	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Saldo inicial	197.539.033	192.870.833	--	--	--	--	7.476.638	7.590.710
Receita de juros	22.398.163	21.777.783	--	--	--	--	867.019	873.990
Contribuições recebidas	1.321.070	1.276.540	134.995	140.986	926.175	884.995	482.664	459.151
Participantes	660.535	638.270	--	--	--	--	185.238	173.101
Empregador	660.535	638.270	134.995	140.986	926.175	884.995	297.426	286.050
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	(16.101.165)	(15.311.473)	(134.995)	(140.986)	(926.175)	(884.995)	(916.460)	(865.173)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	12.069.130	(3.074.650)	--	--	--	--	155.477	(582.040)
Saldo final	217.226.231	197.539.033	--	--	--	--	8.065.338	7.476.638

1 - Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmais (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo 1 (Fusesc), Plano 1 (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

d.3) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
1) Valor justo dos ativos do plano	217.226.231	217.226.231	--	--	--	--	8.065.338	8.065.338
2) Valor presente das obrigações atuariais	(170.184.420)	(170.184.420)	(815.963)	(815.963)	(10.912.671)	(10.912.671)	(10.008.619)	(10.008.619)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	47.041.811	47.041.811	(815.963)	(815.963)	(10.912.671)	(10.912.671)	(1.943.281)	(1.943.281)
4) Superávit/(déficit) - parcela patrocinadora	23.520.905	23.520.905	(815.963)	(815.963)	(10.912.671)	(10.912.671)	(1.527.327)	(1.527.327)
5) Valores reconhecidos no resultado ¹	610.616	--	(20.498)	--	(294.754)	--	(36.752)	--
6) Valores recebidos dos fundos (Nota 29.f) ¹	157.874	--	--	--	--	--	--	--
7) Benefícios pagos ¹	--	--	27.142	--	224.206	--	67.863	--
8) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado (4+5+6+7) ²	24.289.395	23.520.905	(809.319)	(815.963)	(10.983.219)	(10.912.671)	(1.496.216)	(1.527.327)

1 - Movimentações ocorridas após o relatório de avaliação atuarial de dezembro.

2 - Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.4) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Custo do serviço corrente	(4.965)	(5.418)	--	--	(23.664)	(20.362)	(573)	(407)
Custo dos juros	(2.094.253)	(2.046.473)	(19.104)	(21.044)	(271.090)	(257.800)	(137.446)	(135.830)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	2.709.834	2.930.500	--	--	--	--	101.267	111.877
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	(1.394)	(3.082)	--	--	--	--
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	(250.018)	(235.540)	(59.928)	(55.515)
(Despesa)/receita reconhecida na DRE	610.616	878.609	(20.498)	(24.126)	(544.772)	(513.702)	(96.680)	(79.875)

d.5) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(789.156)	(3.235.552)	(105.295)	(136.659)	(638.989)	(962.540)	(312.637)	(364.321)
Ajustes de avaliação patrimonial	(8.426.102)	4.664.911	(91.617)	57.026	(1.892.492)	588.273	(802.450)	94.999
Efeitos fiscais	4.007.243	(2.218.515)	41.228	(25.662)	851.621	(264.722)	364.646	(43.315)
Saldo final	(5.208.015)	(789.156)	(155.684)	(105.295)	(1.679.860)	(638.989)	(750.441)	(312.637)



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.6) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido – Posição 31/12/2023

	Duration ¹	Pagamentos de benefícios esperados ²				
		Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Plano 1 (Previ)	8,78	16.141.448	15.936.021	15.716.242	315.652.441	363.446.152
Plano Informal (Previ)	5,80	131.715	118.312	106.241	944.209	1.300.477
Plano de Associados (Cassi)	9,73	1.018.377	998.880	983.732	24.992.325	27.993.314
Regulamento Geral (Economus)	8,63	707.531	705.626	700.035	13.757.286	15.870.478
Regulamento Complementar 1 (Economus)	10,59	3.640	3.824	4.023	137.472	148.959
Plus I e II (Economus)	12,22	47.316	49.251	51.147	2.485.951	2.633.665
Grupo B' (Economus)	7,53	24.618	24.307	23.959	361.348	434.232
Prevmás (Economus)	9,79	32.889	32.852	32.848	857.375	955.964
Multifuturo I (Fusesc)	9,73	8.669	8.684	8.697	223.329	249.379
Plano I (Fusesc)	7,33	52.549	51.445	50.240	711.857	866.091
Plano BEP (Prevbep)	9,09	8.013	7.966	7.913	171.864	195.756

1 - Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

2 - Valores considerados sem descontar a valor presente.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.7) Composição dos ativos dos planos

	Plano 1 - Previ		Outros Planos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Renda fixa	127.077.345	115.877.631	7.276.657	6.582.918
Renda variável ¹	70.598.525	64.138.045	294.801	389.605
Investimentos imobiliários	12.142.946	10.765.877	221.915	221.068
Empréstimos e financiamentos	5.669.605	5.215.030	156.858	151.513
Outros	1.737.810	1.542.450	115.107	131.534
Total	217.226.231	197.539.033	8.065.338	7.476.638
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano				
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	9.384.173	6.894.112	--	43.050
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	1.390.248	1.264.250	35.153	31.239

1 - No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R\$ 5.586.966 mil (R\$ 6.432.248 mil em 31/12/2022), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

d.8) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de inflação (a.a.)	3,55%	3,45%	3,57%	3,58%	3,55%	3,42%	3,55%	3,45%
Taxa real de desconto (a.a.)	6,81%	8,94%	6,64%	8,79%	6,86%	8,98%	6,80%	8,94%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	10,60%	12,70%	--	--	--	--	10,59%	12,69%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,77%	0,67%	--	--	--	--	0,91%	0,91%
Tábua de sobrevivência	BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		BR-EMSsb-2015		AT-2000 / AT-2012 / AT-83 / RP 2000	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.9) Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ – Posição 31/12/2023

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	6,81%	4,75%
Avaliação de ativos		
Títulos públicos	Valor de Mercado	Custo Amortizado
Participações acionárias	Valor de Mercado	Valor Ajustado ¹
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

1 - A Previ, na metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel, utiliza como referência o preço de fechamento da ação da Vale, principal ativo do grupo Litel, do penúltimo dia de cada mês.

d.10) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit/(Déficit)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valor apurado - Previ	222.368.862	210.312.946	(208.014.404)	(205.701.047)	14.354.458	4.611.899
Ajuste no valor dos ativos do plano ¹	(5.142.631)	(12.773.913)	--	--	(5.142.631)	(12.773.913)
Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	37.829.984	64.974.344	37.829.984	64.974.344
Valor apurado - Banco	217.226.231	197.539.033	(170.184.420)	(140.726.703)	47.041.811	56.812.330

1 - Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

d.11) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis para 31/12/2023.

	Taxa de Desconto		Expectativa de Vida		Crescimento Salarial	
	+0,25%	-0,25%	+1 ano	-1 ano	+0,25%	-0,25%
Plano 1 (Previ)	(3.504.675)	3.644.230	2.882.631	(2.933.490)	6.428	(6.409)
Plano Informal (Previ)	(11.110)	11.437	23.930	(23.667)	--	--
Plano de Associados (Cassi)	(211.965)	221.049	149.512	(151.193)	766	(749)
Regulamento Geral (Economus)	(156.865)	162.833	136.848	(140.621)	--	--
Regulamento Complementar 1 (Economus)	(1.621)	1.686	(1.904)	1.944	--	--
Plus I e II (Economus)	(23.035)	24.253	26.373	(25.634)	--	--
Grupo B' (Economus)	(4.375)	4.522	5.618	(5.786)	--	--
Prevmias (Economus)	(8.977)	9.368	2.370	(2.339)	1.154	(1.145)
Multifuturo I (Fusesc)	(3.162)	3.207	1.162	(1.192)	761	(866)
Plano I (Fusesc)	(8.116)	8.382	10.462	(10.583)	--	--
Plano BEP (Prevbep)	(1.944)	2.023	1.366	(1.411)	--	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Plano 1 (Previ)	24.289.395	23.520.905	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(809.319)	(815.963)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(10.983.219)	(10.912.671)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(792.342)	(816.905)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	8.766	7.928	--	--
Plus I e II (Economus)	--	--	(804.287)	(802.397)
Grupo B ¹ (Economus)	--	--	(239.149)	(238.803)
Prevmais (Economus)	136.874	133.637	--	--
Multifuturo I (Fusesc)	71.562	69.919	--	--
Plano I (Fusesc)	98.538	96.072	--	--
Plano BEP (Prevbep)	23.822	23.222	--	--
Total	24.628.957	23.851.683	(13.628.316)	(13.586.739)

f) Destinações do superávit do Plano 1 - Previ

	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Fundo de Utilização ¹		
Saldo inicial	11.608.853	11.315.371
Contribuição ao Plano 1	(157.874)	(153.631)
Atualização	318.972	345.273
Saldo final	11.769.951	11.507.013

1 - Constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano). Pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. É corrigido pela meta atuarial (INPC + 4,75% a.a.).



30 – Gerenciamento de riscos e de capital

a) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação e avaliação dos riscos que resulta no conjunto corporativo de riscos relevantes, realizado a partir de metodologia que considera insumos externos, tais como diretrizes regulatórias, preocupações relevantes da indústria financeira mundial e benchmark com outras instituições. Como insumos internos, são avaliados os riscos incorridos pelas ELBBs, os fatores de risco divulgados no Formulário de Referência (FR), os riscos identificados pelos gestores, em primeira linha, e os direcionadores estratégicos. Os riscos identificados têm sua classificação de relevância definida com base em critérios quantitativos e qualitativos.

A definição dos riscos é realizada considerando critérios quantitativos e qualitativos, e resulta nos seguintes riscos relevantes:

- a) Risco de estratégia;
- b) Risco social, ambiental e climático;
- c) Risco de crédito
- d) Risco atuarial;
- e) Risco de taxa de juros da carteira bancária;
- f) Risco de mercado;
- g) Risco de liquidez;
- h) Risco de contágio;
- i) Risco operacional;
- j) Risco de reputação.

O Banco revisa periodicamente o Conjunto Corporativo dos Riscos Relevantes. Para os riscos relevantes, são estabelecidas etapas da implementação de estrutura e processos de gestão, com as atividades mínimas a serem consideradas para tratamento dos riscos.

O processo de identificação e avaliação da relevância dos riscos foi aprimorado, permanece com a participação da 1ª primeira linha de defesa nas discussões da avaliação qualitativa dos riscos. A participação dos gestores específicos aprimora o processo de avaliação dos riscos, permitindo capturar as percepções dos envolvidos e disseminar a cultura de gestão de riscos.

A metodologia de 2023 foi aprimorada com a elaboração de escalas específicas para a relevância do Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC) e Risco de Reputação, em função da natureza transversal desses riscos. Além de revisão das categorias do Risco de Crédito.

No Banco, a gestão dos riscos e do capital é realizada de forma segregada das unidades de negócio e de auditoria interna. A política específica de Gestão de Riscos e de Capital é aprovada pelo Conselho de Administração, com parecer dos Comitês de Assessoramento. O gerenciamento dos riscos é realizado conforme as políticas e estratégias da Alta Administração do Banco.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.



Instrumentos financeiros - Valor justo

Instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, comparados ao valor justo:

	31/03/2024		31/12/2023	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos				
Disponibilidades	23.837.850	23.837.850	17.327.745	17.327.745
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	111.781.951	111.781.951	101.805.900	101.805.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez	475.794.769	475.576.185	432.160.990	432.160.990
Títulos e valores mobiliários	505.682.673	505.445.207	466.994.273	466.828.048
Instrumentos financeiros derivativos	4.182.456	4.182.456	1.973.686	1.973.686
Carteira de crédito	1.002.375.066	996.991.024	975.349.358	968.308.823
Outros ativos financeiros	99.402.645	99.402.645	94.577.173	94.577.173
Passivos				
Recursos de clientes	799.602.620	799.828.318	811.943.803	811.903.547
Recursos de instituições financeiras	761.098.025	762.048.348	651.190.724	651.460.774
Recursos de emissão de títulos e valores mobiliários	285.433.802	285.433.802	284.156.307	284.156.307
Instrumentos financeiros derivativos	4.255.774	4.255.774	2.509.742	2.509.742
Outros passivos financeiros	190.000.957	190.000.957	161.864.745	161.864.745

Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e valores mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de crédito: Para as operações pós-fixadas, em sua maioria, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram valorizadas à taxa de contratação, com seus fluxos futuros de caixa descontados a taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Depósitos interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por operações compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por empréstimos e repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.

Outras obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Demais instrumentos financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

Níveis de informação referentes a ativos e passivos mensurados a valor justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no Balanço Consolidado

	31/03/2024	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	453.976.795	395.181.667	57.610.789	1.184.339
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	2.450.161	--	2.450.161	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	12.226.281	8.440.366	3.765.578	20.337
Instrumentos financeiros derivativos	4.182.456	--	4.182.456	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	435.068.401	386.741.301	47.212.594	1.114.506
Operações de crédito	49.496	--	--	49.496
Passivos	(6.409.909)	--	(6.409.909)	--
Captação com hedge	(2.154.135)	--	(2.154.135)	--
Instrumentos financeiros derivativos	(4.255.774)	--	(4.255.774)	--

	31/12/2023	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	418.062.241	355.949.157	59.591.364	2.521.720
Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge	2.396.937	--	2.396.937	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	12.045.093	7.619.623	4.399.477	25.993
Instrumentos financeiros derivativos	1.973.686	--	1.973.686	--
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	401.596.859	348.329.534	50.821.264	2.446.061
Operações de crédito	49.666	--	--	49.666
Passivos	(4.600.102)	--	(4.600.102)	--
Captação com hedge	(2.090.360)	-	(2.090.360)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(2.509.742)	-	(2.509.742)	-



Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- (i) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos mensurados a valor justo e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- (ii) operações classificadas na carteira bancária, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, e títulos públicos mensurados ao custo amortizado – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para realização da análise de sensibilidade são considerados os cenários:

Cenário I: Choque de 100 basis points (+/- 1 ponto percentual), sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário II: Choque de +25% e -25%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Cenário III: Choque de +50% e -50%, sendo considerada a maior perda por fator de risco.

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e bancária.

**Análise de sensibilidade para a carteira de negociação**

Fatores de risco / Exposição	31/03/2024			31/12/2023		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa pré-fixada	(34.128)	(77.804)	(158.966)	(36.529)	(95.707)	(212.816)
Cupons de taxas de juros	(6.285)	(63)	(126)	(11.872)	(259)	(518)
Cupons de índices de preços	(269.735)	(373.632)	(703.853)	(306.701)	(391.514)	(740.582)
Cupons de moedas estrangeiras	(221.598)	(296.559)	(624.548)	(158.376)	(189.337)	(398.177)
Total	(531.746)	(748.058)	(1.487.493)	(513.478)	(676.817)	(1.352.093)

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e bancária

Fatores de risco / Exposição	31/03/2024			31/12/2023		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa pré-fixada	(12.891.857)	(30.876.925)	(58.952.972)	(12.657.515)	(29.315.468)	(56.110.520)
Cupons de taxas de juros	(11.316.171)	(21.588.907)	(45.685.302)	(11.489.079)	(22.102.323)	(46.674.809)
Cupons de índices de preços	(426.019)	(519.606)	(991.975)	(457.960)	(528.871)	(1.011.996)
Cupons de moedas estrangeiras	(2.831.832)	(962.718)	(1.977.446)	(2.810.805)	(720.280)	(1.481.739)
Total	(27.465.879)	(53.948.156)	(107.607.695)	(27.415.359)	(52.666.942)	(105.279.064)

b) Gerenciamento de capitalObjetivos e políticas:

A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração (CA) do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris) e definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital.

A gestão de capital visa assegurar a solvência futura da Instituição concomitante à implementação das estratégias de negócios.

O gerenciamento de capital é realizado por meio de estrutura organizacional adequada à natureza das operações, à complexidade dos negócios e à dimensão da exposição aos riscos relevantes.

São definidas e documentadas estratégias para o gerenciamento de capital que estabelecem mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS).

Além disso, o Banco conta com políticas específicas, aprovadas pelo CA, que visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionadores estratégicos que norteiam as ações de gerenciamento de capital. Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco.

Elementos compreendidos pela gestão do capital:

Os planos estratégicos, as metas negociais e os orçamentos respeitam o apetite e tolerância a riscos e os indicadores de adequação de capital e de retorno ajustado a risco.

O Plano de Capital é elaborado de forma consistente com a estratégia negocial, buscando manter os indicadores de capital em níveis adequados. Esse Plano evidencia o planejamento de capital do Banco do Brasil e a avaliação prospectiva de eventual necessidade de aporte de capital.

A elaboração do Plano de Capital é referenciada nos direcionadores e limites constantes da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos (RAS) e do Orçamento do Conglomerado Banco do Brasil (Orçamento BB), considerando que este representa a materialização das diretrizes da ECBB, do Plano Diretor (PD) e do Plano de Investimentos Fixos.



Os valores orçados devem corresponder às metas e objetivos definidos pela Alta Administração para o Conglomerado Banco do Brasil. Desta forma, premissas como o crescimento dos negócios, o crescimento do crédito em operações de maior rentabilidade, as restrições da atuação em segmentos de menor rentabilidade, entre outros, estão contidas no Orçamento BB.

Além disso, o Orçamento BB considera o cenário macroeconômico elaborado pela Unidade Tesouraria Global (Tesou) e a legislação aplicada ao Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A revisão da ECBB e do PD resulta da aplicação de um conjunto de metodologias de planejamento estratégico, observadas as melhores práticas de mercado. Destaca-se que a revisão da ECBB e do PD ocorre de forma integrada ao processo orçamentário, à RAS e aos demais documentos da arquitetura estratégica, o que garante o alinhamento entre tais documentos, dando maior consistência interna ao processo de planejamento estratégico.

O Orçamento BB segue as diretrizes definidas na ECBB, respeita a RAS e visa atender aos pisos e tetos definidos nos indicadores aprovados no PD. O Orçamento BB possibilita a quantificação em valores financeiros dos objetivos estratégicos definidos na ECBB.

A RAS é o documento estratégico que orienta o planejamento da estratégia de negócios, direcionando orçamento e capital para uma alocação sustentável e otimizada, de acordo com a capacidade da Instituição de assunção a riscos e de seus objetivos estratégicos, além de promover o entendimento e disseminação da cultura de riscos.

Esta declaração é aplicada ao Banco e considera potenciais impactos no capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil. Espera-se que as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB) definam seus direcionadores a partir dessas orientações considerando necessidades específicas e aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

De acordo com o definido na RAS, o apetite a riscos é o nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos, materializado por indicadores que definam uma visão agregada da exposição a riscos. A tolerância, por sua vez, induz a gestão de riscos de forma mais granular, considerando o apetite definido.

A RAS define limites mínimos prudenciais que têm o objetivo de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Esses limites são estabelecidos acima do mínimo regulatório, representam o apetite a riscos do Banco e tem vigência a partir de janeiro de cada ano.

A meta de capital é o nível de capital desejado pelo Banco, por isso suas ações de gestão devem nortear-se por esse direcionador. As metas distinguem-se da tolerância e do apetite a riscos pelo fato de este último definir o nível a partir do qual a Instituição não aceita operar, devendo tomar medidas tempestivas para readequação, podendo acionar as medidas de contingência.

Integração:

Adotando postura prospectiva, o Banco avalia o estado de capital, incluindo a razão de alavancagem, classificado em Crítico, Alerta ou de Vigilância, em função do horizonte temporal que antecede ao prazo projetado para início do descumprimento dos limites mínimos prudenciais definidos pela Alta Administração e detalhados na RAS, conforme figura a seguir:

Indicadores de Capital e de Alavancagem		Quando as projeções indicarem prazo de descumprimento dos limites (em meses)					
		0 a 6	7 a 12	13 a 18	19 a 24	25 a 30	acima de 31
Meta ¹	ICP	ALERTA			VIGILÂNCIA		
	ICP Prudencial	CRÍTICO			ALERTA	VIGILÂNCIA	
Apetite ²	ICN1 Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	
	IB Prudencial	CRÍTICO	ALERTA		VIGILÂNCIA		
	RA Prudencial	CRÍTICO		ALERTA		VIGILÂNCIA	

¹ nível de capital desejado pela Instituição

² nível máximo de risco que a Instituição aceita incorrer para atingir seus objetivos

A identificação dos estados de capital e alavancagem do Banco é de responsabilidade do Fórum de Capital e ocorre por meio do controle do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível I (ICN I), do Índice de Basileia Prudencial (IBP) e da Razão de Alavancagem (RA) projetados para o horizonte temporal de, no mínimo, 36 meses. Quando as projeções indicarem potencial descumprimento dos limites mínimos prudenciais (Apetite a Riscos), a Instituição terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.



A avaliação da suficiência do capital mantido pelo Banco contempla horizonte temporal de 3 anos e considera (i) os tipos de riscos e respectivos níveis a que a Instituição está exposta e disposta a assumir; (ii) a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente; (iii) os objetivos estratégicos da Instituição; e (iv) as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que atua.

Em observância ao disposto na Circular Bacen nº 3.846/2017, essa análise também faz parte do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e deve abranger, no mínimo:

I – a avaliação e a mensuração da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito (inclui o risco de concentração e de crédito da contraparte), de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e operacional;

II – a avaliação da necessidade de capital para cobertura dos demais riscos relevantes a que a Instituição está exposta, considerando, no mínimo, os riscos de estratégia, de reputação e socioambiental;

III – a avaliação da necessidade de capital em função dos resultados do programa de testes de estresse; e

IV – a descrição das metodologias e premissas utilizadas na avaliação e mensuração da necessidade de capital.

O Icaap, implementado no Banco do Brasil em 30/06/2013, segue o disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do Icaap foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos é a responsável institucional pela validação do Icaap. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Processos:

O gerenciamento de capital é um processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital. Subsidiaria a Alta Administração na tomada de decisões que levam a Instituição a adotar postura capaz de absorver eventuais perdas decorrentes dos riscos nos negócios ou de alterações no ambiente financeiro.

São realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em cenários macroeconômicos e/ou idiossincráticos. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

É realizado acompanhamento mensal das variáveis utilizadas na elaboração do Plano de Capital decorrente da revisão do comportamento projetado na elaboração do Orçamento BB, com base nos números observados, nas expectativas de mercado e na dinâmica dos negócios. Os desvios relevantes são apresentados e discutidos, pelas diretorias participantes do processo, nas reuniões mensais do Fórum de Capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

A adoção de postura prospectiva, mediante a realização de avaliações contínuas da necessidade de capital, viabiliza a identificação, de forma proativa, de eventos com probabilidade não nula de ocorrência ou de mudanças nas condições do mercado que possam exercer efeito adverso sobre a adequação de capital, inclusive em cenários de estresse.

c) Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O conjunto normativo referente às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras é conhecido por Basileia III.

O capital regulamentar é dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos ajustes prudenciais) e Capital Complementar.

Para a apuração da exigência de manutenção de capital, são exigidos requerimentos mínimos de PR, de Nível I, de Capital Principal e de Adicional de Capital Principal (ACP).



Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- ativos intangíveis;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- investimentos significativos (superiores a 10% do capital social) em: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que não compõem o Conglomerado Prudencial;
- participação de não controladores;
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
- valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013.

Em 28/08/2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor atual de R\$ 6.100.000 mil (R\$ 7.100.000 mil até junho/2023), foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de elemento patrimonial, conforme descrito na Nota Explicativa 23.c.

De acordo com as Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/03/2024	31/12/2023
PR - Patrimônio de Referência	177.822.258	174.033.091
Nível I	163.153.809	156.430.952
Capital Principal (CP)	139.852.104	136.356.255
Patrimônio líquido	168.949.367	163.827.386
Instrumento elegível a Capital Principal	6.100.000	6.100.000
Ajustes Prudenciais	(35.197.263)	(33.571.131)
Capital Complementar	23.301.705	20.074.697
Bônus perpétuos (Nota 19.c)	15.363.005	14.886.697
Letra financeira subordinada perpétua (Nota 19.c)	7.938.700	5.188.000
Nível II	14.668.449	17.602.139
Dívidas subordinadas elegíveis a capital (normas anteriores à Basileia III) - Recursos captados do FCO (Nota 19.c) ¹	14.668.449	17.602.139
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.175.115.914	1.124.754.293
Risco de Crédito (RWACPAD)	962.139.917	938.286.509
Risco de Mercado (RWAMPAD)	33.475.527	28.285.378
Risco Operacional (RWAOPAD)	179.500.470	158.182.406
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ²	94.009.273	89.980.343
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR) ³	83.812.985	84.052.748
Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA) ³	13,88%	13,91%
Índice de Capital Principal (CP/RWA) ³	11,90%	12,12%
Índice de Basileia (PR/RWA) ³	15,13%	15,47%

1 - Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021, em 2024, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 50% (60% em 2023) ao montante computado no Nível II em 30/06/2018.

2 - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.958/2021, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8%.

3 - Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais).

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31/03/2024	31/12/2023
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados	(13.373.987)	(12.962.189)
Ativos intangíveis	(10.466.487)	(10.787.014)
Investimentos significativos e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%)	(6.934.611)	(4.687.150)
Investimentos significativos (excesso dos 10%) ¹	(2.283.710)	(2.345.383)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	(1.836.698)	(2.663.255)
Participação de não controladores ²	(297.170)	(121.206)
Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN nº 4.277/2013	(2.700)	(2.870)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	(1.900)	(2.064)
Total	(35.197.263)	(33.571.131)

1 - Refere-se, principalmente, a investimentos significativos em assemelhadas a instituições financeiras e em instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, não consolidadas, em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

2 - A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, artigo 10 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Limite de imobilização e margem

	31/03/2024	31/12/2023
Situação do limite de imobilização	16,61%	16,36%
Margem em relação ao limite de imobilização	59.374.605	58.550.324

Conforme definido pelo Bacen, a situação do limite de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente ajustado. O limite é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.957/2021.

A margem se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

e) Indicadores regulatórios versus indicadores observados

A exigência mínima regulatória, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.958/2021, para os indicadores de capital, bem como os valores observados no Banco, constam no quadro a seguir:

	Regulatório	31/03/2024
Índice de Capital Principal (ICP) ¹	8,00%	11,90%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1) ¹	9,50%	13,88%
Índice de Basileia (IB) ¹	11,50%	15,13%
Situação do limite de imobilização	Até 50%	16,61%

1 - Inclui os adicionais de capital principal de conservação, contracíclico e sistêmico

Em 31/03/2024, observa-se o cumprimento dos indicadores regulatórios. O Banco, por meio das estratégias de gerenciamento de capital já elencadas, visa superar os indicadores mínimos regulatórios, mantendo-os em patamares capazes de perpetuar a estratégia de reforço da estrutura de capital do Banco. Dessa forma, o Banco define os limites mínimos prudenciais de indicadores de capital e a meta de capital principal a serem atingidos em cada período.



f) Instrumentos elegíveis a capital

Os instrumentos elegíveis a capital estão descritos nas Notas Explicativas 19.c e 23.c.

Para as letras financeiras subordinadas vigentes até a presente data, existem as seguintes possibilidades, conforme definido em suas emissões:

- 1) na modalidade perpétua, há opção de recompra ou resgate, atentando para os seguintes requisitos:
 - a. intervalo mínimo de cinco anos entre a data da emissão e a primeira data de exercício de opção de recompra ou resgate;
 - b. o exercício de opção de recompra ou resgate está condicionado, na data do exercício, à autorização do Banco Central do Brasil;
 - c. inexistência de características que acarretem a expectativa de que a opção de recompra ou resgate será exercida, constituindo-se faculdade da Emitente; e
 - d. o intervalo entre as datas de exercício das opções deve ser de, no mínimo, 180 dias.

Para os títulos emitidos no exterior não há, até o momento, possibilidade de o detentor do título solicitar a recompra ou o resgate, total ou parcial. Os fluxos de caixa esperados ocorrerão quando do pagamento de cupom ou no exercício da opção de recompra pelo Banco, conforme aplicável.

O Instrumento elegível ao Capital Principal não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Os fluxos de caixa esperados ocorrem apenas pelo pagamento dos juros remuneratórios anuais ou na eventual devolução do principal.

Conforme Comunicados ao Mercado, de 08 de abril de 2021 e de 16 de dezembro de 2021, o cronograma para devolução do referido instrumento estabeleceu sete parcelas anuais de R\$ 1 bilhão e uma parcela final de R\$ 1,1 bilhão, entre julho/2022 e julho/2029. Dessa forma, em cumprimento ao cronograma e com base em autorização do Bacen e despacho da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, o Banco procedeu à devolução da segunda parcela de R\$ 1 bilhão à União, em julho/2023, remanescendo o saldo de R\$ 6,1 bilhões.

Em relação à dinâmica do FCO, os fluxos mensais contemplam, de um lado, as entradas/origens, como os repasses do Tesouro Nacional decorrentes da arrecadação de impostos (efetuados a cada decêndio do mês), retornos originários de pagamentos de operações de crédito e remuneração sobre os recursos disponíveis e, de outro lado, as saídas, como os ressarcimentos de bônus de adimplência/rebate, as despesas de auditoria, de del credere e de provisão. A utilização dos recursos do FCO como instrumento elegível a capital obedece aos limites estabelecidos no art. 31 da Resolução CMN nº 4.955/2021.



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

31 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

	1º Trimestre/2024
Resultado recorrente	8.782.201
Resultado não recorrente	--

	1º Trimestre/2023
Resultado recorrente	8.206.592
Resultado não recorrente	--



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

32 – Outras informações

a) Administração de fundos de investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Asset.

	Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)		Saldo	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Patrimônio Administrado	1.215	1.216	1.607.091.008	1.516.914.893
Fundos de investimentos	1.209	1.210	1.588.997.004	1.497.980.573
Carteiras administradas	6	6	18.094.004	18.934.320

b) Informações de filiais, subsidiárias e controladas no exterior

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Ativo				
Grupo BB	69.002.913	72.558.303	68.359.687	71.868.934
Terceiros	102.217.516	78.461.205	140.483.258	111.917.209
TOTAL DO ATIVO	171.220.429	151.019.508	208.842.945	183.786.143
Passivo				
Grupo BB	52.569.985	31.268.014	51.803.012	30.624.208
Terceiros	106.125.321	107.201.060	137.171.569	134.761.363
Patrimônio líquido	12.525.123	12.550.434	19.868.364	18.400.572
Atribuível à controladora	12.525.123	12.550.434	19.032.437	17.837.107
Participação dos não controladores	--	--	835.927	563.465
Total do passivo	171.220.429	151.019.508	208.842.945	183.786.143

	Banco Múltiplo		Consolidado	
	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Lucro líquido	(267.675)	262.280	1.355.305	1.249.481
Atribuível à controladora	(267.675)	262.280	1.049.161	1.061.451
Participações dos não controladores	--	--	306.144	188.030

c) Recursos de consórcios

	31/03/2024	31/12/2023
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	1.021.332	999.808
Obrigações do grupo por contribuições	70.821.632	67.323.125
Consoiciados - bens a contemplar	66.515.285	63.290.816
(Em Unidades)		
Quantidade de grupos administrados	438	434
Quantidade de consorciados ativos	1.862.523	1.851.352
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	226.194	222.102

	1º Trimestre/2024	1º Trimestre/2023
Quantidade de bens (em unidades) entregues no período	66.200	70.027



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Cessão de empregados a órgãos externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei nº 10.470/2002 e pelo Decreto nº 10.835/2021.

	1º Trimestre/2024		1º Trimestre/2023	
	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período	Quantidade de Empregados Cedidos ¹	Custo no Período
Com ônus para o Banco				
Entidades sindicais	217	15.026	213	12.414
Outros órgãos/entidades	8	1.450	8	1.522
Sem ônus para o Banco²				
Governos Federal, Estadual e Municipal	213	--	168	--
Órgãos externos (Cassí, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep)	561	--	546	--
Entidades dos funcionários	64	--	66	--
Entidades controladas e coligadas	795	--	694	--
Total	1.858	16.476	1.695	13.936

1 - Posição no último dia do período.

2 - No 1º trimestre/2024, o Banco foi ressarcido em R\$ 167.816 mil (R\$ 145.135 mil no 1º trimestre/2023), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

e) Remuneração de empregados, dirigentes e conselheiros

Remuneração mensal paga aos funcionários, à administração e aos conselheiros do Banco do Brasil (Em Reais):

	31/03/2024	31/12/2023
Menor Salário	3.788,13	3.788,13
Maior Salário	63.382,12	63.382,12
Salário Médio	11.066,63	10.921,12
Valor médio dos benefícios oferecidos	4.623,32	4.568,34
Presidente	74.972,23	74.972,23
Vice-presidente	67.105,66	67.105,66
Diretor	56.873,42	56.873,42
Comitê de Auditoria - Titular	51.186,08	51.186,08
Comitê de Riscos e de Capital	51.186,08	51.186,08
Conselho Fiscal	6.523,02	6.523,02
Conselho de Administração	6.523,02	6.523,02

f) Política de seguros de valores e bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31/03/2024

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	654.789	6.610
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ¹	131.950	333
Demais	535	--
Total	787.274	6.943

1 - Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.



g) Alteração no tratamento tributário aplicável a perdas incorridas

Em 16/11/2022, a Medida Provisória nº 1.128/2022 foi convertida na Lei nº 14.467/2022, que promoveu alterações no tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

O Banco está avaliando os possíveis impactos decorrentes da norma, que produzirá efeitos a partir de 01/01/2025.

h) Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) da Cielo S.A.

Em 05/02/2024, o Conselho de Administração do Banco do Brasil autorizou a aquisição de até a totalidade das ações em circulação da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Cielo” ou “Companhia”), via realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações (“OPA”) e consequente aumento de participação acionária indireta do Banco, por meio da BB Elo Cartões Participações S.A. (“BB Elo”) e Elo Participações Ltda. (“Elo Participações”) na Cielo, para até 49,99%.

Nesta mesma data, a BB Elo e Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda. (“Quixaba” e, em conjunto com BB Elo, “Acionistas Controladores” da Cielo) encaminharam comunicado à Cielo, informando-lhe a decisão de realizarem, juntamente com o Grupo Elopár, uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias da Companhia para (i) conversão de registro de companhia aberta na CVM, da categoria “A” para “B” e (ii) para saída do Novo Mercado da B3 S.A., de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Cielo. O pedido de registro da OPA na CVM será realizado no prazo previsto na regulamentação vigente.

A OPA será lançada pelos (i) Acionistas Controladores, (ii) Elo Participações, (iii) Alelo Instituição de Pagamento S.A. e (iv) Livelô S.A., qualificados em conjunto como “Ofertantes” para aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia, exceto aquelas detidas pelos próprios Ofertantes, pessoas a eles vinculadas e as mantidas em tesouraria. O preço ofertado de cada ação objeto da OPA será de R\$ 5,35.

A Elo Participações contratou empresa avaliadora independente para elaborar o laudo de avaliação da Companhia. A data base considerada para avaliação da Companhia foi 31 de dezembro de 2023.

A operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo as aprovações legais e regulatórias aplicáveis das autoridades governamentais competentes. Os demais termos e condições da OPA serão oportunamente disponibilizados ao mercado, de acordo com as normas aplicáveis.

i) Programa de autorregularização incentivada de tributos

Em 28/03/2024, o Banco do Brasil S.A. aderiu ao Programa de Autorregularização Incentivada de Tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), instituído pela Lei nº 14.740, de 29/11/2023 e regulamentado pela IN RFB nº 2.168, de 28/12/2023, o qual possibilitou o pagamento de débitos fiscais com redução de 100% das multas de mora e de ofício e dos juros de mora, permitindo-se como forma de pagamento a utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), limitada a 50% do valor da dívida consolidada (Nota 22).



33 – Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes no período.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório de revisão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do
Banco do Brasil S.A
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria

Conclusão sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o período de três meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco cuja apresentação não é requerida para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2024, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que foram apresentadas separadamente pelo Banco do Brasil S.A, nesta data e sobre as quais emitimos relatório de revisão, não contendo qualquer modificação, com data em 07 de maio de 2024.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 07 de fevereiro de 2024 sem modificação e às demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2023 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 12 de maio de 2023, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Brasília, 07 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2



Original assinado.

Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 31 de março de 2024 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 06 de maio de 2024.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Original assinado.

Declaração dos membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os trabalhos realizados, concordamos com as opiniões/conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 06 de maio de 2024.

Tarciana Paula Gomes Medeiros
Presidente

Ana Cristina Rosa Garcia
Vice-Presidência Corporativo

Felipe Guimarães Geissler Prince
Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos

José Ricardo Sasseron
Vice-Presidência de Negócios Governo e Sustentabilidade Empresarial

Marco Geovanne Tobias da Silva
Vice-Presidência de Gestão Financeira e Relações com Investidores

Carla Nesi
Vice-Presidência de Negócios de Varejo

Francisco Augusto Lassalvia
Vice-Presidência de Negócios de Atacado

Luiz Gustavo Braz Lage
Vice-Presidência de Agronegócios e Agricultura Familiar

Marisa Reghini Ferreira Mattos
Vice-Presidência de Negócios Digitais e Tecnologia



Membros da Administração

PRESIDENTE

Tarciana Paula Gomes Medeiros

VICE-PRESIDENTES

Ana Cristina Rosa Garcia
Carla Nesi
Felipe Guimarães Geissler Prince
Francisco Augusto Lassalvia
José Ricardo Sasseron
Luiz Gustavo Braz Lage
Marco Geovanne Tobias da Silva
Marisa Reghini Ferreira Mattos

DIRETORES

Alan Carlos Guedes de Oliveira
Alberto Martinhago Vieira
Antonio Carlos Wagner Chiarello
Carlos Eduardo Guedes Pinto
Eduardo Cesar Pasa
Euler Antonio Luz Mathias
Everton Luís Kapfenberger
João Francisco Fruet Júnior
João Vagnes de Moura Silva
Julio César Vezzano
Kamillo Tononi Oliveira Silva
Larissa da Silva Novais Vieira
Luciano Matarazzo Regno
Lucinéia Possar
Mariana Pires Dias
Neudson Peres de Freitas
Paula Sayão Carvalho Araujo
Pedro Bramont
Rafael Machado Giovanella
Rodrigo Costa Vasconcelos
Rodrigo Mulinari
Rosiane Barbosa Laviola
Thiago Affonso Borsari

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Dario Carnevalli Durigan
Elisa Vieira Leonel
Kelly Tatiane Martins Quirino
Marcelo Gasparino da Silva
Paulo Roberto Simão Bijos
Robert Juenemann
Tarciana Paula Gomes Medeiros

CONSELHO FISCAL

Bernard Appy
Fernando Florêncio Campos
Gileno Gurjão Barreto
Renato da Motta Andrade Neto
Tatiana Rosito

COMITÊ DE AUDITORIA

Aramis Sá de Andrade
Egídio Otmar Ames
Marcelo Gasparino da Silva
Rachel de Oliveira Maia
Vera Lucia de Almeida Pereira Elias

CONTADORIA

Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
CPF 541.035.920-87

Pedro Henrique Duarte Oliveira
Contador CRC-DF 023407/O-3
CPF 955.476.143-00